LAP

VERITAS

LIBRARY OF PRINCETON
JAN 28 1966
THEOLOGICAL SEMINARY

REVISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
Pôrto Alegre — Brasil

SUMÁRIO

PROF. JACY DE SOUZA MEDONÇA — Crise do homem atual 111

PROF. DR. GILBERTO DE MELLO KUJAWSKI — Centenário de Unamuno 117

PROF. FERNANDO CORONA — O Barroco e a Escultura Brasileira no século XIX 129

PROF. IR. ADELINO MARTINS — As técnicas audio-visuais como meio de adaptação ao mundo das imagens 139

PROF. PEDRO AZEVEDO — Planejamento e recursos auxiliares 149

PROF. GABRIEL ELORRIAGA — La informacion, ou cometido y sus problemas en las comunidades contemporaneas .. 163

PROF. CARLOS ALBERTO G. CHIARELLI — Dados comparativos entre a Previdência Social Espanhola e a Brasileira 183

ANO IX — JUNHO DE 1964 — N.º 2

VERITAS

Publicação Periódica-Trimestral

EXPEDIENTE:

Diretor-responsável

Irmão José Otão

Secretário

Irmão Elvo Clemente

ADMINISTRAÇÃO

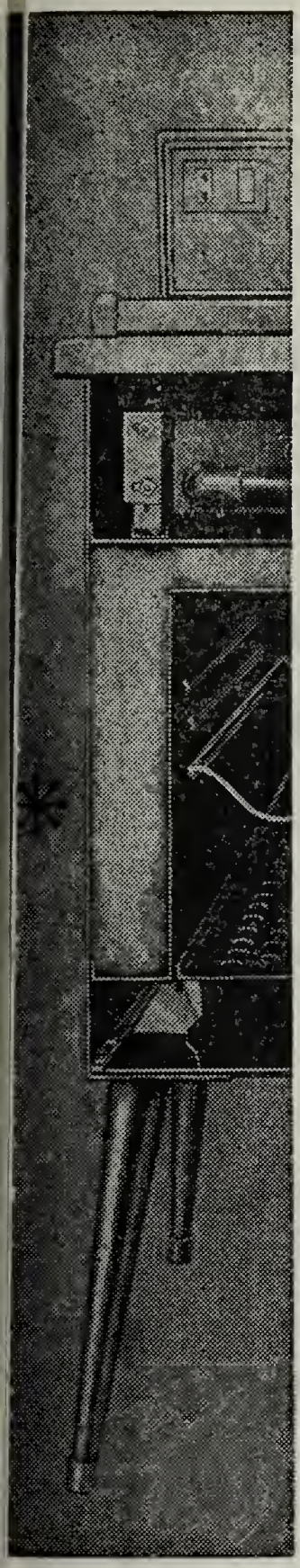
Pontifícia Universidade Católica do RGS — Praça Dom Sebastião, 2
PÔRTO ALEGRE (Brasil)

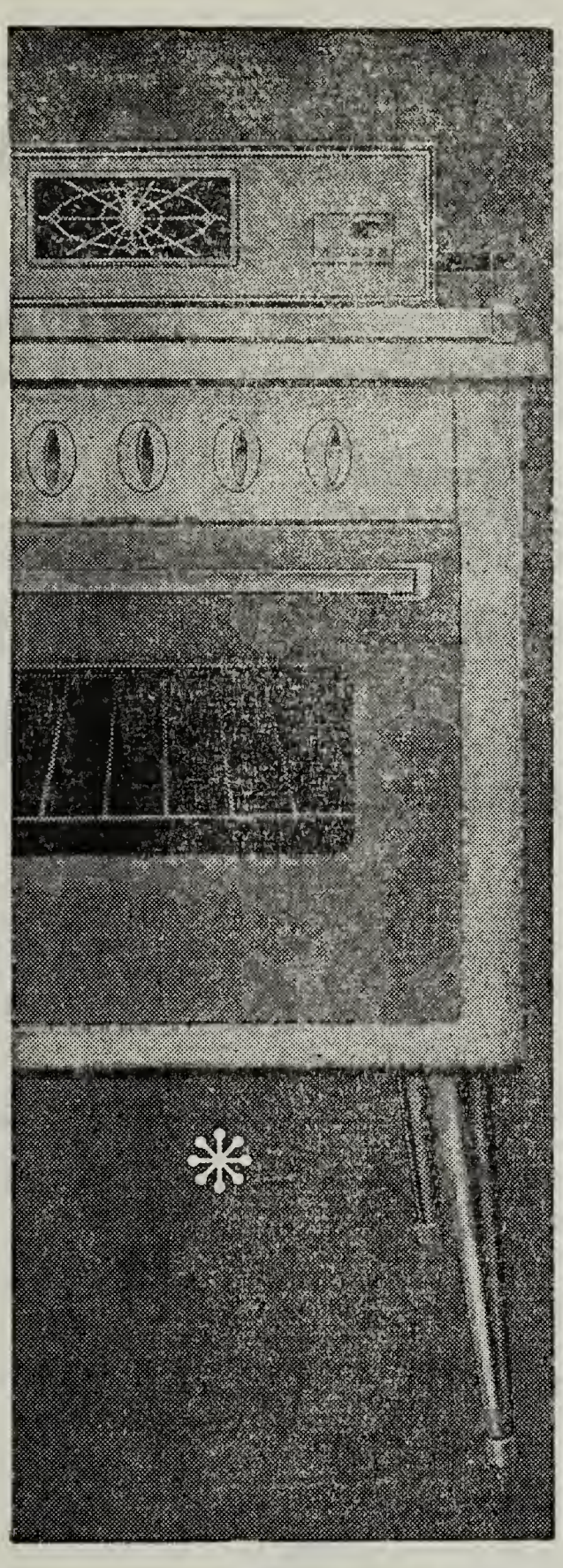
Preço anual	Cr$	2.000,00
Número avulso	Cr$	500,00
Exterior	US$	2 50
Alunos da Universidade	Cr$	1.000,00

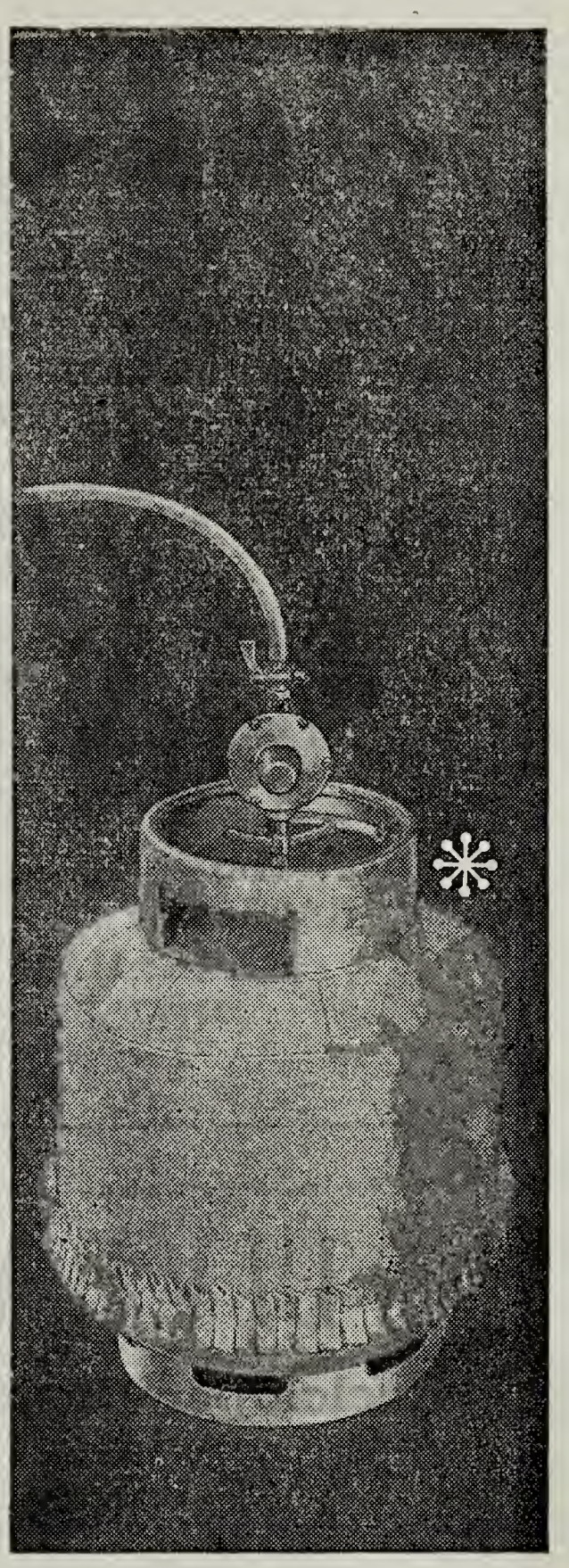
Formas de pagamento: Vale postal, valor declarado ou cheque pagável em Pôrto Alegre.

EDITÔRA TIPOGRAFIA CHAMPAGNAT

Avenida Bento Gonçalves, 4314 — Pôrto Alegre



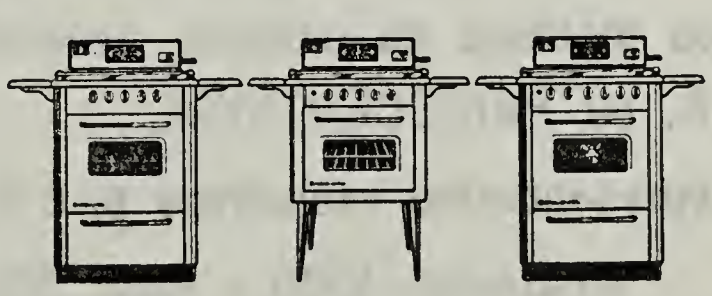




✻ que perfeito! ✻ que bonito! ✻ que econômico!

que fogão! (é GERAL)

Ponha um fogão Geral Cinqüentenário no raio-X. Você verá a perfeita vedação de todo o seu gabinete com lã de vidro. Por trás da beleza de suas côres, você verá a razão de Geral ser o fogão que mais economiza gás: seus queimadores recebem a porção exata do combustível, sem excessos. O rendimento é total - e a economia muito maior. E você concordará: Geral tem tôda a beleza por fora, e muita qualidade por dentro.



50

LINHA GERAL CINQÜENTENÁRIO

· A QUALIDADE DENTRO DA BELEZA !

Lojas Geral: Rua Vol. da Pátria, 674 e Av. Senador Salgado Filho, 348 —

STANDARD S. A.

Laticínios e Cereais S/A

— LACESA —

Usina de Laticínios
RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 1348
FONE 14 — LAJEADO R.G.S.

Filial
AV. JÚLIO DE CASTILHOS
TRÊS PASSOS (R.G.S.)

Matriz
RUA DA CONCEIÇÃO, 376 — FONE 6231
INSCR. 4342 — PÔRTO ALEGRE (R.G.S.)

Fabricantes das Manteigas e Queijos:

CRUZEIRO DO SUL
.MARAVILHA
ALTO TAQUARI
e LATICÍNIOS EM GERAL

Especializada em:

SALAMES
BANHA
BACALHAU
NOZES
AZEITES
OVOS
FRUTAS SECAS
COCOS
MEL

LIVRARIA IBAL

Enciclopédias da CIVILIZAÇÃO E DA ARTE
„ TRÓPICO
„ JUVENIL

EDIÇÕES DA **P.U.C.**

OBRAS INDISPENSÁVEIS NA BIBLIOTECA MODERNA

Estas obras representam uma consagração aos modernos métodos de ensinar, aconselhados pela didática ATIVA, ou PAIDOCÊNTRICA.

Representantes exclusivos p/ o R. G. S., S. Catarina e Paraná.

Andradas, 1005 - conj. 506 - 507 e 406 - 407

Departamento de Produção: Conj. 508, Fones: 6622 a 25 e 6365

VERITAS

REVISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

TOMO XX

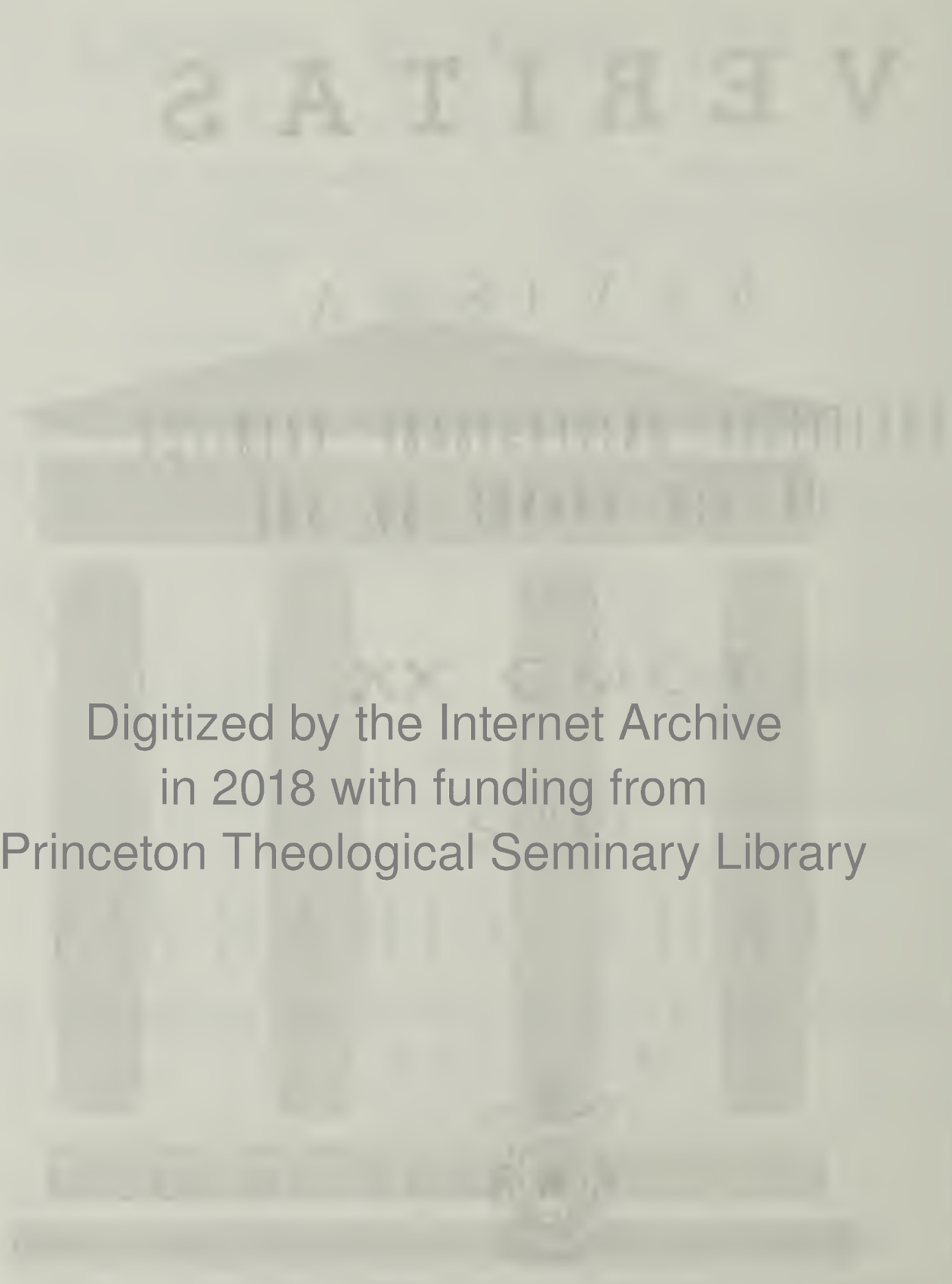
N.º 2

1964

Composto e impresso na EDITÔRA TIPOGRAFIA CHAMPAGNAT

Av. Bento Gonçalves, 4.314 — Pôrto Alegre

Brasil



Digitized by the Internet Archive
in 2018 with funding from
Princeton Theological Seminary Library

https://archive.org/details/veritas9219unse

A CRISE DO HOMEM ATUAL

Discurso do Paraninfo, prof. Jacy de Souza Mendonça, da Faculdade de Direito, 22-12-1963.

Diletos afilhados.

A embriaguez da felicidade vos tonteia. Euforia santa vos inebria. Sois felizes, porque fizestes felizes aquêles a quem amais. E, neste quadro memorável de vossa vida, incumbe-me, por obra e graça de vossa generosidade, traduzida, aliás, por vosso orador, a última palavra do magistério desta Casa. Ficai certos de que o faço também feliz por ver-vos felizes, embora perturbado por muito bem saber das misérias que habitam minha alma.

Contrastando a paisagem de festa, ouso lembrá-los de que um mundo em crise esperava vosso diploma. Crise originada não só por desentendimentos políticos e religiosos; crise decorrente da profunda crise de ser homem.

Um dia vos encontrastes sôbre a terra, na superabundância dos maravilhosos podêres de vossa natureza; capazes de realizar a coisa incompreensível que é compreender as coisas; aptos à maravilhosa realização da boa ação; com a faculdade de amar. — Não tardou, porém, e percebestes que a inteligência que vos conduz à verdade é falível; que "não fazíeis o bem desejado e sim o mal não-querido"; que o ódio podia morar em vosso ser...

Compreendestes, então, que no interior do homem habita uma crise. Entre a miséria do que somos e a maravilha do que desejamos e podemos ser, inquieta-se nossa alma. Experimentamo-nos como eternos e somos prisioneiros do tempo, irremediàvelmente premidos entre um misterioso berço e um misterioso túmulo; sentimo-nos assemelhados a deuses e somos diabòlicamente deicidas; feitos para a felicidade, somos os despejados do paraíso; nosso porte ereto diz de nossa vocação para o alto mas, como serpentes, não conseguimos ter os pés afastados de um apoio; e, contraste trágico, necessàriamente livres. — Nossa vida oscila entre o bem e o mal, o justo e o injusto, a verdade e o êrro, o belo e o feio; ansiamos valores e nos aprisionamos aos desvalores. Um enigma a nossa condição de ser! E um profundo descontentamento, uma angústia vital, um desespêro toma conta de nós. — Quem sou? Um ser esdrúxulo, abandonado ao acaso sôbre a terra, esmagado entre o nada donde veio e o nada da morte? Então como, para que nasci? E por que

vivo?... — Quem sou? Obra de arte de artista onipotente? Filho querido de um ser sumamente bom? Que fazer, então, para superar as misérias da existência e mergulhar numa eternidade de delícias?

Terríveis interrogações! E a própria interrogação, que fecunda minha inteligência, abre diante dela pavorosos abismos. Estou na crise que sou.

A tragédia cresce em proporções: não vivo... convivo. O outro participa de meu Eu, enquanto eu faço parte dêle. Fui lançado no existir não para fruí-lo na solidão de mim mesmo, mas para atravessá-lo em comunhão com o outro. Identidade de origem e destinação nos faz mais que sócios: faz-nos UM. Sou social não por vontade própria ou comodismo, não para dividir o trabalho de viver, mas porque meu ser de homem extravasa meu ser, derrama-se, espraia-se no ser do outro. Há virtualidades excessivas na condição humana; e êsse volume de aptidões não se contém no claustro do Ego; a exigência social lhe é intrínseca: convive, fala, participa da cultura. Torna, porém, o problema: nem só virtudes derramo sôbre aquêles com quem convivo; meus defeitos, meus pecados, também o atingem. Na pequena ilha de seu comodismo, o Eu tudo faz para esquecer sua natural solidariedade, ignorar o outro que o integra, embora negando-se a si mesmo. — Resultante dêsse egoísmo anormal, são os ressentimentos coletivos, é a chamada questão social... É a crise humana, a luta intreior do sujeito, objetivada. O bem e o mal em sua eviterna disputa.

Êste o registro da condição humana, projetada no convívio: a crise do homem sócio. Dela mesmo, porém, emana necessário dinamismo. Não somos estagnados, encravados no presente, instalados em definitivo numa fase de nossa crise de ser. Somos o ente inquieto que busca superar-se e que de seus êxitos e fracassos faz história. A própria crise interior, que angustia, é a semente da perfeição, graças às perspectivas que abre e as soluções que sugere.

Diletos afilhados.

Um mundo em crise diplomou-se convosco hoje. Um mundo que ameaça conflagrar-se: átomos contra homens; amarelos contra brancos; brancos contra pretos; vermelhos contra não-vermelhos; anticristãos contra cristãos; orientais contra ocidentais; aquêles a quem é negado o que comer, com fome de justiça, contra aquêles a quem sobeja. — Os salários mínimos, a fome obrigatória, a mortalidade sem assistência, a condenação ao analfabetismo, a perda ao estímulo de viver... traduções sociais da crise de ser homem!

Diabólicos seríamos se a tudo assistíssemos indiferentes. Desatenderíamos nossas exigências ônticas de perfeição se, preocupados com a realidade individual do que somos, esquecêssemos o outro que integra nossa ontologia. O tratamento do nosso problema individual implica, necessàriamente, em voltar-nos realmente para a crise, em seu aspecto comunitário.

Que rumo imprimireis à vossa tarefa de redenção do homem? Há sereias cantando lá fora. Ante vossos olhos virginais de moços, desfralda-se a bandeira da revolta; todos os processos técnicos da hipnose são utilizados, a fim de que vos alisteis na emprêsa contraditória de fazer o bem com ódio, ou fazer o mal por amor. Marx e seus seguidores, ofertando discutível fórmula de bem estar social, ao preço certo do deicídio, do fratricídio e da alienação de vossa liberdade. O diploma que acabais de receber emocionados, para êles, não tem valor. Direito consideram fórmula vazia, imposta pela fôrça, a serviço de interêsses momentâneos do grupo econômicamente dominante (no caso, a classe proletária ou, mais precisamente, os dirigentes do Partido). Direito é sinônimo de violência, de opressão; paradoxalmente, sinônimo de injustiça. Em tal esquema, vossa condição social seria a de intérpretes do querer transeunte dos detentores do poder; protagnonistas da violência; fatôres da crise; instrumentos do ódio de classes.

Fugi ao canto pérfido da sereia! Honrai a cultura que recebestes. Valorizai vosso título. Trabalhai pelo outro em nome da caridade e não sob o signo do ódio.

É inegável que o Direito se presta, em sua patologia, como instrumento de opressão. Em nome dêle, muita desgraça se estabeleceu na terra; muita indignidade se mascarou; muita injustiça fêz coisa julgada. A forma da lei é a melhor roupagem para disfarçar as injustiças.

Mas, ficai certos, no Direito está a única terapêutica adequada à crise social. No Direito. Não em falsas aparências dêle. Direito não é a palavra do plenipotente, nem o querer dos legisladores ou juízes. Direito não é um conjunto de princípios mais ou menos abstratos, nem uma rêde de puras regras coativas. Direito não é o resultado dos grupos de pressão das fôrças conservadoras ou reformistas. Direito não é o resultado dos grupos de pressão das fôrças conservadoras ou reformistas. Direito não é o querer da maioria, não é a opinião pública dominante, não é o sentimento popular, não é o interêsse de uma classe, não é a vontade do sindicato, do partido político majoritário ou dos agentes de greves... Êstes são, realmente, fatôres que intervêm e, por vêzes, determinam a elaboração técnica da norma positiva. Conquanto elementos significativos, nenhum pode ser elevado à categoria de causa. Supervalorizar qualquer um dêles, atribuir-lhe poder de causação, é desnaturar a realidade do Direito, transformando-o em lugar ideal para abrigo de tôdas as formas de injustiças. — Direito, no que tem de essencial, é tradução da necessidade de o homem realizar-se como homem, em obediência ao princípio ontológico da identidade: minhas relações com o outro devem necessàriamente ser estabelecidas de modo a que ambos possamos realizar, com os demais, nossos fins intrínsecos de sêres humanos. O Estado, com suas formas de explicitação da normatividade, nada mais faz que traduzir esta regra, segundo a variabilidade das pessoas e das circunstâncias a que deve

se aplicar. O grupo de pressão, o Partido, o legislador, não criam o Direito; traduzem-no, recolhendo da relação humna sua natural direção, correspondente à realização, pelo homem, de sua tarefa de ser homem. — A própria coação, tantas vêzes elevada a caráter essencial do Direito, não lhe é senão propriedade acidental, destinada a conduzir a seus fins imanentes aquêles que, percebendo-os por anormalidade volitiva dêles se desviam, em suas relações sociais. É o momento, pois, em que a fôrça se faz sócia do Direito para, disciplinada pela razão, assegurar-lhe a vigência. — É dêsse conteúdo humano do Direito que emerge o processo adequado de solução da crise do individual no social. Nêle a única forma pacífica de superar as questões sociais; fora dêle, o inexorável da revolução.

Senti, pois, a gravidade de vosso diploma. Não é documento para decorar salas, não se destina a fonte de rendimentos no comércio mesquinho das controvérsias, não é motivo de pura honraria É instrumento que vos faz responsáveis pelos destinos da humanidade; é peça necessária à superação pacífica dos dramas sociais. Realizai em vossa vida de legisladores, juízes, administradores, ou, a qualquer título, colaboradores destas funções essenciais do Estado, a obra profundamente humana de conduzir os homens a seus destinos de homens.

Não é fácil, o sabeis: o ser humano resiste à própria redenção. Que dificuldades para afastar o delinqüente de suas veredas transviadas ou aparar as garras avaras daqueles que, dispondo do necessário à sua realização, apegam-se também ao que não lhe faz falta, embora em prejuízo do próprio irmão! Obstáculos graves, exigindo por vêzes a dedicação de séculos.

"Dos famintos é o pão que reténs; dos desnudos a roupa que guardas; redenção e libertação dos desgraçados é o dinheiro que acumulas". Palavras graves que São Tomás escreveu na Suma Teológica (II-II, q. 66, a. 7) depois de recolhê-las em Santo Ambrósio e no Decreto de Graciano. Séculos passaram e elas, que já não eram novas, continuam novas... Equanto isso, os políticos, a quem tem sido entregue a tarefa técnica de elaboração da norma positiva, prosseguem a procura de fórmulas capazes de dar, efetivamente, ao faminto, o pão que sobra aos esbanjadores; aos nus, a roupa que os elegantes amontoam; aos mendigos, o dinheiro que os usurários contam em seus cofres. E, note-se, não é de favor ou esmola que se trata: o pão É do que tem fome; a roupa É do que está nu; o dinheiro sobrante É do mísero. — Resta apenas à sabedoria do jurista descobrir a fórmula lógica da declaração e a forma real da distribuição.

Tremenda tarefa posta sôbre vossos ombros pela humanidade, no momento em que vos outorga o grau universitário. Respeitai o incisivo É de Santo Ambrósio; orientai vossos esforços no sentido de que os bens da natureza sejam distribuídos de modo a que TODOS disponham dêles, na medida do necessário à plenitude ontológica de cada um. Não pertencem a um grupo, não pertencem

a um partido político, não pertencem ao Estado — são de todos. Entregai-os! — E bem sabeis como tem sido êste o probema cruciante das relações inter-humanas: gênese de dois gêmeos que se odeiam — capitalismo e comunismo. Pois a superação desta antinomia está só no Direito, no qual hoje, esperançosos, oficialmente penetrais. É questão jurídica, embora, equivocadamente, venha sendo tratada como questão política ou econômica. Assumi, pois, a responsabilidade a que sois chamados.

É indispensável, para tanto, não temeis o Direito como algo imóvel, nem como algo necessitando de integral reforma. Certo, em seu núcleo essencial, é, naturalmente, tão imutável quanto a própria natureza humana; como esta, porém, suporta, por adição, graus de aperfeiçoamento no tempo. A parmenídica imutalibidade essencial não é incompatível com a heraclitiana variabilidade das formas. Não vos satisfaçam, por isso, as fórmulas lógicas do Direito Positivo, outorgadas pelo passado; nem vos deixeis cair na tentação de rasgá-las e substituí-las totalmente por outras. As bases das reformas, em Direito, estão nos legados do passado.

Aliás, todo processo cultural se desenvolve sob duas fôrças distintas pelo sentido: uma arranca de imemorável passado e chega a nós repleta da riqueza dos séculos; a outra é o ideal de um futuro paradisíaco. Tradição e progresso unem-se para prosseguirmos na caravana humana, levando para o futuro aquilo que o passado nos deixou: no hoje encarnam-se o ontem e o amanhã, e, nesse conúbio, as coisas velhas, rejuvenecidas, são matriz do porvir; em vós encontram-se a obra consumada por vossos pais e os ideais de vossos filhos.

Estas mesmas determinantes vigem na questão social e jurídica que nos preocupa. Cuidai, pois, de não aceitar, preguiçosos, o "status quo" do ordenamento positivo vigente, nem revoltar-vos contra êle, sonhando reformas que o incinerem. As conquistas do pensamento jurídico histórico não foram inúteis; resultaram da dedicação de homens geniais que trabalharam para nós; resistiram ao desgaste dos séculos, prestando incalculáveis benefícios à humanidade. Destruí-las, pura e simplesmente, é vandalismo de incultos. Tocai-as com carinho, como preciosidades culturais dos antepassados — é vida, é inteligência, é amor que ali se condensam.

Mas não recebestes o Direito como obra concluída. É preciso somar progresso à tradição; pesquisar novos e mais aperfeiçoados modos de explicitar a regra jurídica e inseri-la convenientemente na vida. Preceito e sanção necessitam de vossa inteligência. As crises a que assistimos mostram um divórcio entre as leis e os fatos; a inesperada velocidade dêstes não é acompanhada por aquelas. Modificam-se com alarmante pressa as condições da existência, e é preciso manter permanentemente ajustados os regulamentos e a capacidade de aplicá-los, a fim de serem exeqüíveis. Não se acomode o jurista à precariedade dos remendos; procure fórmulas corretas de pôr Justiça nas relações humanas.

Amai a Justiça! Desejai ardentemente seu reinado nas ações humanas e apareareis a gravidade do conflito de classes, não pela impraticável destruição de algum dos têrmos conflitantes, mas sim pela eliminação do próprio conflito, graças à condução de todos rumo à finalidade natural do homem. É o momento histórico do Direito.

O ano de vossa formatura foi particularmente marcado por duas mortes que o abalaram: uma pela dolorosa tranqüilidade e outra pelo chocante da violência criminosa.

O Bom João XXIII deixou-nos, com palavras de paz e amor. Ilustração viva das idéias que procuro transmitir-vos. Dedicara seu pontificado a comover as inteligências cristãs, enfatizando-lhes, em encíclicas famosas, a necessidade de solucionarem a crise social sob inspiração da Justiça. E ninguém deixou de ser tocado pelo conteúdo rico de sua mensagem. E sua morte, embora esperada por todos, repercutiu na terra como trágica e irremediável novidade... E houve um luto mundial, comovido... saudade evidente de suas palavras...

Diletos afilhados.

O esfôrço de redenção do homem pelo Direito só é possível se estiverdes conscientes de que temos um encontro marcado no Absoluto. A cidade humana nos esmagará se não a inspirarmos na cidade divina. O problema social do homem não será resolvido sem atentarmos para sua destinação eterna. O agir do cidadão não será retificado sem espargirmos na cidade o amor de Deus. Esta a profunda mensagem do salmista que, na tragédia do Presidente João Kennedy, brilha, como ouro em ganga: "SE O SENHOR NÃO ZELAR PELA CIDADE, INÚTILMENTE SE DESVELARÁ O GUARDA" (S. CXXVI/1).

——xXx——

CENTENÁRIO DE UNAMUNO

Gilberto de Mello Kujawski
Do Convívio, de São Paulo

"! Que cosas nos decía! Eran cosas, no palabras".
(UNAMUNO — "San Manuel Bueno, Martir")

Foi uma pessoa amiga, de refinada solicitude intelectual, quem nos lembrou ser êste 1964 o ano centenário de Unamuno, efeméride até agora silenciada entre nós. Em primeiro lugar, caberia indagar até que ponto merece a omissão censura. Por que motivo deveria a inteligência brasileira lembrar o centenário de Unamuno? Para associar-se às homenagens devidas a mais um **vulto universal** do pensamento e da literatura? Êsse tipo de homenagem representa uma injúria à memória de um grande morto. Consagrá-lo na galeria dos imortais é a forma mais sutil de esquecê-lo no anonimato. Porque então nos bastará saber **o que** foi êle: um grande! Quando o essencial é descobrir **quem** foi êle, em sua mais profunda singularidade. A galeria dos vultos universais abriga um conjunto de pobres sêres tão anônimo quanto a maioria dos mortais que passam pela vida sem que alguém lhes retenha o nome. Ninguém se explica por sua universalidade; esta é que se explica por **alguém** que a suporta como carga, ao que parece, eventualmente incômoda.

Caberia, talvez melhor, render nosso tributo ao autor de "Agonia do Cristianismo" em sua condição da grande figura ibérica. Mas... por que estranho motivo nos faríamos sùbitamente sensíveis às "grande figuras ibéricas", se até hoje não procuramos nos abrir amplamente, como seria preciso, ao legado cultural de tôda a Península? Que repentino prurido de zêlo seria êsse?

Tanto no primeiro caso como no segundo, faltaria sinceridade em nossa evocação brasileira e americana de Unamuno, um quase desconhecido aqui. A pergunta a ser formulada é se temos o direito de continuar ignorando Unamuno; se essa ignorância não nos diminui em nosso próprio ser; se alguma pertinência concreta existe entre o lidador de Salamanca e nossa formação cultural.

Unamuno habita no mais íntimo da espiritualidade espanhola. Seria impossível a esta prosseguir em seu curso sem contar com o varão de Bilbao, ao menos para com êle polemizar. Trata-se, não de alguém passado, mas de alguém que **se passou** e ainda **se passa** ao mais profundo da experiência vital espanhola; sem o qual esta não teria presente nem futuro. Anàlogamente quanto ao que nos

concerne: se Unamuno é hoje uma circunstância básica da espiritualidade hispânica representa um dos elementos imprescindíveis de nossa tradição cultural. Assim como aos espanhóis e aos hispano-americanos não é permitido ignorar a Unamuno, ao Brasil não será lícito fechar os olhos e os ouvidos ao espírito da cultura hispânica, da qual Unamuno é fator, na acepção literal do têrmo, **integrante.** Saibamos ser fiéis à presente fase receptiva de nossa inteligência; não que ainda nos neguemos maioridade intelectual; mas porque algo sucede ao espírito espanhol, **desde Unamuno,** que nos dilata e estimula a receptividade, por si só, e em caráter bem diverso do que faria a pálida e acadêmica devoção aos "grandes vultos ibéricos", dedicada não ao espírito, mas à letra dos valôres tradicionais.

Unamuno é fascinante de ler, difícil de entender em substância e quase impossível de ser definido. Colabora para tanto sua viva disposição de resistir a tôdas as classificações, seu horror às etiquêtas: "... buscam poder encaixilhar-me e meter-me nos quadrículas em que se colocam os espíritos, dizendo de mim: é luterano, é calvinista, é católico, é ateu, é racionalista, é místico, ou qualquer outro mote cujo sentido claro desconhecem, mas que os dispensa de pensar mais. E eu não me quero deixar encaixilhar, porque eu, Miguel de Unamuno, como qualquer outro homem que aspire à consciência plena, sou espécie única". ("Mi Religión"). Em outro pequeno ensaio ("Verdade e Vida") diz o autor: "E não basta não mentir, como o oitavo mandamenta da lei de Deus nos ordena, senão que é preciso, ademais, dizer a verdade, o que não bem o mesmo. **Pois o progresso da vida espiritual consiste em passar dos preceitos negativos aos positivos".**

Aplicando conversão do negativo ao positivo à primeira citação referida, concluímos que o decisivo em Unamuno não é sua resistência às classificações convencionais — atitudes meramente negativa — e sim a determinação positiva de apresentar-se como **homem de carne e osso** ao interlocutor, despojado dos paramentos de "autor". Esta conclusão já serve para nos remover uma dificuldade inicial; a de escolher sob que espécie abordar a figura de Unamuno: a do pensador? a do novelista? a do poeta? a do teatrólogo? a do cronista?... Agora já sabemos. É preciso partir não do autor que nos fala nos livros, mas do Unamuno que encontraríamos na vida, aquêle "homem de carne e osso" que foi sua incontida obsessão. — "O homem de carne e osso, aquêle que nasce, sofre e morre — sobretudo o que morre —, aquêle que come e bebe e joga e dorme e pensa e quer, o homem a quem vemos e ouvimos, o irmão, o verdadeiro irmão". ("Do Sentimento Trágico da Vida"). Aos menos familiarizados com Unamuno, cumpre advertir que êle não reincide de modo algum no lugar comum do Humanismo. Ao perguntar pelo homem de carne e osso, Unamuno está se fazendo questão de si mesmo, de sua estrita e circunstancial singularidade, de uma "espécie única"; como "espécie única" considerará os demais homens; não enquanto membros da humanidade

genérica. "Porque o adjetivo **humanus** é para mim tão suspeito como o substantivo abstrato **humanitas,** a humanidade. Nem o humano, nem a humanidade, nem o adjetivo simples, nem o adjetivo substantivado, mas apenas o substantivo concreto: o homem". **Mihi quaestio factus sum,** eu me fiz questão de mim mesmo, repete, em consonância com Sto. Agostinho; **eu mesmo,** no fundo intransferível de minha problematicidade. É na primeira pessoa do singular, invariàvelmente, que nos dirige a voz. E então o escutamos não como a um autor, mas como a um homem que tem coisas importantes para nos dizer e que, de fato, só nos diz "coisas" (observações, experiências, temas, a substância de seu próprio ser) e não palavras.

II

Como Unamuno inverte-se a relação normal entre o autor e a obra. Tome-se um Cervantes, por exemplo; remete-nos imediatamente ao Quixote; Shakespeare nos remete desde logo aos seus personagens, a Hamlet, a Romeu e Julieta; Goethe nos remete a Fausto; Kant, à "Crítica da Razão Pura"; Nietzsche, ao Zaratustra... Com Unamuno dá-se exatamente o opôsto; não é o autor que remete à obra; esta é que remete sempre ao autor, ou melhor, ao homem que se encontra sob o autor. A razão é clara: é que Unamuno não precede, abstratamente, à sua obra; seu ser é o seu pôr-se- em obra, e esta, longe de representar o momento isolado de uma conduta, é a própria versão de sua substância pessoal. Muitos autores anteriores a Unamuno se **encarnaram** em suas obras; mas sempre, na condição de autor; ninguém como o lidador basco foi tão intencional no propósito de encarnar-se no texto enquanto homem e "espécie única". Sua bra é um esfôrço soberano para fazer-se presente em pessoa e em corpo inteiro junto ao leitor. E tôdas as vêzes que pergunta pelo homem vivente, o que nasce e morre, é por si mesmo que se pergunta. O homem Unamuno **circunstancializa-se** como sujeito e, ao mesmo tempo, o objeto supremo de indagação, do cuidado pelo saber. Implantado telúrica e temporalmente em profundas raízes étnicas, não é sem certo estremecimento que visualizamos sua figura enquadrada nas palavras com que descreve a Praça Nova, em Bilbao: "Mi Plaza Nueva, fría y uniforme, cuadrado patio de que el arte escapa, mi Plaza Nueva, puritana y hosca, mi metafísica..."

Repetimos: Unamuno circunstancializa-se, ao mesmo tempo, como sujeito e objeto supremo de indagação: "O noso homem é o homem de carne e osso; sou eu; és tu, leitor; e aquêle outro de mais além, somos todos nós os que pisamos a terra. E êste homem concreto, de carne e osso, é o sujeito e o supremo objeto de tôda a filosofia, quer o queiram ou não certos pseudo-filósofos". ("Do Sentimento Trágico da Vida" — trad. portuguêsa de Cruz Malpique, pág. 12).

Qual o tipo de indagação, qual a espécie de saber fundamentalmente pretendido por Unamuno? Que êle mesmo responda:

"Donde venho eu, e donde vem o mundo em que vivo e do qual vivo? Para onde vou e para onde vai tudo aquilo que me rodeia? Que significa isto? Tais as perguntas que o homem a si mesmo se faz, logo que se liberta da embrutecedora necessidade do sustento material. E se virmos bem, notaremos que por debaixo dessas perguntas está menos o desejo de conhecer o "porquê" do que principalmente um "para quê" menos a causa do que finalidade... O porquê só nos interessa em função do para quê; queremos saber donde viemos, para melhor sabermos aonda vamos". (**ibidem,** pág. 48).

Não lhe interessa o saber pelo saber, sòmente, o saber para... Para quê? Para salvar-se a si mesmo. A espécie de saber pretendida por Unamuno é um saber de salvação, de auto-salvação.

"Por que quero eu saber donde venho e aondo vou, donde vem e aonde vai aquilo que me rodeia, e que significa tudo isso? Porque não quero morrer inteiramente, e quero saber se estou destinado a morrer ou não definitivamente. E, se não morro, que será de mim? E se morro, então tudo deixa de ter sentido". (ibidem, pág. 49).

Eis aí a magna questão, a **questão única** que centraliza e unifica a aparente dispersão intelectual de Unamuno: o problema da razão, o afã de saber o que será feito de cada qual ao morrer. Não se confunda a importância dêste problema com a de nenhum outro; nunca será demais reiterar que êste não se reduz a um problema qualquer, mas é o **problema,** a problematicidade mesma, que vai conferir sentido, segundo Unamuno, a tôdas as questões fundamentais do homem.

"E três são as soluções: a) ou sei que morro de todo, e então é o desespêro irremediável, ou b) sei que não morro de todo, e então é a resignação, ou finalmente, c) não posso saber nem uma coisa nem outra, e então é a resignação no desespêro, ou êste naquela, uma resignação desesperada, ou um desespêro resignado, e a luta". ib., pág. 49).

Nem posso saber que morro de todo, nem que não morro de todo; não tenho mêdo para tanto. Minha razão não responde à máxima pergunta que lhe propõe a vida. E isto porque a razão é anti-vital e a vida é anti-racional. "Porque viver é uma coisa e conhecer é outra, e, como veremos, há, porventura, entre as duas uma tal oposição que possamos afirmar que todo o vital é anti-racional, e não apenas irracional, e todo o racional, ati-vital. E esta é a base do sentimento trágico da vida". (ib., pág. 50).

O sentimento trágico da vida resolve-se, pois, na resignação desesperada, ou no desespêro resignado com que suportamos o dilaceramento entre a vida e a razão, as quais, embora nunca entrem em acôrdo, jamais se podem sacrificar uma a outra. Mais uma vez Unamuno se mostra fiel à sua resoluta dialética de conversão do

negativo em positivo: a contradição básica entre a vida e a razão perde seu caráter negativo ao fomentar na luta (na **agonia**) a plenitude da pessoa humana. E a mesma dialética deve aplicar-se ao que entende Unamuno por imortalidade. Não basta perdurar, não é suficiente **não morrer**; o essencial é imortalizar-se alguém para viver potenciadamente, mais ampla e profundamente: "E o segrêdo da vida humana, em geral, o segrêdo raiz de que brotam todos os demais, é a ânsia de mais vida, é o furioso e insaciável anelo de ser tudo o mais sem deixarmos de ser nós mesmos, de nos assenhorearmos do universo inteiro sem que êste se assenhoreie de nós e nos absorva; é o desejo de ser outra sem deixar de ser eu e continuar a ser eu sendo também outra; numa palavra, o apetite da divindade, a fome de Deus". ("O Segrêdo da Vida").

O sentimento trágico da vida, essa resignação desesperada, êsse desespêro resignado, segundo Unamuno, é o ponto de partida **pessoal e afetivo** de tôda a filosofia e de tôda a religião. (1)

Tal sentimento, que representa em si mesmo um drama, alimenta-se de um único tema: o afã de imortalidade pessoal. Não há que transigir: a imortalidade deve ser pessoal": "Aquilo a que eu aspiro não é ser possuído por Deus, mas a possuí-lo, a fazer-me Deus, sem deixar de ser o eu que vos falo neste momento. As astúcias do monismo de nada nos servem; da imortalidade queremos a realidade e não a sua sombra". (ib., pág. 65). Por isso mesmo Unamuno toma ao pé da letra a proposição 6.ª da parte III da **Ética** (Spinoza): **naquaeque res, quatenus in se est, in suo esse perseverare conatur**, cada coisa, enquanto existe em si, esforça-se por perseverar no seu ser. A essência de cada homem, conclui nosso mestre, é feita de esfôrço, o esfôrço de continuar a ser homem, de não morrer. Ser é sempre querer ser.

III

Não poderíamos prosseguir no assunto sem referência ao livro de Julián Marías, "Miguel de Unamuno", a partir do qual os textos do grande basco adquirem a condição bibliográfica de **obras,** pròpriamente; porque antes do livro de Marías, Unamuno não possuía uma obra, mas uma fala, um discurso aliciante do comêço ao fim, mas com freqüentes e invencíveis obscuridades. A **fala** ainda prossegue, com o frescor de coisa diretamente **ouvida**, embora articulada e inteiriça.

O que Marías nos dá é a demonstração corredia de como Unamuno fêz da questão única, a questão da pessoa humana e sua

---

(1) "L'omme est périssable. Il se peut; mais périssons en résistant, et, si le néant nous est réservé, ne faisons pas que ce soit une injustice". Êste preceito de Sénancour, sempre relembrado por Unamuno, sintetiza bem seu doloroso estremecimento.

sobrevivência, a pedra angular de todo um polifacetado edifício de idéias, valores e emoções. Explica-nos que palpita em Unamuno a pretensão a um saber radical, precisamente o saber do que será de cada um de nós ao morrer. Mas, para conhecer o destino humano após a morte, é indispensável remontar ao tema do destino, da vida, em sua integridade; a questão única envolve as do ser, da vida e da morte do homem, em essencial unidade — escreve Marías. Quais os caminhos do saber, entretanto? Unamuno é, antes de tudo, um irracionalista, acreditando ser a razão antivital, e, portanto, radicalmente incapaz de saber da vida. O homem concreto é um fazer-se indivdual e pessoal no seio da temporalidade, "algo que deixa de ser à medida que vai sendo", um tecido substancialmente histórico e inapreensível à razão. Unamuno sente que a única maneira pela qual êle poderia saber da vida seria **narrar** a vida. Passa, então, a escrever novelas. Escreve novelas para penetrar a estrutura histórica, temporal e pessoal da vida humana, inacessível à razão pura; e para se apreender a si mesmo em sua substância original; em certo trecho esclarece que nós só podemos conhecer à medida que observamos não a nós, mas aos outros. Marías acentua e reitera a importância central da novelística em Unamuno. "Serve-se da novela para criar entes de ficção, criaturas espirituais com história em que pode espelhar-se e ver-se em transparência, fora de si mesmo, assim podendo viver a história humana e penetrar sua verdade. E dela se serve também e principalmente para intentar a grande experiência, que não se pode repetir e por isso nos apresenta o problema da perduração: a morte". (pág. 297, **Obras,** V).

O tipo de novela de que se serve, não o encontra feito. Para manter-se fiel ao seu propósito, Unamuno vê-se compelido a criar nôvo tipo de novela, totalmente inédito ao final da última centúria: a novela **existencial,** conforme a denomina Marías já em 1938, bem antes que os existencialistas franceses inaugurassem sua maneira característica de ficção. A novidade introduzida pela novela existencial, ou pessoal, de Unamuno, com relação à novela psicológica do século XIX, vigente ao tempo, é a seguinte: enquanto a novela psicológica satisfaz-se com a análise pormenorizada da vida psíquica ou anímica das personagens, entendida como uma sucessão de **estados de alma,** a novela pessoal preocupa-se não com a corrente da vida interior, mas com o próprio núcleo do psiquismo, a personalidade mesma e seus modos de ser. Na novela de Unamuno as paixões não são sentimentos e sim **modos de ser,** não são o que nos acontece, mas o que somos. Partindo daí, Marías reconstrói o sentido autêntico do amor e da fé viva. "No amor se poderão dar múltiplos sentimentos, mas **êle** mesmo não é, de modo algum, questão de sentimentos, mas de **ser**". (pág. 63). O amor é um modo ontológico de ser, não um sentimento. (Não é impossível que se afirme e desenvolva até **contra** nossos sentimentos e que êstes o conturbem, confundam-no, sem atingi-lo na essência, deduzimos). No ser de quem ama vai incluída a pessoa amada, na qual a pri-

meira se transcende e se inclui. E se mudamos um dia para o amor de outra pessoa, é que também já somos outros.

Ao firmar Unamuno suas últimas novelas, sempre terminando na morte, pergunta-se pela solução do enigma, o enigma da personalidade e ser destino final. Quem morre não se explica, mas tampouco emudece. Silencia, apenas, encerrado no hermetismo de sua latência. E o latente não é o mesmo que o ausente, conforme nos diz o próprio Marías em outro texto: "O caráter do latente não fica suficientemente explicado quando se alude à não presença; êste aspecto negativo não esgota o latente que é o que **está oculto**, sublinhando tanto como o oculto, o estar; quer dizer, aquilo que sentimos positivamente "escondido", emboscado atrás das cousas". ("Meditações do Quixote", comentários de Julián Marías, pág. 288). Assim, a pessoa permanece oculta em sua latente realidade, por detrás da morte. Êste, observa Marías, é o último sentido da novela de Unamuno.

IV

O desdobramento temático da "questão única" é perseguido por Marías nos momentos mais significativos de Unamuno. No curso da presente síntese não seria fácil reproduzir algo do efeito dinâmico e absorvente implícito na obra do mestre bilbaíno por essa dramática interrogação. Para quem já conhece Unamuno, o livro de Marías servirá como excelente exegese e para quem o desconhece, como necessária introdução. Em ambos os casos torna-se indispensável sua leitura. Nosso artigo, abstraindo-se agora ao exame intrínseco da obra e da personalidade de Unamuno, toma outro caminho. Pôsto que Unamuno consubstancia a pedra angular de seu pensamento na questão da pessoa humana e sua sobrevivência, queremos indagar do pressuposto e das conseqüências dessa **questão única.**

O pressuposto de sua concentração global em tôrno da supervivência pessoal já sabemos qual seja: é que Unamuno se propõe a si mesmo, ou (num segundo momento) propõe o homem concreto como o sujeito e objeto supremo de tôda a filosfia, de tôda indagação superior. Sem esta premissa a insistência na questão única pareceria uma caprichosa limitação. Com ela, essa questão adquire pertinência e necessidade, talvez mesmo o lugar absoluto que lhe empresta Don Miguel. Como sujeito e objeto do saber de salvação, Unamuno, em outras palavras, passa a fazer-se questão **pessoal** dos problemas da filosofia, reduzindo-os a um interêsse básico — o saber da imortalidade. É a incorporação pessoal em algo de muito concreto, isto é, em meu próprio ser, daquilo que parece por demais abstrato — a problemática metafísica tradicional. É a procura da verdade na vida e da vida na verdade ("aun a sabiendas de que no he de encontrarlas mientras viva"). Tôdas as inquietações do homem que se coloca como centro do cuidado pelo saber, só

no afã de auto-preservação eterna se podem resumir. As indagações especulativas sòmente ganham sentido e fundamento a partir da sêde de eternidade, a partir de sua pertinência interna com meu destino inalienável e irreversível. O pressuposto da pergunta pela imortalidade pessoal é a incorporação da problemática metafísica tradicional em problemática de ordem vital, concretamente preservadora de minha própria realidade.

A tematização da questão única, levada a efeito por Unamuno, produziu, ao menos, duas conseqüências unificadas:

a) a indagação filosófica entendida como o **saber a que se ater** da vida humana, a filosofia encaminhada à busca da certeza radical para minha vida e na minha vida;

b) a conversão da filosofia num **que fazer** humano, superando, de uma vez por tôdas, seu caráter de disciplina universitária.

E falo em conseqüências unificadas porque a vida humana não pode saber a que se ater sem que a filosofia se desenvolva como que fazer.

Ambas as decorrências, embora não explícitas textualmente em Unamuno, haveriam de circunscrever para o pensamento espanhol seu âmbito próprio e seu lugar insubstituível na história da filosofia. Âmbito desde logo preenchido pela figura exponencial de Ortega e seus discípulos. O irracionalismo de Unamuno estimularia em Ortega o seu oposto, o raciovitalismo. Enquanto o primeiro quer a razão contra a vida, o segundo formula os princípios da razão vital. Mas o inevitável para Ortega, ainda pensando em antítese a Unamuno, é a partir do nível especulativo introduzido por êste último, o nível da vida problematizando-se a si mesma, que o meditador castelhano levanta vôo. Baste-nos aqui esta indicação, já que não é o momento de esclarecer as relações entre os dois amigos da sabedoria. (Para melhores informes, consultar o volume primeiro do livro **Ortega** de J. Marías).

Enquanto **que fazer** é que a filosofia se integra radicalmente na vida humana. Fazer do quê? Fazer de uma certeza essencial sôbre a realidade. "A filosofia — diz Marías — tem sido vista mais como uma ciência, como construção de idéias, do que como um **fazer** humano; ora, não se pode esquecer que a filosofia é algo que o homem faz, embora o resultado disso que êle faz seja uma ciência". (Introdução à Filosofia", trad. bras., pág. 368).

Em todos os países europeus de maior tradição filosófica — Alemanha, França, Inglaterra, Itália — é no seio das universidades que esta se encontra sediada. Desde sua fundação na Idade Média, a Universidade congrega a sede histórica da tradição filosófica e de sua problemática específica. Quase que sem solução de continuidade, a história da filosofia européia, a sucessão dos sistemas e das escolas se passa nos domínios ocupados pela cultura oficial, a ponto de que os países destituídos de sólida organização universitária nunca apresentaram movimento filosófico original. A Espanha estava entre êstes últimos. Como também as demais nações do grupo hispânico,

onde a ausência de tradição universitária não fornecia suporte histórico para o exercício sistemático do pensamento. Porque o que se dá por filosofia em suas universidades, em grande parte, não passa de um mal-entendido. Em nenhum lugar, em nenhum momento, a filosofia se pode implantar numa cultura, de cima para baixo, a título de disciplina científica e universitária. Seria preciso que a indagação filosótica não fôsse um que-fazer, uma ocupação concreta do homem e submetida desde logo a duas exigências irredutíveis, como viu bem Marías: forçosidade e circunstancialidade. Não se trata de poder fazer esta ou aquela filosofia; para quem quer saber a que se ater, em dado momento, trata-se de fazer esta forma de filosofia ou de morrer. **Tertio non datur.**

Aqui nos parece claro, finalmente, por que Unamuno e seu centenário nos dizem respeito, em nossa condição de membros do grupo cultural hispânico. A partir do instante em que Unamuno erige o homem concreto, de carne e osso, em sujeito e supremo objeto da filosofia, já se prepara a transferência da problemática especulativa tradicional, da universidade para a vida humana, para a minha vida tomada em tôda sua singularidade histórica e circunstancial. O sujeito ou substrato da tradição filosófica já não é a universidade, mas a vida humana na medida em que se problematiza a si mesma. Inaugura-se a consciência plena da filosofia como que-fazer, como tarefa pessoal requerida para nossa instalação no mundo. Só assim a filosofia se abre como possibilidade histórica efetiva frente ao destino cultural do Brasil e das nações, como êle, destituídas dêsse órgão de assimilação e formação cultural que deve ser a universidade. Esta pertinência indiscutível é que empresta autenticidade às palavras com que venhamos a distinguir Unamuno em seu centenário, impedindo que sôem em falso, para mais uma vazia homenagem. Unamuno criou as condições para que a filosofia, superando os limites de disciplina universitária, viesse inserir-se no âmago do destino pessoal e histórico. Por isso nos abriu o caminho que faltava para nossa eventual participação, genuína e em caráter inédito, no diálogo ocidental das idéias.

V

A pergunta de Unamuno pela imortalidade pessoal é uma pergunta de ordem arcaica. Algo de muito preciso é o que queremos dizer. Por arcaico não se deve entender o anacrônico e sim, o **mítico.** O mito, na acepção em que Ortega o considera ao abordar o problema da épica nas "Meditações do Quixote", reduz-se à categoria do arcaico enquanto tal, orbe suspenso acima do tempo (e do espaço), inacessível para o homem do presente por mais "ontens" que possa intercalar. A distância que medeia entre nós a Aquiles — dix Ortega — é exatamente a mesma que medeia entre Platão e Aquiles.

Cuidado de ordem arcaica, vizinha às fontes do mito, é o cuidado de Unamuno pela imortalidade. "Não quero enganar ninguém, nem dar por filosofia o que talvez não passe de poesia ou fantasmagoria, ou mitologia, para falarmos com mais rigor. O divino Platão, depois de ter discutido, no seu **Fédon,** a imortalidade da alma — uma imortalidade ideal, e, portanto, mentirosa — meteu-se a expor os mitos sôbre a outra vida, dizendo que também é preciso mitologizar. Vamos nós fazer o mesmo". ("Do Sentimento Trágico da Vida" — pág. 157).

Não só a pergunta de Unamuno, como êle próprio, da cabeça aos pés, é uma personagem arcaica. Com barbas brancas ou não, sempre uma figura avoenga, de um avoengo terrunho e profundamente radicado nos substratos do **intra-histórico.** A idéia do intra-histórico representa, talvez, a melhor contribuição de Unamuno para a filosofia da história. No ensaio intitulado "A tradição eterna", do livro "Em tôrno ao casticismo", Unamuno põe-se a refletir sôbre a difundida expressão "o presente momento histórico". Se falamos em momento **presente histórico,** deve existir outro momento presente não histórico. E assim é, em verdade. — "Os periódicos nada mencionam da vida silenciosa dos milhões de homens sem história que a tôdas as horas do dia e em todos os países do globo se levantam a uma ordem do sol e vão aos seus campos, prosseguindo no obscuro e silencioso labor cotidiano e eterno, êsse labor que, como o das madrepérolas suboceânicas deita as bases sôbre as quais se levantam as ilhotas da história. Sôbre o silêncio augusto, dizia eu, apóia-se e vive o som; sôbre a imensa humanidade silenciosa elevam-se os que metem bulha na história. Essa vida intra-histórica, silenciosa e contínua como o fundo do mar, é a substância do progresso, a verdadeira tradição, a tradição eterna, não a tradição mentira que se costuma buscar no passado, enterrada em livros e papéis, momentos e pedras". Segundo Unamuno, a história brota da não história, e a tradição autêntica, a tradição eterna, não se perde no passado, mas palpita bem viva no presente, fazendo-se sentir no espetáculo do cotidiano comunial. — "No fundo do presente há que buscar a tradição eterna, nas entranhas do mar... A tradição vive no fundo do presente, é sua substância; a tradição faz possível a ciência, ou melhor, a ciência mesma é tradição".

A tradição eterna, prossegue, é o fundo do ser humano. É uma das dimensões da vida em que se revela a profunda paz da eternidade, contìnuamente sonhada pelo homem, "a entranha silenciosa e permanente do viver cotidiano", atmosfera na qual respira sua primeira novela "Paz en la Guerra". Nesta novela Unamuno busca reabilitar as formas do cotidiano autêntico, nutrindo-nos com a plenitude de sua limitação. Só na substância do intra-histórico podemos aprofundar a familiaridade silenciosa com as coisas que nos cercam e haurir, no embalo do dia a dia sempre inalterável, o penhor de nossa eternidade. Assim nos é apresentado Pedro Antonio Iturriondo, personagem de "Paz em la guerra":

"Na montonia de sua vida gozava Pedro Antonio da novidade de cada minuto, do deleite de fazer as mesmas coisas todos os dias e da plenitude de sua limitação. Perdia-se na sombra, passava inadvertido, desfrutando, dentro de sua epiderme, como o peixe na água, a íntima intensidade de si mesmo e não na aparência dos demais. Fluía sua existência como corrente de rio manso, com rumor não ouvido e do qual não se daria conta até que se interrompesse".

A resistência habitual no intra-histórico imprime em Unamuno seu perfil singular. Explica ainda essa familiaridade "a priori" que com sua pessoa sentimos ao ouvir-lhe as primeiras palavras, na adolescência, que é quando o conhecemos. Fala-nos "de dentro". Não é soerguido nos patamares das fundações históricas que nos dirige a palavra, pois o histórico é, apenas, o reino do memorável; mas o intra-histórico é a experiência do imemorial, a terceira dimensão do cotidiano, sua perspectiva de profundidade; dessas entranhas é que nos chega a sua voz. Impregnando os homens em sua polpa de intimidade e permanência, a voz do intra-histórico tem o condão de uni-los numa só família, por sob as diferenciações da história. Sem discutir até onde é possível esta união, o certo é que ela sempre estêve nas intenções de Unamuno, sobretudo no concernente à conciliação da família hispânica e à recomposição fraterna com Portugal. O Portugal de Antero, de Pascoaes, de Oliveira Martins e principalmente o de Camilo. Merece bom sucesso esta disposição do sábio espanhol. Tanto mais que a nós sempre nos pareceu que a decantada **saudade** portuguêsa é a versão nacional do intra-histórico. Se a saudade se reduzisse a nostalgia do passado, não iria além da viciosa pieguice. A saudade é a dor para o retôrno não ao passado, mas a algo de mais fundo, ao imemorial que se dissimula no regaço nutriente do cotidiano, ao alvéolo materno que nos protege e agasalha contra as intempéries do mundo histórico e da exigência ao relento. O eterno desejado no tempo. Nos autores portuguêses é freqüente o encontro com o intra-histórico, que para nós vem a ser o conteúdo da saudade. O seguinte trecho de Miguel Torga, sôbre sua província natal, poderia ser assinado pelo narrador de "Paz en la Guerra": "No gôsto apurado duma alheira de Chaves, onde já não é possível alterar num miligrama sequer a dose dos condimentos, ou no modo de erguer uma videira com a máxima economia de gestos, há uma verdade que ultrapassa a rotina de comer e trabalhar. Há um salto para além da barreira de instintiva preservação fisiológica, que é já libertação e permanência no intemporal".

Assim Unamuno queria a imortalidade: "al día, mas reposando a la vez en la calma del desprendido de todo lo pasajero... **al día en la eternidad".**

———oOo———

O BARROCO E A ESCULTURA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

FERNANDO CORONA
Catedrático da Escola de Artes — U.R.G.S.

Conferência proferida no Curso de Civilização Ibero-Americana, no Instituto de Cultura Hispânica, abril 1964.

A arquitetura, a escultura e a pintura brasileiras, ao findar do século XVIII e na madrugada do XIX, ainda expressava pela forma e conteúdo, características próprias herdadas dos velhos colonizadores portuguêses. A arte barroca do Brasil, ainda era portuguêsa na Bahia, onde fôra iniciada, e algumas igrejas foram construídas com pedras talhadas em Portugal. Mas, tratemos aqui de saber sôbre a escultura brasileira legítima, que ao penetrar território adentro, ao sair da Bahia em direção ao centro e oeste, atingindo o planalto das Minas Gerais, a arte, nesse momento nacionalizada, ampliando assim o pequeno ciclo da transformação, sem perder seu caráter barroco, tomou sentido de leveza. Ficou rococó. Acontece que os missioneiros e os mestres do riscado, traziam da Europa missais e livros com desenhos policromados, impressos na França na época de Luiz XV, onde o barroco sofreu grandes transformações.

Como em arte não há evolução e sim transformação, cada período desenvolve-se em pequenos ciclos, a metamorfose se faz na medida em que influências estranhas contagiam o meio ambiente, e estas inspiram os artistas criadores que as transformam.

No momento em que o Brasil passou de Colônia a Reinado, justamente nos primórdios do século XIX, o gôsto dominante mudou. Apesar da Côrte ser portuguêsa de enraizadas tradições, orgulhosa por tantos motivos dos feitos gloriosos de sua história, os Conselheiros do Rei, ou com mais precisão, o Conselheiro Conde da Barca, homem respeitadíssimo pela sua vasta cultura, era espiritualmente apaixonado pelo humanismo francês.

E é estudando essa face da nossa história que poderemos apreciar a mudança radical que sofreu em sua metamorfose a arte em nosso país.

Arquitetura e escultura no Brasil-Colônia eram barrocas, por naturalidade, e passaram a neo-clássicas por adoção durante o Brasil-Reinado. Não poderíamos dizer que o barroco brasileiro feneceu nesta mudança, pois somos de parecer que a arte que passa adormece apenas, conservando-se eternamente como fonte de inspiração e de formação no processo das culturas até a retomada pelas transformações, pois seria delito de lesa-arte, a cópia do antigo.

Pela fôrça expressiva que encerra o barroco brasileiro, podemos dizer que a escultura dêsse ciclo em nosso país, alcançou o século XIX e adormeceu no momento em que faleciam Mestre Valentim e o Aleijadinho, ocorrido em 1813 e 1814, respetivamente.

Se bem que êstes dois imortais artistas brasileiros pertençam ao século XVIII, e sua escultura, com expressão e técnica diferentes, fôsse barroca, o neo-classicismo dominou. Houve entretanto um choque violento na metamorfose. De modo geral, os povos manifestam seu gôsto pela arte, em formação lenta, e apreciam de preferência tudo que lhes é familiar. A mudança da velha expressão barroca para o neo-clássico, foi instituída por real decreto. Antes, escultores e toreutas aprendiam os ofícios em carpintarias privadas ou nas oficinas instaladas na construção das igrejas, cortando cedro e jacarandá, sendo seus mestres os laboriosos colonizadores e seus filhos nascidos brasileiros. Face ao real decreto de 1816, as artes no Brasil, e de modo específico, o ensino das mesmas, sairia das oficinas para ser ministrado nas escolas, com uma nova orientação plástica na forma e no conteúdo. O gôsto dominante era outro, e, do barroco autóctone por naturalidade, passou a neo-clássico por imposição. Parece-nos que o mal não está em que o ensino das artes saísse das oficinas para ser ministrado nas escolas, onde a metodização eleva os conhecimentos e faz do homem vocacional um homem de cultura. É que o impacto era estranho para o artista brasileiro e a expressão nativa adormeceu tomando rumos diferentes.

Vejamos como eram os mestres do barroco brasileiro:

Valentim da Fonseca e Silva, nosso Mestre Valentim, filho de fidalgo português e preta escrava, nasceu nas Minas Gerais, ignorando-se a data. Estudou em Portugal desenho arquitetônico e escultura, e ao voltar à pátria, radicou-se no Rio de Janeiro. Mestre Valentim foi primoroso desenhista, hábil escultor, ourives, entalhador e arquiteto. São de sua autoria as mais belas esculturas do Brasil-Colônia, modeladas em barro ou cera e fundidas em bronze, técnica esta que o Aleijadinho desconheceu, pois êste gênio extraordinário desbastou a madeira e a pedra-sabão.

Mestre Valentim aprendeu e colaborou com o toreuta Luiz da Fonseca Rosa, nas obras de talha em madeira nos altares da igreja do Carmo, no Rio, e como arquiteto, retificou e melhorou o risco da fachada da mesma igreja, que era da autoria do Mestre Manoel Alves Setubal. Também é do Mestre Valentim o risco e a construção do Chafariz em pedra granítica da atual Praça 15 de Novembro, obra esta de 1782, e dos popularíssimos jacarés em bronze cinzelado, resto de uma grande fonte, que ainda hoje decoram um recanto da escadaria do Passeio Público. Contemporâneo do Aleijadinho, seu co-estaduano e produzindo em zonas diferentes, Mestre Valentim não teve por certo, a genialidade turbulenta e atormentada do grande mutilado, entretanto êle foi senhor de certo refinamento em desenhos de ourivesaria, sendo autor dos belíssimos lampadários do Mosteiro de São Bento. Sua estatuária em bronze, de suaves contornos bar-

rocos, decorou muitos anos o jardim do Passeio Público, onde apenas ficou Diana a caçadora, e o frontespício do belo portão de bronze onde ainda podem ser apreciados os valores técnicos e múltiplos do mestre. O centro do frontespício foi decorado por um medalhão com a efígie da Rainha D.ª Maria e seu espôso El Rei D. Pedro III. As imagens talhadas em cedro representando São João Evangelista e São Mateus, para a Igreja da Santa Cruz dos Militares, atualmente estão no Museu Histórico Nacional.

Antônio Francisco Lisboa, o "Aleijadinho", filho de carpinteiro português e preta escrava, nasceu em Vila Rica, hoje Ouro Preto, na antiga capitania das Minas Gerais, em 1737. O Aleijadinho é o gênio indiscutível da estatuária e da torêutica do Brasil-Colônia e, sem a menor dúvida, pela fôrça ingênua de tôda sua obra, o mais puro artista do barroco-rococó. Bastaria analisar os 12 profetas esculpidos em esteatita ou pedra-sabão que, vistos ao morrer da tarde, como eu vi, postado que estava no adro do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo, pareciam dialogar ante o crepúsculo. Senti aquela vez, na solidão daquele átrio, ao anoitecer, a sensação de ouvir dos profetas o murmúrio de seus diálogos que, para mim, naquele instante, extasiado como estava ante tanta harmonia, me parecia mensagens de amor e de paz. Os panos atirados ao vento, os braços dirigindo atitudes, as barbas retorcidas em aneladas formas, os olhos penetrantes e as bôcas de lábios bem marcados, aquêles profetas de pedra pareciam gesticular. Êles deixaram em mim a impressão que causa na gente a verdadeira obra de arte, quando emite de seu interior um sôpro de vida que nasce do fundo da forma e brota de seu conteúdo.

O Brasil-Colônia teve outros artistas plásticos provindos naturalmente de Portugal. Eram mestres na entalhadura do cedro e do jacarandá. Êles ensinaram a seus filhos e netos o risco e a talha, fazendo-os toreutas e santeiros, como eram conhecidos por êsse tempo os escultores. Êles enriqueceram o patrimônio artístico do país porque o trabalho nos templos era constante, e é nas Igrejas onde hoje podemos admirar tanta riqueza que une a religião às artes em geral.

É na Bahia onde mais poderemos admirar êsses artistas do barroco. É no fabuloso interior do Convento e na fachada da Ordem Terceira de São Francisco, que o barroco ibérico alcança sua maior grandeza de inspiração, executado nos moldes peninsulares. Mas, entre os mais notáveis toreutas e santeiros baianos, os historiadores citam a Chagas "O Cabra", "que nunca ninguém lhe conheceu o nome", sabendo-se que viveu e trabalhou na Bahia, em fins do século XVIII, não faltando quem afirme que "O Cabra" completa a trilogia dos maiores escultores do barroco com Mestre Valentim e o Aleijadinho, argumentando "que suas imagens eram tão perfeitas que pareciam tiradas do natural".

Existe no Convento de São Francisco uma extraordinária imagem de São Pedro de Alcântara, entalhada por Manoel Inácio da

Costa, com a mesma expressão a fôrça dramática das melhores que a Espanha e Portugal produziram para seus templos.

Vamos penetrar no impacto que o Brasil sofreu na arte com a chegada de D. João VI. Em 1816, com a vinda da Missão Artística Francesa e por ela, a fundação da Academia, o barroco adormeceu, nascendo o ensino artístico nos moldes neo-clássicos de importação direta, pois todos os mestres eram franceses. Muita celeuma provocou a idéia que teve o Conde da Barca, e a voz comum perguntava: Porque não trazer de Portugal mestres e professôres de real valor em vez de buscá-los na França? É possível que o Brasil-Reinado não tivesse professôres eruditos capazes de metodizar o ensino artístico nas escolas, pois é fácil compreender que escultores e toreutas eram homens que aprendiam o ofício nas oficinas das Igrejas como humildes artesãos sem pensar em honrarias. E pensamos nós a êsse respeito quando concluímos que o grande patrimônio artístico da Ibero-América foi executado justamente pelos humildes artesãos espanhóis e portuguêses e os índios que foram seus discípulos.

A Missão Francesa modificou o ensino das artes no Brasil. As idéias de Joaquim Winckelmann de volta ao classicismo, empolgaram Napoleão Bonaparte e também o Conde da Barca. O ambiente dominante na França buscava nas normas neo-clássicas sua forma de expressão, pondo de lado o barroquismo. E a Missão Francesa aqui chegou em 1816 chefiada pelo acadêmico Joaquim Lebreton.

Diz o historiador Morales de los Rios: "as instituições e pensamentos coloniais, apoiados no barroco, no jesuítico, no plateresco e no churrigueresco, foram substituídos por sentimentos, pensamentos e ações neo-clássicos.

Com a Independência do Brasil, sòmente em 5 de novembro de 1826, a "Academia Imperial de Belas Artes "fôra inaugurada definitivamente por Dom Pedro I. Como tratamos de escultura tomaremos contato com o primeiro mestre integrante da Missão Francesa. Trata-se de Auguste-Marie Taunay. Durante oito anos de intenso labor professoral, preparou e metodizou nas normas acadêmicas os primeiros escultores brasileiros cujos nomes a história registra. Todos colaboraram com o mestre Taunay nas esculturas decorativas que o grande arquiteto Grandjean de Montigny, seu ilustre colega da Missão, projetara para o Estado. A antiga fisionomia barroca, aquela das Igrejas e das casas de moradia dos colonizadores, mudou, porque as normas arquitetônicas de Montigny, eram neoclássicas.

O grande escultor do momento foi Marcos Ferrez. Êste artista não viera ao Brasil com a Missão. Era entretanto francês. Podemos classificá-lo de acadêmico, porém não à maneira de Taunay, neoclássico. Marcos Ferrez provinha da concepção da cópia exata da figura, onde mais se busca o parecido superficial que a forma expressiva ideal. Ferrez esculpiu o naturalismo dos modelos com perfeição e técnica aprimorada. Modelou os bustos de Pedro I, D.ª Maria Teresa

e de Bourbon e Bragança, Visconde de Olinda, José Bonifácio, um maravilhoso Camões do Instituto Histórico, o Apolo e Minerva da antiga Academia, a decoração da casa da Marquesa de Santos e tanta outra obra que seria canstivo enumerar. O artista estava mais ao serviço da Côrte nos Palácios que a serviço do povo nas Igrejas. Marcos Ferrez faleceu em 1846, no mesmo mês e ano do falecimento do grande arquiteto Grandjean de Montigny.

Houve o 1.º concurso de prêmio de viagem, concedido pela Academia ao melhor aluno. Em 1845, a outorga foi para Antônio Batista da Rocha, da arquitetura, concorrendo com 4 pintores e 2 escultores. O 2.º concurso foi realizado em 1846, cabendo o prêmio de viagem ao escultor Elídio Pánfiro, discípulo de Marcos Ferrez. Foi autor da decoração do Salão da Congregação da Escola Politécnica, atual Escola de Engenharia no Largo de São Francisco. Outro aluno de Ferrez, o escultor Quirino de Morais foi autor do grupo "O Gênio do Brasil presidindo às Musas", colocado no frontespício da fachada do atual Automóvel Club do Rio. Vem a propósito uma divagação a respeito dos temas que a arte importada gerou. Não vos parece essa arte alegórica qualquer coisa de carnavalesca?

O mais talentoso e maior escultor da época, também discípulo de Ferrez, foi Francisco Manoel Chaves Pinheiro, carioca, nascido em 5 de setembro de 1822 e falecido em 1885. Substituiu Ferrez na cátedra em 1850, e a regeu durante 33 anos. Foram seus discípulos prediletos e mais talentosos Carlos Caetano de Almeida e Rodolfo Bernardelli, êste a maior glória da estatuária nacional.

São da autoria de Chaves Pinheiro, a "Estátua eqüestre de Pedro II no cêrco de Uruguaiana"; estátua em bronze de João Caetano, no papel de Oscar na tragédia do mesmo nome, na Praça Tiradentes; "A emancipação do Elemento Servil", grupo de seis figuras colocadas na antiga Secretaria da Agricultura, no Largo do Paço; Estátuas de Pedro II na Casa da Moeda, Caixa Econômica e a Santa Casa da Misericórdia; Bústos de Tiradentes, Marquês do Pombal, Dias da Cruz, Pereira Rego, Marquês do Lavradio, Maestro Gotschalk, Maestro Francisco Manoel e Padre José Maurício. Seria imensa a lista de trabalhos do escultor Chaves Pinheiro, mas esta palestra não tem caráter estatístico. Interessa saber, isto sim, de como e por que causas as transformações artísticas se processam no meio ambiente.

O grande estatuário de fins do século XIX é Rodolfo Bernardelli, nascido no México em 1852. Aos 18 anos iniciou os estudos de escultura na Imperial Academia de Belas Artes com o professor Chaves Pinheiro. Seu talento e vocação foram excepcionais e após três anos de estudos talhava em mármore a figura de David. Modela ainda "A Saudade da Tribo" e "A espreita", conquistando medalha de ouro e o Prêmio de Viagem a Europa. Estudou em Roma 9 anos, recebendo a incumbência de copiar em mármore a Venus Calipígia do Museu de Nápoles e a Venus de Médicis no Vaticano. Volta ao Brasil em 1885, ocupando a cátedra de escultura até 1915. No Museu Nacional de Belas Artes, a Sala Rodolfo Bernardelli guarda, co-

mo relíquias que são, grande parte das obras legadas por êste famoso escultor brasileiro. Lá está a "Faceira" e lá se encontram a figura de Santo Estevão e o grupo em mármore "O Cristo e a Adúltera", reputada esta sua maior obra de arte. Bernardelli foi autor de muitos monumentos. Dentre êles destacamos o de Pedro Alvares Cabral, Duque de Caxias, Visconde de Mauá, José de Alencar, Pereira Passos, a imponente figura do magistrado Teixeira de Freitas e muitos mais. O Imperador Pedro II permitiu ùnicamente a êle pose para um busto.

Como e de que modo poderíamos classificar a escultura brasileira que interrompeu a ordem barroca nos primórdios do século XIX? Primeiro nos parece que devemos pensar na formação das culturas, e, neste caso, a arte brasileira praticada por brasileiros desde as origens da colonização, sofreu influências de várias migrações, de outras culturas. Somos de opinião que o fio da meada será retomado, como agora o está sendo através da arquitetura, como veremos em seguida.

Arte acadêmica exigia normas inspiradas na mitologia grega enquanto o naturalismo buscava motivos nascidos do romantismo. A forma escultórica naturalista não arrancou do fundo da matéria plástica qualquer sôpro de vida interior, se considerarmos que o realismo não está na forma e sim no conteúdo, como existe no barroco. A maior preocupação do escultor acadêmico era a de achar o modêlo ideal para copiá-lo como os nossos olhos o vêm, muitas vêzes colocado em falsas posições que a verdade do subconsciente não aprova. Nenhuma fôrça interior irradiava essa espécie de escultura, nenhuma deformação muscular que expressasse a inquietude da própria existência. Muito custou Augusto Rodin a provar o êrro daquêles artistas do século XIX que teimavam em copiar simplesmente a forma muscular do corpo humano, de superfície bonita como a de um bibelô. Antoine Bourdelle, mais tarde, com seu primitivismo arcaico, provou que escultura é forma que nasce de dentro para fora, e Maillol proclamou e sublimou outra verdade maior: Que o corpo humano não é só aquêle que guarda proporções de ideal pré-estabelecido por um canon. As formas robustas guardam também um ser vivo. A verdade não poderia ser estereotipada por cânones determinados e convencionais, pois a vida transcende quando funcionam conjuntamente o corpo e a alma.

Não me julguem mal os que pensam em contrário. Nosso pensamento é êste: A escultura, essa do século XIX que procede dos meios tìpicamente acadêmicos, desligou-se da arquitetura como também da pintura, artes que, a nosso entender, jamais deveriam separar-se.

À semelhança dos artistas da renascença e do barroco, tantas vêzes reunidos numa só pesoa, arquiteto, pintor e escultor, ou integrada cada um, em três pessoas de um mesmo pensar, quanta beleza plástica poderia ser criada? Faltou à escultura do século XIX

a expressão verdadeira de sua função. Com o neo-classicismo proliferou o naturalismo e a estética virou capricho. Arquitetura, pintura e escultura, limitaram-se a copiar uma arte artificial que afinal agradava apenas ao gôsto dominnte. Perdeu, durante muito tempo sua fôrça criadora. Justamente perdeu aquela fôrça estética que uniu arquitetura e escultura no Partenon de Atenas, perde a unidade transparente, simples e monumental de uma Catedral Gótica, onde o silêncio é estilo e o estilo é luz; perdeu a filigrana ornamental e a serenidade linear de um templo renascentista e a expressão dramática e transcendental do barroco.

A arte autêntica não tem retôrno, e é a própria Igreja Católica quem o prova em quase dois mil anos de existência aceitando as transformações expostas ou propostas pelos artistas criadores das variadas épocas. As mais notáveis Igrejas da Espanha, por exemplo, levaram muitos anos e algumas até séculos a serem construídas, a serem terminadas. Quantos templos existem levantados com estrutura gótica dos séculos XII ou XIII, com suas esbeltas ojivas nervuradas nas abobadas, com retábulos, púlpitos, sacristias e esculturas internas realizadas em épocas renascentistas e plateresca. barrocas e churriguerescas dos séculos XV, XVI, XVII ou XVIII? Se a Igreja tivesse exigido dos artistas do século XVIII, obras do século XII, não estaria aceitando uma falsa cópia de um estilo passado, negando assim a verdade histórica caraterizada nas transformações artísticas? A cópia nunca seria autêntica e a Igreja Católica não é a coluna das verdades?

A beleza plástica emana da autenticidade das transformações. Neste caso, a harmonia estética é dinâmica, dinâmica esta que não se avalia pela forma física. Tentaremos simplificar. No conjunto de obras mestras de variadas épocas, existe uma intenção, uma idéia imponderável cuja finalidade é uma só, no espaço e no tempo. É a linha constante da fôrça espiritual que as criou. É o pensamento humano de uma idéia única, materializada pelo artista em sua obra de arte. É um todo sem retôrno compôsto de verdades autênticas, como vivências da alma em busca da eternidade.

A arquitetura contemporânea do Brasil, parece que retoma o fio da meada da arte brasileira adormecida na alvorada do século XIX. Naturalmente que não será barroca nos moldes tradicionais. A começar pelos materiais, que são outros, descobertos na evolução da ciência, parece-nos que a nova transformação ligou o fio da meada, nas formas curvas e parabólicas da encantadora capelinha de São Francisco da Pampulha, em Minas Gerais. Novamente, arquiteto, pintor e escultor, colaboraram em busca da unidade.

Lúcio Costa, mestre dos mestres dos arquitetos brasileiros, traçou em forma curvilínea a urbanística de Brasília, e os próprios trevos do traçado viário lembram a forma barroca, como se fôssem enormes flôres de quatro fôlhas, por cujas pétalas, os veículos modernos trafegam sem cruzamento.

Sem copiarem o barroco do passado, pois isto seria um delito de lesa-arte, os pilotis dos edifícios, os transparentes cerâmicos reguladores dos raios solares, funcionando também como as celosias árabes de mudéjares e platerescos, a côr suave dos verdes, amarelos, azuis, rosas e brancos, tão populares nas velhas cidades interioranas de Minas Gerais, retomam a tradição brasileira adormecida na madrugada do século XIX. Os Palácios da Alvorada, Planalto e Justiça, apóiam sua enorme massa retangular sôbre colunas curvadas que fazem lembrar a forma barroca em plena transformação de uma nova ordem que poderíamos considerar arcaica ou prematura. Essas colunas de concreto armado possibilitam a expressão contemporânea da forma aero-dinâmica, e a grande massa arquitetônica sôbre elas apoiada, provoca impressão de leveza, justamente nesta nossa época, quando todos nós sentimos assombro ao saber que um nosso semelhante, metido em maravilhosas máquinas, circunda o mundo sideral.

A arte contemporânea é arte dos espaços, cuja meta é infinito.

Quer nos parecer pensando assim, que a obra mais original e arrojada de Brasília é a sua Catedral. Novamente a Igreja aceita as transformções artísticas criads pelos homens de gênio. Certmente que esta Catedral é muito estranha como certamente também o foi a primeira Catedral gótica. Aqui, a grande nave quadrangular é subterrânea ou semi-enterrada, e do eixo da enorme plataforma, formando um círculo de 40 metros de diâmetro, 16 colunas parabolóides de secção triangular, alcançam o espaço em direção a 16 infinitos, apoiadas como estão nas alturas a um pequeno círculo em forma de coroa, de cujo centro nasce de bronze a Grande Cruz Vertical, como símbolo da Fé, e como antena receptora das mensagens de todos os mundos que compõem o Universo.

Sei que foi muito pobre esta minha dissertação sôbre a arte barroca no Brasil. Sei que o século XIX cortou o fio da meada da arte autênticamente brasileira herdade das culturas ibéricas. Sei que o espírito adormecido despertou na literatura com Mário de Andrade hoje projeta-se sem influências estranhas às suas origens ibéricas. com Heitor Villa-Lobos, na pintura com Cândido Portinari, na escultura com Bruno Giorgi e na arquitetura com Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

O fio da meada parece que foi retomado e a arte brasileira de hoje projeta-se sem influências extranhas às suas origens ibéricas.

Mas, quando alguém perguntar que figura barroca se destaca no Brasil, teremos que voltar atrás no espaço e no tempo, teremos que ir a Congonhas do Campo e subir uma íngreme ladeira. Teremos que visitar demoradamente os pavilhões onde as figuras talhadas no cedro e policromadas vivem a tragédia do calvário. Chegaremos até o Adro da igreja Santuário do Bom Jesus de Matozinhos,

esperar a hora do crepúsculos e, no silêncio da tarde, sentir intimamente o murmúrio de u msentimento de paz, onde tudo parece vida petrificada. Acontece que, na madrugada do século XIX, um mulato mutilado, de corpo disforme e alma criadora, rude em seu estilo primário, esculpia em esteatita, e dava vida interior aos 12 Profetas da Bíblia. Na hora do Ângelus, êles parecem dialogar agradecendo sua existência a tão genial estatuário. A pedra-sabão fôra talhada entre gemidos de dores físicas que o espírito dominou. A escultura brasileira, autênticamente barroca na transformação sofrida nas Minas Gerais, foi feita com o sangue que vertia das mãos mutiladas de Antônio Francisco Lisboa, o "Aleijadinho".

———oOo———

AS TÉCNICAS AUDIOVISUAIS COMO MEIO DE ADAPTAÇÃO AO MUNDO DAS IMAGENS

Palestra pronunciada pelo Prof. Ir. ADELINO MARTINS, no Curso de Didática do Ensino Superior, realizada na Faculdade de Medicina da URGS, em 26 de setembro de 1963.

ATUALIDADE DAS TÉCNICAS AUDIOVISUAIS

O triunfo da ciência e da técnica moderna têm abalado profundamente a vida da humanidade. Em uma única geração, esta evolução foi estupenda; não podemos nem sequer compará-la com a evolução dos séculos anteriores.

— Em primeiro lugar, assistimos a esta **revolução** extraordinária **nos transportes,** com uma rapidez supersônica.

— Revolução sobretudo **nos meios de transmissão:** imagens, sons, atravessam constantemente os espaços.

— Ao mesmo tempo, uma **revolução no domínio das matérias primas —** os produtos sintéticos procuram sobrepujar amplamente os produtos naturais.

— Uma **revolução** mesmo **na luta contra as doenças.** Os grandes flagelos da humanidade são dominados, um após outro, os índices de mortalidade diminuem cada vez mais.

Todos os setôres da vida humana souberam mais ou menos aproveitar-se das técnicas modernas: a indústria, o comércio, os transportes, a medicina, a informação, e sobretudo a propaganda. Esta soube servir-se de uma maneira extraordinária de todos êstes meios de comunicação, sobretudo das técnicas audiovisuais. É de admirar que os métodos de educação não se tenham preocupado em acompanhar esta evolução.

Deve-se isto em grande parte ao que poderíamos chamar de fenômeno social, devido sobretudo à desconfiança dos educadores perante esta erupção extraordinária do progresso. De qualquer maneira, êles dispõem dêsses instrumentos necessários para a aplicação dessas técnicas no ensino, cujo efeito no tríplice domínio da **informação, da publicidade e da propaganda** estão mais que **provados.**

OS AUDIOVISUAIS, UMA REVOLUÇÃO PEDAGÓGICA

O têrmo "audiovisuais" não é certamente dos melhores; todo o ensino, incontestàvelmente, é audiovisual. Desde que falamos, es-

crevemos ou desenhamos no quadro-negro, os gestos, a mímica do professor, utilizamos o processo audiovisual. E hoje mais do que nunca, dentro dos audiovisuais, procura-se apelar para os recursos chamados **pessoais**, de **dicção, entoação, gesto, mímica**. No entanto, o tempo e as circunstâncias foram fixando a terminologia de "audiovisuais" para designar a **utilização no ensino dos processos modernos da difusão e da inter-comunicação com a ajuda das máquinas.** Há quem queira chamar, em vez de **educação audiovisual,** educação **sensorial;** na realidade, esta educação dirige-se a todos os sentidos e não sòmente à audição e à visão.

Sabemos, no entanto, que na época da lanterna de projeção, mesmo nos primórdios do cinema, não se pedia aos meios audiovisuais de instruir, de ensinar; êstes meios serviam apenas de complementação ou de ilustração da palavra do mestre, ou como meio de diversão.

O ensino audiovisual, ao contrário, tal qual é encarado hoje em dia, pretende utilizar-se dos **processos mecânicos modernos como meio de ensino.** O mestre pode, eventualmente, servir-se destas técnicas que por vêzes se bastam a si mesmas. Dêste modo, o ensino liberta-se do verbalismo e dos processos tradicionais.

E evidente que isto supõe uma pedagogia especial e nova: hoje já se fala em **"uma pedagogia audiovisual"**. Na realidade, há novas regras, novas precauções, adaptações destas técnicas ao ensino. Foi para estudar êstes meios de um modo científico e de uma maneira inteiramente metódica que no Centro Audiovisual da Escola Superior de Saint-Cloud, uma equipe de estudiosos, logo após a guerra, reuniu-se para estudar estas técnicas do ponto de vista didático e psicológico, e adaptá-las ao ensino moderno. Porque, se antes, os desenhos, os impressos ou as máquinas não eram senão uma ilustração rígida da palavra do mestre ou do livro de classe, hoje os meios audiovisuais trazem ao aluno, o próprio **universo, para dentro da classe,** com tôda a fôrça de sua **densidade** e de **sua realidade**.

Os conhecimentos não são mais adquiridos exclusivamente através do discurso, da palavra abstrata: a a audição de vozes autênticas ou mesmo a visão instantânea do mundo fazem agora parte integrante do ensino moderno. As palavras gravadas podem assim ser ouvidas indefinidamente, com tôdas as nuances do seu ritmo; as imagens podem assim ser observadas, analisadas em todos os seus detalhes e em todos os seu movimentos.

As curiosidades históricas ou geográficas, os fenômenos físicos e geológicos, a vida misteriosa dos seres e das plantas são assim introduzidas diretamente na escola, através destas técnicas.

A câmara lenta, ou o acelerado, tornam possível a observação direta da germinação das plantas, o desabrochar de uma flôr, ou os fenômenos físicos mais acelerados. O aprendiz pode, desta maneira, observar na tela o trabalho técnico que deve executar.

Seria interesante notar, neste particular, o avanço da técnica cinematográfica no campo pedagógico, a partir das realizações de

Duarte Junqueira com seus 300 filmes de cunho científico. Vale salientar o enriquecimento da "cinemateca médica brasileira" com o aparecimento de "**Cirurgia Cardíaca sob visão direta com circulação extracorpórea**", filme êste dirigido por Duarte Junqueira sob a direção do Dr.Berbini, tendo já conquistado a "Targa di Oro" em Roma e a "Taça de Prata" em Salerno.

Dêste modo, o estudante isolado pode, não só pelo cinema, mas hoje em dia também pela televisão, seguir cursos a longa distância, quando impossibilitado de penetrar nos anfiteatros das salas de aula.

A partir de 1955, nos Estados Unidos, 39 universidade mantinham 96 cursos especializados, freqüentados por 15.000 inscritos e 50.000 ouvintes. Dêste modo, o ensino, a ciência, chegam a penetrar mesmo nos lares.

Tôdas as disciplinas, tôdas as categorias de matérias e os próprios alunos, estão interessados nesta renovação dos métodos de ensino, dos meios tradicionais de transmissão do conhecimento.

Já foi dito que as técnicas audiovisuais anunciam uma revolução pedagógica de importância comparada àquela suscitada 5 séculos atrás pela imprensa. Resta saber a maneira como estas técnicas devem ser introduzidas na escola, a fim de que, longe de **favorecerem a passividade,** sejam um nôvo elemento de atividade e de interêsse dos alunos dentro da classe. Importa que permaneçam como um diálogo entre o aluno e o mestre, "que desperte a curiosidade e a atenção do educando, **incitando e renovando** o esfôrço pessoal, sem o qual a educação se tornaria impossível". (L. Gros)

DOCUMENTO-IMAGEM, INSTRUMENTO DE UMA PEDAGOGIA MODERNA

Podíamos partir falando do documento imagem, como instrumento-primeiro do meio audiovisual dentro da escola.

Se recorrermos, por exemplo, ao Larousse, quando trata da palavra "documento", informa-nos: "documento é um título, uma prova por escrito, documento histórico; qualquer objeto servindo de prova".

Logo, um documento é uma cousa que existe, e que se apresenta a nós honestamente, tal qual êle é.

Recorrer ao documento, respeitá-lo, nisto vai residir a dignidade do homem de ciência; com sua seriedade e em contraposição às fantasias romanescas e às obras de frivolidade, êle, perante êste documento, vai estudá-lo, vai examiná-lo e daí tirar suas conclusões.

Mas, mesmo que um documento nos seja apresentado na sua realidade, com tôda a sua autenticidade, não nos revela diretamente TUDO, porque se o documento constitui **uma prova,** constitui sobretudo uma prova de alguma cousa, mas de alguma coisa mais que precisa ser conhecida. Êle atesta algo mais do que a sua simples literalidade. Êle permite reencontrar, por recorrência, uma rea-

lidade que está afastada, ou, se quisermos, passada, uma realidade que fica inacessível ao primeiro contato.

Não sòmente a História séria, como também em parte a Geografia, mas sobretudo a História Natural vêm até nós através destas mensagens particulares e muitas vêzes longínquas do documento. Cuvier maneja e observa uma ossatura; a partir dêste documento, vai reconstituir a anatomia perfeita de um animal pré-histórico. Portanto, foi além muito além da simples literalidade daquele documento.

Diz L. Gros que "o pesquisador moderno, debruçado sôbre o seu microscópio, não é só um prescrutador escrupuloso do espetáculo bastante abstrato que se apresenta aos seus olhos, mas sobretudo o intérprete que tenta captar, através dos documentos, uma realidade que não é diretamente acessível. Tôda a observação é ao mesmo tempo a exata atenção à realidade aparente que se oferece à observação e ao esfôrço para interpretá-lo, e atingir assim, mais além, a realidade existencial dos objetos".

O estudo do documento seria, pois, o estudo geral de todo o conhecimento sério, um conhecimento que está situado entre a observação atenta do objeto percebido e existente, e a necessidade de ultrapassá-lo por uma interpretação que dê acesso a uma realidade mais alta, e da qual o documento é apenas um sinal.

Isto constitui uma escola de "prudência", uma escola que podíamos chamar de "rigor" mesmo, mas também uma escola de engenho inventivo. De maneira nenhuma poderíamos afirmar ser isto uma escola de inatenção, de passividade. Seria mesmo equipará-la aos métodos de investigação científica, das ciências exatas, e, portanto, uma excelente escola de espírito crítico. É justamente êste espírito crítico que deve ser dado aos alunos dentro da universidade, através do estudo atento dos documentos que lhes são apresentados.

TENTATIVA DE CLASSIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS AUDIOVISUAIS APLICADAS AO ENSINO

Poderíamos repartir as técnicas audiovisuais em três grupos. Primeiro, os documentos puramente **visuais;** em seguida, os puramente **auditivos;** em terceiro lugar, uma mescla dos dois, **AUDIOVISUAIS.**

Os documentos visuais seriam, por exemplo, os **documentos gráficos:** mapas, cartazes, gravuras, fotografias, etc. ou então, documentos fixos projetáveis: diapositivos, diafilmes e filmes mudos.

Os **auditivos:** as emissões de rádio, os discos e as gravações magnéticas.

Finalmente os **audiovisuais,** os mais autônomos de todos êles, os filmes sonoros e as emissões televisionadas.

Êstes elementos, já experimentados em diversas escolas, foram sobretudo utilizados durante a guerra, como preparação maciça e

sistemática, não só de operários, como também de milhões de soldados.

FUNÇÃO DAS TÉCNICAS AUDIOVISUAIS NA ESCOLA

Variam de acôrdo com o sistema escolar que os adota, e de acôrdo mesmo com os seus utilizadores. Em geral, os países, tècnicamente desenvolvidos procuram introduzir dentro da escola as máquinas, e, quase inconscientemente, o professor é levado a utilizá-las. Há outros, tècnicamente menos desenvolvidos, que invertem assim mesmo somas imensas em benefício do ensino, beneficiando-se também dêsse material didático que lhes é colocado à disposição. No entanto, a função dos audiovisuais dentro da escola depende justamente destas situações e mesmo dos seus utilizadores.

Em primeiro lugar, elas podem ser utilizadas ùnicamente como **técnica recreativa.** Não que lhes seja ignorado o papel formativo, o papel educativo. Mas, vão desempenhar, na educação, uma função apenas acessória, pelo fato mesmo, serão confinados apenas às salas de recreio.

A **técnica ilustrativa** é um pouco mais utilizada; contenta-se, por vêzes, ùnicamente em ilustrar, como um manual moderno com suas ilustrações que não condizem muito com o texto. Por vêzes, o professor introduz êste elemento dentro da escola, mas ùnicamente como ilustração daquilo que afirma, daquilo que vai demonstrar aos alunos.

Já a **técnica auxiliar** vai incorporar-se mais diretamente à lição. O mestre explorou anteriormente o documento e sabe o que espera dêle. Estudou-o pelos alunos e para os alunos. De modo que, durante a projeção, ou durante a apresentação do documento, um diálogo vai se instalar. Cada professor utiliza-o de acôrdo com o que êle julga necessário, uma vez que o estudou, que o adaptou para aquela situação. Então, o jôgo de perguntas e respostas dará, neste caso, lugar ao processo educativo em que êste elemento está integrado. Neste caso, o papel do audiovisual, dêste documento, tornar-se-á meio eficaz da escola.

Um outro processo seria o da **técnica monitora.** Neste caso, já o elemento visual não vai servir sòmente de integração dentro da lição, mas o educador vai mesmo basear-se nêle para certos fenômenos de repetição ou de aprofundamento. Em tal situação, a eficácia, e sobretudo a economia de meios por parte do mestre, vão dar-lhe oportunidade de dispor mais de seu tempo. Poderá aplicá-lo na ação puramente magistral.

A projeção fixa, por exemplo, ou um filme sonoro, bastam para certos mecanismos ou determinados movimentos por parte do aluno. Os audiovisuais assim utilizados em países de uma organização e de uma técnica escolar avançada estariam muito mais bem colocados nos lugares onde há falta de professôres preparados, onde mingúam os técnicos especializados.

A outra técnica seria a que poderíamos chamar de **técnica-mestra.**

Aqui, já o audiovisual vai ter uma autonomia quase que própria. É uma técnica bastante recente e realmente revolucionária. Neste caso, o audiovisual pode até mesmo tomar o lugar do mestre, sobretudo de um mestre faltoso. Pode mesmo susbtituí-lo em certas circunstâncias e em certas funções educativas; por exemplo, para dar certas noções de rendimento, certas noções de produtividade, de automação, etc.

Neste caso, os audiovisuais chegam **a ser ensino,** dentro destas técnicas modernas mais autônomas. As máquinas de ensinar, por exemplo, em que o mestre pode como que ficar ausente, apesar de atuante, como que na retaguarda, porque foi êle quem preparou tècnicamente aquele elemento para ser utilizado dentro daquela autonomia.

Diz Robert Lefranc: "É preciso não exagerar a função autônoma dêstes audiovisuais, e sobretudo da máquina. Por trás está sempre um homem, ou uma equipe de excelentes especialistas, que com o concurso das máquinas, de máquinas qualificadas, produzem meios que por vêzes são capazes de substituir os educadores". Afirma isto contra aquêles que não acreditam nas técnicas modernas e sobretudo contra os que acham que as máquinas poderão em breve substituir o mestre. Mas êle nunca poderá ser substituído. Se em determinadas circunstâncias, o documento ou a máquina pode susbstituir o mestre ausente, por trás está sempre uma equipe de técnicos, ou um mestre abalizado, que preparou êsse documento". De qualquer modo continua êle, "graças às máquinas, tem sido possível multiplicar a ação de certos homens". Eis o verdadeiro sentido desta revolução pedagógica.

Esta ação, que poderíamos chamar de **"teleguiada"**, de um excelente educador, ou de uma equipe de especialistas, podem ser de um efeito infinitamente preferível às improvisações de um mau mestre, ou mesmo à falta de experiência de determinados educadores.

MUNDO DE SONS E DE IMAGENS

Muitos professôres, e aqui já a queixa é geral, afirmam que os alunos estão com os sentidos como que embotados pela vida moderna, fonte de violentas e permanentes excitações.

Ainda ontem me dizia um diretor de uma Agência de Propaganda, que realizaram nos Estados Unidos estimativas de quantos estímulos audiovisuais, um homem recebe diàriamente; chegou-se à conclusão de que milhares, centenas de milhares de estímulos pode um indivíduo receber diàriamente. A vista e o ouvido do estudante moderno são solicitados a cada instante por alto-falantes, que procuram dominar sua atenção e por uma visualização constante em todos os setôres.

Espinosa, num estudo sôbre os sentidos, afirma que "a crise contemporânea, em sua profundidade, é uma crise auditiva". O homem ocidental perdeu o sentido daquilo que significa ouvir, pelo predomínio do poder visual. Segundo êle, "a paixação visual, a curiosidade, são um traço característico do homem ocidental". Uma vez vista a terra por fora e por dentro, êle não se satisfaz; agora quer ver o que se passa mais além. É sempre o predomínio da visão. Passamos ràpidamente demais de um **mundo de idéias** a um **mundo de imagens.**

Dêste modo, o fabulo desenvolvimento da ciência moderna não é senão uma conseqüência natural da atividade visual, da atividade ocular, de uma atividade que poderíamos chamar de "inspeção".

É o próprio Espinosa que diz: "gostamos de ver, e isto nos é muito fácil. Mas, pelo contrário, temos dificuldade em ouvir. Temos dificuldade em ouvir, porque ouvir significa abrir-se aos outros e reconhecer o outro como tal".

Gabriel Marcel afirma que nunca fala na segunda pessoa a não ser a alguém que êle supõe lhe possa responder de qualquer modo, ainda que esta resposta seja um silêncio inteligente.

O ouvido é o sentido que possibilita o diálogo, a comunicação com o outro. Assim, quando eu ouço o outro, quando eu o escuto, eu me estou entrosando com êle, eu estou me comunicando com êle. Há, portanto, um sentido comunitário, um sentido social nesse ouvir de alguém. Ouço para conhecer o outro, para aceitá-lo e para unir-me a êle". É pela abertura ao dizer dos outros que consiste o fenômeno da educação, da formação, do aprender.

FENÔMENOS DA NOSSA ÉPOCA

Poderíamos salientar com Espinosa, como decorrência do que acabamos de dizer, três fenômenos da nossa época.

Em primeiro lugar, aquêle a que poderíamos chamar de **fenômeno da perda do diálogo familiar,** que é substituído pela visão, mas por uma visão que é **"televisão".** E é o próprio Espinosa que diz ainda: "Cada um, frente ao vídeo, está, só, vendo o que o aparelho projeta, mesmo quando estamos cercados pelos outros". A presença, ali, do outro, é meramente física. Não há aquele diálogo, aquêle contato, aquela receptividade da parte do outro.

Ao mesmo tempo, parece que a técnica, produto da visão, veio agora "mofar do ouvido", através sobretudo do rádio, daquilo que poderíamos chamar de uma **tele-audição,** hoje divulgada através do rádio-transistor, que se tornou até um elemento de vulgaridade. De maneira que o "rádio", afirma, transmite a voz, mas é a voz do outro, ou então de NADA". O homem, portanto, com o rádio, permanece ainda sòzinho.

Além disso a crise de audição veio trazer também uma **crise de dicção.**

E aqui vem-me à mente o fato citado por Richard Antoine, um médico psiquiatra, que recebeu em seu consultório um jovem de 18 anos. Depois de examiná-lo, diagnosticou da maneira seguinte: "jovem atacado de intoxicação fílmica". Afirmava que êsse jovem já não mais sabia falar. As palavras haviam sido substituídas por cenas visuais. Havia quase perdido o hábito da linguagem.

Realmente, existe uma crise, que poderíamos chamar de "crise de dicção". O dizer pleno de sentido, respeitoso, perante o mestre ou perante o outro, é substituído hoje em dia pela tagarelice, pelo vozerio e pela gritaria dos alto-falantes.

Uma outra cousa que poderíamos considerar seria a **hipertrofia do sentido da visão**, que, no Ocidente, deu um caráter bem definido mesmo à ciência, constituido-se assim a ciência dos fenômenos, do imediato, do observável, do imediatamente visível.

Daqui, podemos afirmar, o caráter positivista e pragmatista da ciência, sobretudo no século passado. O cientista, nessa época, via a natureza, calcava a natureza, observava os fenômenos naturais, procurando assim dominá-la, mas não procurava talvez VER ALÉm, ouvir sua voz.

É ainda o próprio Espinosa que afirma que "o ouvido é o sentido da metafísica, o sentido da metafísica por excelência, porque o filósofo ouve a voz do Ser".

Daqui resulta que é preciso aprender a ver, e sobretudo ouvir. Aliás, diz Bacon, que "as cousas, o real, não respondem senão as perguntas que lhes fazemos". De maneira que, esperar da imagem que ensine por si mesma, seria um grande êrro; do mesmo modo, contentar-se exclusivamente em acompanhar a imagem com uma simples explicação, um simples comentário, seria, nesse caso transpor a educação puramente recpetiva, puramente passiva, para as técnicas audiovisuais.

Ver, e simplesmente comentar, isso não bastaria, porque, diz ainda Roger Gal, "se nós nos contentamos sem ver, acreditaremos ter compreendido, quando na realidade ficaremos apenas na superfície das coisas".

Então, se não aprendemos a ver, se não ensinamos sobretudo aos jovens a ver, a refletir o que vêem, a comparar, a discutir, a criticar, a fazer perguntas à imagem, então, a transmissão dos conhecimentos torna-se apenas uma ilusão.

Diz Louis Gros que "na escola, como fora dela, não se tira proveito de um documento, de um livro ou de uma imagem, senão pelo esfôrço; esfôrço de compreensão, de reflexão e de crítica".

NORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS AUDIOVISUAIS NA ESCOLA

Em primeiro lugar, lutar contra a tendência à **passividade.**

A classe requer uma participação ativa; por exemplo na projeção fixa: perguntas, respostas, explicações necessárias em relação com o documento; já na projeção sonora, após uma concentração

ativa da parte do aluno, deve suceder-se uma atividade criadora.

Seria conveniente lembrar que o **abuso da imagem** é tão prejudicial ao aluno quanto o abuso da palavra. Então, utilizar os visuais numa dose normal, do contrário seria novamente um apêlo à passividade e à falta das reações objetivas e criadoras por parte do educando.

A linguagem visual presta-se a uma compreensão relativamente rápida, mas pode acarretar uma **grande ilusão,** não só por parte do aluno como por parte do mestre; os alunos acreditarão ter compreendido, quando apenas ficarão nas aparências. Diz Lefranc que "neste caso, o aluno às vêzes acredita ter compreendido, sobretudo ter discernido os laços de causas e efeitos, a conexão lógica, lá onde presidiu apenas **um encadeamento harmonioso da imagem**". É preciso uma certa desconfiança; frente ao bom documento, terá o mestre tendência a pensar que a lição está feita, mas disto talvez lhe reste apenas a ilusão.

De maneira que as técnicas audiovisuais dentro da classe não são, como muitos pensam, um elemento de facilidade, mas exigem muito mais trabalho de preparação do que uma aula puramente verbal. Além do conhecimento dos documentos, deverá o mestre adaptá-los ao ambiente aonde deverá apresentá-los, porque, nós o sabemos, não há duas classes iguais, como não há dois alunos idênticos. Assim, o conhecimento do documento, condiciona sua integração harmoniosa na lição em função da importância que o mestre lhe quer dar.

Afinal, pderíamos dizer com Reger Gal, que, "diante desta onda avassaladora da informação sonora e visual do mundo moderno, diante da precipitação e da dispersão desta informação, temos que criar, nos homens de amanhã, reflexos de observação e uma tendência à reflexão e à meditação, uma prudência de exame e de crítica, que os defenda contra as ameaças e as seduções da civilização".

"Procuremos, como muito bem diz ainda Lefranc, a auto-vacina pedagógica. Utilizemos o vírus para curar o doente. Calculemos cuidadosamente a dose".

Os meios audiovisuais podem, com efeito, cumprir esta função e imunizar o doente, permitindo-lhe entrar de nôvo, impunemente, em contato com os portadores de germens".

Como conclusão desta rápida visão sôbre os audiovisuais, poderemos dizer que a única finalidade do audiovisual dentro da escola é não só ensinar, mas sobretudo adaptar os educandos ao mundo em que vivemos, a êste mundo que poderemos chamar de "**mundo de sons e de imagens**", que a cada momento ameaçam a integridade da inteligência e da liberdade de pensar do homem moderno.

BIBLIOGRAFIA:

— Recursos Audiovisuais no Ensino — Mario Di Luci Castillo — MEC — CADES.
— Cahiers de Pédagogie Moderne — Les Téchniques Audio-Visuelles au service de l'Enseignement — Ed. Bourrelier — Paris.
— Comment Enseigner par les Moyens Audio-Visuels — Jean Giraud — Bibliothèque Pédagogique — Fernand Nathan.
— Audio-Visual Methods in Teaching — Enry Holt and Company, INC.
— Exploration de L'Image — A. Roudier — Ligel — Paris.
— Audio-Visual as an Improved Approach in Language Teaching — João Edson Rola — Fortaleza.
— Para una Fenomenología de la Sensibilidad — N.A. Espinosa — Veritas.
— Estágio Regional de Estudos sôbre o emprêgo dos Meios Audiovisuais na Escola na América Latina — Relatório Final — México, 28-9-59 — UNESCO — MC — 38.

PLANEJAMENTO E RECURSOS AUXILIARES

PEDRO AZEVEDO, da Mc Cann Erikson, conferências proferidas no Curso de Propaganda Prática Moderna, setembro, 1963.

PLANEJAMENTO

Vamos começar dizendo que não pretendemos surpreender ninguém com trunfos especiais em matéria de planejamento. Nossa intenção é a de apenas transmitir um pouco daquilo que aprendemos no vertiginoso dia a dia da McCann-Erickson Publicidade. Por isso mesmo, grande parte dos conceitos que vamos emitir estão contidos no livro "Técnica e Prática da Propaganda", editado pela McCann.

Sôbre os princípios básicos da propaganda, aliás, o presidente da McCann Internacional — o brasileiro Armando de Morais Sarmento — tem uma expressão muito feliz. Diz êle que "a Biblia só foi escrita uma vez", isto é, podemos dizer o que está escrito na Sagrada Escritura com outras palavras, podemos adorná-las e citar exemplos, mas não podemos fugir dos seus fundamentos.

A mesma coisa se dá no planejamento de uma campanha de publicidade. Seus fundamentos básicos, estabelecidos so comêço dêste século pelos norteamericanos são válidos ainda para os dias atuais. Trata-se de princípios elementares, conhecidos por todos os publicitários, que é preciso ter sempre em mente: são indispensáveis no planejamento de uma campanha e por isso mesmo nunca é demais relembrá-los.

Como todos sabem, o dinheiro que se emprega numa campanha de propaganda é uma inversão feita com o objetivo de se obter maior volume de negócios, que recompense naturalmente o emprêgo de determinada verba. Mas para que essa inversão de capital produza a maior rentabilidade possível, é imprescindível o planejamento.

O plano determina ordem e cuidado na ação de todos que vão se envolver na propaganda, sejam êles os elementos da agência ou do cliente. A definição acadêmica diz que plano de propaganda é uma apresentação escrita, na qual são analisados o mercado, o produto, a concorrência; em que se definem os objetivos a serem atingidos, recomendam-se os veículos e propõem-se enfim tôdas as soluções julgadas necessárias. Na verdade, trata-se da tarefa mais complexa e mais importante de uma agência, pois o plano é uma espécie de colun vertebral na propaganda. Apesar de ser baseado em informações e dados concretos, não é uma peça rígida, expressa em afirmações definitivas. Muito pelo contrário: êle é vivo e permeável.

O citado livro da McCann diz que a ação em propaganda tem algo de parecido com a ação do militar em campanha. Tal como na guerra, as atividades de propaganda baseim-se num plano, prévia e longamente estudado por um "estado maior", integrado por elementos da agência e do cliente. E prevê um esquema de operações que visa a um objetivo: conquistar o mercado ou maior fatia dêsse mercado para tal ou qual produto.

Uma vez desencadeada a ofensiva, iniciadas as ações previstas por êsse plano, cabe ao "estado maior" — formado por profissionais da agência e do cliente — verificar se as metas visadas estão sendo atingidas, isto é, se estão sendo obtidos os resultados esperados, dentro de um certo espaço de tempo razoável. No caso de insucesso, êsse "estado maior" deve se reunir imediatamente a analisar a extensão e as razões do ocorrido. Estas razões podem ser, por exemplo, uma oferta especial do produto concorrente ao consumidor ou ao revendedor; lançamento de um produto mais aperfeiçoado no mercado; introdução de inovações nos produtos antigos, etc. O plano anterior é então refeito a tôda velocidade ou simplesmente substituído por outro, focalizando o produto sob nôvo ângulo, com mais recursos, contra-ofertas, etc. É a chamada contra-ofensiva.

Condição indspensável a um bom planejamento é o perfeito entrosamento entre o cliente e a agência. O cliente precisa confiar no trabalho de sua agência e considerá-la, inclusive, como uma extensão do seu próprio negócio. E isso precisa ser ressaltado porque alguns anunciantes, apegados ainda a fórmulas antigas de comerciar — ao princípio de que "o segrêdo é a alma do negócio" — sonegam informações essenciais ao esclarecimento do homem de propaganda.

Ora, uma agência de publicidade idônea escolhe com o máximo cuidado seus profissionais. O elemento que tem acesso a informações do cliente tem o devido senso de responsabilidade e ética profissional para manter essas informações em sigilo. Na verdade, existe algum risco, como de resto há em todo negócio. Mas êsse risco tem que ser enfrentado: o anunciante precisa confiar na idoneidade dos profissionais de sua agência.

Na maioria dos casos, hoje em dia, a agência conhece as rendas do cliente não só percentualmente como também em números absolutos, território por território. Porque isso influi, por exemplo, na distribuição de verbas para a Média; para avaliar se a propaganda canalizada no sentido de um determinado território está de côrdo com o que ali tem sido vendido, etc. Para ilustrar melhor o que estamos dizendo, vamos citar o caso do Rio de Janeiro, que se expressa em 25% da venda dos produtos básicos consumidos no país. Assim sendo, supostamente deveríamos aplicar ali 25% da verba de propaganda do produto. Mas pode acontecer que por circunstâncias particulares do cliente — deficiências na rêde de distribuição, superioridade dos produtos concorrentes, etc. — as vendas no Rio se expressem em apenas 5%. Então, se a agência não sabe que por motivos especiais de marketing as vendas no Rio atinjam a cifra de apenas

5%, é possível que, seguindo uma orientação geral, procure aplicar ali 25% da verba de propaganda do cliente. Essa medida errada iria dar uma cobertura muito maior do que aquilo que nós poderíamos receber dêsse território, sacrificando a verba de outros centros.

Portanto, é preciso que os clientes falem abertamente para sua agência, evitando assim que esta trabalhe "no escuro", com prejuízos para ambos. Os anunciantes que confiam nos homens de sua agência fornecem dados estatísticos antes, durante e depois da campanha. Os que não acreditam fornecem apenas a verba e usam a técnica do contrôle remoto. O resultado é que os primeiros tem suas vendas aumentadas mês a mês, em ritmo cada vez maior. Os outros acompanham apenas o crescimento vegetativo do mercado: tem suas vendas aumentadas porque o Brasil é um mercado em expansão. Entretanto, não conseguem obter maior percentagem sôbre as vendas dêsse mercado.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

A primeira parte de um plano de propaganda deve dar uma visão panorâmica da situação do produto. Deve focalizar sua origem, sua história, suas qualidades, consumidores a quem se destina, como se apresenta em face dos concorrentes, capacidade de produção, embalagem, preços, ofertas especiais e muitos outros fatôres tais como a Imagem de Marca.

Vamos relembrar o que é isso. Imagem de Marca é o conceito que o produto projeta em virtude de sua embalagem, sua comercialização e o sentido de seus anúncios. É essa coisa um tanto indefinível que nos faz "sentir" o produto — que faz a gente dizer: Cadilac é carro para gente rica de meia idade... Coca-Cola é bebida para gente môça... Catalina é um maiô de classe...

A Imagem de Marca define o público a quem o produto se destina e em cuja direção devemos canalizar nossa propaganda. E vai além disso: define êsse público no sentido econômico e social. Uma vez criada a imagem de marca na mente do consumidor, ela tem que corresponde a êsse conceito: em hipótese alguma o Wolkswagen poderá substituir o Cadilac.

A coleta de dados exatos para essa parte inicial do plano de propaganda, através dos meios mais indicados, é de máxima importância. Não se pode planejar com segurança sem saber aquilo que o público consumidor pensa ou espera de determinado produto. É preciso evitar que o produto seja lançado ou continue a manter-se no mercado em condições de inferioridade com relação à concorrência, no que diz respeito a vantagens e qualidades, tais como embalagem, preço, ofertas, etc.

Aliás, muitas emprêsas já estão incluindo profissionais de propaganda nas suas conferências internas sôbre planejamento de produtos. Os engenheiros dessas emprêsas estão trabalhando de comum acôrdo com os publicitários, que dispõem de preciosas informações

sôbre o mercado, preferências do público consumidor, etc. Ademais, para poder planejar, o homem de propaganda tem que conhecer a fundo o produto a ser anunciado.

Uma boa **análise da situação** depende mais do cliente do que da Agência. É por isso aconselhável que o anunciante aplique uma verba, por modesta que seja, na pesquisa, visando a obter o máximo de informações precisas sôbre o produto. Muitas organizações consideram suficientes, para o raciocínio dos homens de propaganda, aquelas experiências ou informações que seu pessoal acumulou, com o tempo, a respeito do produto e do mercado.

Isso, no entanto, não é tudo. Essa alta percentagem que o pessoal do cliente e da agência pode ter sôbre o produto e o mercado, não representa o total de informações necessárias. E êsse total torna-se imprescindível quando o objetivo é acertar em cheio.

OBJETIVOS

Naturalmente, quando se planeja tem-se em vista um objetivo. Em propaganda, êsse objetivo precisa ser traçado com o máximo de clareza e simplicidade. Pode atribuir-se a um plano de propaganda vários objetivos: mas quando há objetivos demais é preferível dividir o plano e fazer outro plano ou outros planos, visando aos objetivos determinados. Mais uma vez entra em jôgo aí a estreita cooperação entre o cliente e a agência. O cliente **não pode** deixar de dar à agência todos objetivos ou tôda a extensão do objetivo que tem em mente. Porque geralmente quem determina os objetivos a serem alcançados é o cliente. Os homens de propaganda podem sugerir... mas quem dá última palavra é o anunciante.

Assim, para que um plano de propaganda possa ser preciso e exato quanto ao que dêle espera o cliente — pela inversão financeira que vai fazer — é imprescindível que o Contato forneça ao Grupo de Planejamento todos os objetivos visados pela propaganda. Aliás é uma das funções do Contato — e das mais importantes — saber fazer com que o cliente lhe exponha tudo o que tem em mente realizar.

RECOMENDAÇÕES

De posse de todos êsses dados fornecidos pela Análise da Situação e pelos Objetivos do plano de propaganda, chegamos após cuidadoso estudo ao ponto onde se estabelece o tema geral da campanha, também conhecido como **proposição de compra**.

A **proposição de compra** sintetiza a qualidade ou vantagem, ou o conjunto de qualidades e vantangens que tornam a compra de determinado produto interessante e vantajoso para o consumidor, mesmo em face das ofertas concorrentes.

Determina a **proposição de compra** o chamado **grupo de planejamento** da conta. É assim que funciona na prática: inicialmente

o contato passa a todos os departamentos que vão integrar o Grupo de Planejamento um relatório, contendo a análise da situação, os objetivos do plano de propaganda e a data da reunião em que o assunto será tratado. Isso é feito com alguma antecedência para que todos possam estudar bem o caso e ficarem senhores do assunto.

Na reunião de planejamento, da qual participam todos êsses setores, é estabelecido o tema da campanha, ou seja, o apêlo central que vai se usar para vender o produto ou serviço em têrmos de benefício para o consumidor e que o distingue dos demais produtos concorrentes. Saber o que o público consumidor deseja realmente e a maneira pela qual o produto ou serviço pode satisfazer êsse desejo é condição fundamental para estabelecer-se a proposição de compra. Esta deve estar presente, com uniformidade, em tôdas as peças que integram a campanha.

ESTRATÉGIA DE AUDIÊNCIA

Uma vez estabelecido **o que dizer**, através do tema da campanha, é preciso determinar **como dizer** aquilo que foi considerado o melhor para ser dito através da proposição de compra. É a chamada **estratégia de audiência.**

É essa a hora de dizer a "verdade bem dita" (lema da McCann). Entra então em funcionamento tôda a capacidade criativa da agência, visando a encontrar a forma mais atraente, mais coloquial e mais convincente, capaz de levar os consumidores a adquirir o produto.

A linguagem deve ser natural, sem afetações, evitando no entanto as expressões excessivamente vulgares. Frases curtas, com palavras precisas. Redação persuasiva: que o leitor se convença imediatamente de que as afirmações são certas e demonstráveis. Uso moderado de adjetivos, uma vez que o "auto elogio", em princípio, não agrada. Escolha adequada do estilo (imperativo, descritivo, narrativo, sentimental, realista, humorístico, alegórico ou poético) tendo em vista o produto e o público a quem se destina.

Como já estamos penetrando no terreno da criação publicidade, vamos passar a outro ponto importantíssimo no planejamento de uma campanha.

ESTRATÉGIA DE MÉDIA

Não é nada mais do que a escolha dos veículos mais indicados para a divulgação de nossa mensagem. Vamos selecionar agora **a quem dizer.** Para isso precisamos conhecer perfeitamente qual o mercado que pretendemos atingir. Onde, em que classes econômicas estão os nossos prováveis compradores. Como são êles em matéria de idade, sexo ou padrão de vida. Quais são seus hábitos: ver televisão, ler revistas, jornais diários, ouvir rádio, etc.

De posse dêsses dados estabelecemos os veículos mais indicados e distribuímos a verba percentualmente, de acôrdo com a im-

portância dos mesmos. Isso naturalmente se a verba fôr ampla porque se esta fôr pequena, convém escolher o tipo de veículo que melhor atinja o comprador em potencial. Uma campanha bem planejada não é aquela que usa todos os veículos, mas sim aquela que usa intensamente o veículo adequado ou os veículos adequados.

Nesse ponto é preciso haver muita firmeza e absoluta segurança por parte da agência e particularmente do contato. Muitas vêzes surgem discussões, pois o anunciante quer usar vários tipos de veículos, ou aquêle de sua preferência, ou então aquêle outro de que sua espôsa gosta mais, etc. É preciso lembrar aí que a propaganda não é feita para quem a paga, mas sim para Sua Majestade o Consumidor, que vai comprar o produto!...

Outro recurso muito usado — quando a verba disponível não é suficiente para atender as necessidades publicitárias do produto — é o "sistema de onda". Consiste o mesmo no uso intenso do melhor veículo ou dos melhores veículos num breve período de programação, seguido de uma paralização razoável por algumas semanas, depois voltar novamente a programação anterior e assim sucessivamente.

A determinação da verba de uma campanha de propaganda, segundo Caio Domingues, pode ser feita assim: por tarefa; percentagem sôbre os lucros; percentagem sôbre as vendas passadas (brutas ou líquidas); percentagem sôbre a estimativa de vendas futuras; uma combinação das duas últimas; percentagem sôbre o custo unitário do produto; estimativa do que a concorrência está investendo.

Para finalizarmos êste capítulo lembraremos ainda que o planejador precisa dar especial atenção à maneira pela qual os diversos veículos se completam e sem complementam. A enumeração das vantagens e benifícios do produto deve ser feita pelos jornais e revistas, preferencialmente, pois constituem os veículos que lêem com mais vagar e atenção. Os cartazes e o rádio são veículos de lembrete, que lemos e ouvimos despreocupadamente. A televisão, reunindo o apêlo auditivo ao visual, oferece a possibilidade de apresentarmos o produto em uso, sem dúvida um dos recursos mais convincentes para se "vender" o que está sendo anunciado.

APRESENTAÇÃO DO PLANO

Depois disso tudo estar pronto no papel, chega a hora "h". É o momento da apresentação do plano ao cliente. Pode acontecer então que êste ouça atentamente a esplanação feita pela agência, discuta, depois peça tempo para estudar o assunto e na semana seguinte escreva um não bem grande no plano. Com uma simples penada êle derruba todo o esfôrço da agência. Êsse fato ocorre principalmente devido à falta de integração entre o cliente e a agência. Então para a agência o cliente não sabe nada de propaganda e para o cliente a agência não entende nada do probema dêle. Essa

falta de entrosamento pode ter suas origens na organização do cliente, que entrega seu setor de publicidade a homens inexperientes, acarretando assim grandes dificuldades para ambas as partes.

Entretanto, um dos princípios fundamentais na propaganda estabelece que cabe ao cliente a última palavra. E isso é natural, porque é o cliente quem está fazendo a inversão. Em qualquer divergência o cliente sempre poderá exclamar: "é... mas vamos fazer do meu jeito, porque o dinheiro é meu". Nesse caso, o máximo que a agência poderá dizer será: "está bem... mas nós achamos que deveria ser feito desta forma... por isso, por isso e por mais isso"...

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Apresentado o plano ao cliente e obtida sua aprovação, o Contato inicia imediatamente a produção de tôdas as peças que o integram, com as eventuais modificações feitas pelo cliente. São expedidas as chamadas Ordens de Produção ao Departamento de Tráfego, que põe em funcionamento a máquina de especialistas da agência policiando o cumprimento dos prazos determinados. A maior dificuldade no cumprimento dêsses prazos está no Departamento de Produção, cujo trabalho depende de terceiros: oficinas gráficas, clicherias, etc. Outra função do contato é checar constantemente o andamento das diversas peças durante a fase de produção.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A última etapa do planejamento é a avaliação de seus resultados. Depois que a campanha está na rua, de modo algum a agência deve cruzar os braços e assumir a atitude de quem já cumpriu a tarefa. Cabe ao Contato estar vigilante, acompanhando as reações de venda provocadas pelo plano. Essa vigilância é feita com o auxílio e as informações fornecidas pelo Departamento de Vendas do Cliente. Caso os resultados não sejam satisfatórios, o Contato deve procurar as razões do que está ocorrendo, com a estreita colaboração do cliente. As causas do insucesso como já dissemos, podem estar com o cliente — má distribuição do produto, novas ofertas feitas pela concorrência, etc. — ou então na própria campanha, caso o tema ou os veículos não tenham sido escolhidos com acêrto.

Mas numa campanha bem amadurecida, idealizada por profissionais competentes, isso òbviamente é quase impossível de acontecer.

Um bom planejamento mais uma boa execução é igual a sucesso em vendas.

RECURSOS AUXILIARES

Em primeiro lugar vamos situar o que convencionamos chamar dos "Recursos Auxiliares "dentro do Plano Geral de Média.

Média ou mídia, como todos sabem, é um têrmo que vem do Latim e passou para a propaganda significando os meios, ou seja, os veículos empregados para divulgar nossas mensagens institucionais e de venda. Naturalmente, a média admite outras divisões mais completas, entretanto, para facilitar nossa exposição, adotaremos a seguinte:

MÉDIA	Básica	Jornais e Revistas (Média Impressa) Rádio-TV-Cinema (Média Eletrônica) Outdoor
	Auxiliar	Mala direta Ponto de venda
	Especial	Brindes Concursos Desfiles Etc, etc.

Note-se que não é a fôrça do veículo que determina sua inclusão numa campanha de propaganda. Uma revista de filatelia, por exemplo, terá sempre tiragens limitadas. Mas para anunciar venda de selos de coleção será sempre um dos veículos mais indicados. Quando a verba fôr pequena, deve-se escolher o tipo de veículo que melhor atinja o comprador em potencial. Se êsse veículo fôr a mala direta é aí, particularmente, que devemos concentrar a maior parte da verba. Portanto, é o mercado a ser atingido que fixa e justifica a escolha da média.

No Brasil os veículos mais empregados são êstes que enquadramos na Média Básica. Em segundo lugar vem a Média Auxiliar e depois a Média Especial.

Embora sem caráter oficial, pela pobreza de dados estatísticos em nosso país a distribuição das verbas de propaganda no Brasil é a seguinte:

Média Básica	76%
Média Auxiliar	21%
Média Especial	3%

É interessante salientar que a têrça parte de tôdas as verbas de propaganda, no Brasil, é investida em jornais.

MALA DIRETA

É a propaganda que consiste em enviar material impresso — folhetos, livretos, cartões, cartas circulares, etc. — através do Correio. Daí a razão de seu nome: mala direta ou direct mail, um

veículo de comunicação pessoal que encurta ao máximo as distâncias entre o vendedor e o provável consumidor do produto. Seu custo é exiguo, se levarmos em conta os ótimos resultados que podem ser obtidos pois a Mala Direta substitui a visita pessoal feita pelos revendedores.

Os principais tipos de Mala Direta são os seguintes:

CIRCULAR — que é um anúncio em forma de carta.

FOLHÊTO — Fôlha impressa dos dois lados dobrada uma vez sòmente.

FOLDER — Fôlha maior, com mais dobras. O Folder Sanfona é aquêle que contém dobras repetidas, como o fole de uma sanfona.

BROADSIDE — Folder ainda maior, em tamanho e em dobras. É geralmente usado para lançar produtos ou explicar detalhes de campanhas a revendedores de determinada firma, com amostras de propaganda e argumentos de venda.

LIVRETO — Geralmente a côres, é um trabalho impresso, de muitas páginas, encardenado ou não. Diferencia-se do Folder pelo seu maior volume. É uma peça cara, usada geralmente para receitas de alimentos ou bebidas.

CATÁLOGO — Fornece especificações técnicas e muitas vêzes o preço sôbre a linha de produtos manufaturados pelo cliente, etc.

Os tipos de M. D. mais empregados são a circular, o cartão, o folhêto e o folder.

FÓRMULAS — Existem várias fórmulas para elaborar uma boa mala direta. Uma delas é a AIDA. Segundo esta formula, em primeiro lugar devemos chamar a ATENÇÃO do comprador em potencial. Em seguida despertar o INTERÊSSE pelo que pretendemos vender. Depois o DESEJO. E finalmente incitar a AÇÃO de compra. É a que usamos geralmente. E aqui está um exemplo:

GRÁTIS: UM APARTAMENTO E MILHÕES EM PRÊMIOS PARA VOCÊ!

Prezado Cliente:

Que tal Você ganhar de presente, inteiramente grátis, um belíssimo apartamento de frente, com dois domitórios, living, cozinha e demais dependências — inclusive quarto de empregada e área com tanque — num dos melhores pontos da cidade? Formidável, não é mesmo? Pois êste é um dos muitos prêmios que estamos lhe oferecendo no 1.º Festival de Premios Guaspari, a partir de 15 de agôsto.

Para concorrer ao mesmo, basta Você juntar cinco mil cruzeiros em bônus, que serão distribuídos de conformidade com o valor de suas compras, trocá-los por uma cautela numerada em qualquer uma das caixas da sua CASA GUASPARI. Além deste maravilhoso apartamento, que Você poderá conhecer desde já na Rua Laurindo — de frente e esquina com a Avenida João Pessoa, n.os 12 e 20 apto. 24 — existem mais os seguintes prêmios à sua es-

pera: 2 aparelhos de televisão Teleunião, para o 2.° e 3.° prêmios; 1 refrigerador Admiral de 11 pés para o 4.°; fogão Wallig Visoramic para o 5.°; bicicletas Monark do 6.° ao 10.°; e rádios transistores Teleunião do 11.° ao 25.° premios.

O concurso será realizado dia 30 de novembro próximo na TV Gaúcha. É bom que Você comece a juntar seus bônus desde já, porque quanto mais cautelas Você trocar, maiores serão as suas chances de ganhar.

Cordialmente

RAFAEL GUASPARI — TECIDOS E CONFECÇÕES S.A.

Esta fórmula, aliás, pode ser empregada com sucesso na elaboração de quase tôdas as peças de publicidade. Mas existem ainda outras fórmulas, tais como a AIDA ampliada: AIDCA e AIDPPA. Expliquemos melhor:

AIDCA — em que aparece, além dos já citados ATENÇÃO, INTERÊSSE, DESEJO e AÇÃO, o fator CONVICÇÃO, através do qual se apresentam provas evidentes que possam influir na compra.

AIDPPA — Chama a ATENÇÃO. Cria o INTERÊSSE: Inclui a DESCRIÇÃO do produto. PERSUADE o leitor a comprá-lo. E atinge o climax com uma PROVA de que aquilo que seu produto tem feito para os outros irá fazer também para o Leitor. Por último, leva o leitor a AÇÃO.

E para encerrar, vamos apresentar a fórmula dos 4 PES. Segundo esta fórmula Você deve:

1.° — PINTAR um quadro mental daquilo que o produto irá fazer pelo leitor.
2.° — PROMETER que o quadro se tornará realizado caso o produto seja adquirido.
3.° — PROVAR o que o produto pode fazer ou tem feito pelos outros.
4.° — Fazer uma PROPOSTA que leve o leitor a ação imediata.

As fórmulas, de um modo geral, são boas. Não importa a que Você adote. O importante é adotar uma e não escrever malas diretas sem o necessário planejamento, como muita gente ainda faz.

REQUISITOS — Vejamos agora quais são os requisitos para uma boa Mala Direta. O primeiro e o mais importante é a **criatividade.** Ela resulta, antes de mais nada, de transpiração. Da transpiração que provém do trabalho árduo a que nos atiramos, estudando o problema a fundo até conseguirmos definir claramente a idéia que vai presidir a mala direta, os objetivos dessa mala direta e o público que devemos atingir. Se a Mala Direta faz parte de uma campanha é preciso que contenha os princípios básicos que norteiam a mesma.

Outro requisito básico é a **credibilidade.** É preciso que o texto tenha fôrça de convicção. E para isso torna-se necessário que o redator acredite no produto que vende. Porque um texto elaborado sôbre bases falsas, fatalmente soará falso. Vem depois a **espontaneidade** recomendando que o texto da mala direta seja leve, atraente e comunicativo, como um bom bate-papo entre amigos. A **originalidade** é outro importante requisito de uma boa mala direta: nada de chavões, de frases feitas gastas pelo uso. Vamos agrupar as palavras do dia a dia de modo mais original, mais dinâmico e até inventar, quando se tornar necessário. A **simplicidade** recomenda o abandono de têrmos complicados ou rebuscados, que constituem obstáculos à leitura da carta e funcionam como ponto de atração, capazes de desviar o leitor do caminho que lhe apontamos. Outro aspecto importante é o **arrôjo.** Nada de perder tempo com rodeios tímidos e inúteis, até chegarmos ao ponto básico. Vamos diretamente ao assunto da maneira mais original e interessante que fôr possível. Por **concisão** — outro requisito da boa mala direta — entendemos dizer tudo o que fôr necessário para atingir os objetivos visados, com o mínimo de palavras possível. E por último, o bom texto de mala direta deve ter "personal aproach". Devemos falar sempre em têrmos de interêsse do nosso público, respondendo satisfatòriamente a pergunta que fatalmente o destinatário de nossa mala direta irá fazer: "afinal, o que é que eu levo nisso?".

LISTA DE ENDEREÇOS — A qualidade da lista de enderços dos clientes em potencial é um dos fatôres mais importantes para o bom emprêgo da Mala Direta. Deve-se dizer que ainda não atingiram plenitude funcional, no Brasil, as organizações especializadas que se encarregam da propaganda pela Mala Direta, como acontece nos Estados Unidos. Ela ainda é feita, pelo anunciante ou por sua agência, com uma colheita própria de endereços, obtidos através de listas telefônicas, de cadastros imobiliários, de fichários de associações de classe, etc.

PONTO DE VENDA

É tôda propaganda divulgada no local onde se vende o produto. A êsse respeito diz o livro "Técnico e Prático da Propaganda", editado pela McCann-Erickson:

"Com a tremenda revolução que se operou nestes últimos anos na técnica de comerciar e que se notabilizou pelo advento dos supermercados, onde os próprios consumidores se servem sem o auxílio dos balconistas, a propaganda no ponto de venda tornou-se uma necessidade vital".

Com efeito, pesquisas recentes demonstraram que a maioria dos fregueses decide comprar 50% dos artigos que leva sòmente depois de estar dentro do supermercado. Cabe à propaganda no ponto de venda capitalizar para determinado produto essa tendência natural que todos nós temos de comprar mais alguma coisa, além daquela

que nos levou a entrar na loja. Mas não é só: a propanga no ponto de venda funciona também como elemento recordatório da campanha de publicidade que está sendo desenvolvida e facilita a exposição e venda do produto pelo varejista.

PLANEJAMENTO — No planejamento da propaganda de ponto de venda devem ser considerados vários fatôres importantíssimos, tais como: o tipo de loja a que se destina; a classe do público comprador; perfeita integração com a campanha de publicidade que está se desenvolvendo; o formato mais apropriado para cada caso, etc., etc.

Outro fator importantíssimo: as peças de ponto de venda devem ser criadas em função do interêsse do varejista, pois êste só aproveita as que lhe são úteis. Uma pesquisa feita nos Estados Unidos revelou que apenas uma pequena parte do material de ponto de venda recebido pelos supermercados era aproveitada. Do grande volume de cartazes, bandeirolas, faixas, displays, etc., apenas 25% era utilizado. O resto ia para o lixo por absoluta falta de espaço.

Aqui no Brasil êsse desperdício ainda não é tão grande. Isso porque a briga entre os vários produtos para um lugar ao sol nas prateleiras do comércio varejista ainda não é tão intensa como nos Estados Unidos. Entretanto, muita coisa que não interessa ao negociante fica mofando nos depósitos, até estragar-se completamente.

CLASSIFICAÇÃO — Segundo o livro já citado, outra recente pesquisa divulgada pelo "Institute of Purchase Advertising" enquadrou na classificação de "boas" as seguintes peças de ponto de venda: displays, provas de anúncio, móbiles e decalcomanias. Na classificação "melhores": cartazes, flâmulas, bandeirolas e faixas para prateleiras. E na classificação "ótimos" os mass-displays, etiquetas com a indicação de preços e os displays gigantes, montados sôbre cavaletes ou no chão.

Finalmente, outra consulta feita ao público dos Estados Unidos — que é o país das pesquisas — sôbre qual seria a peça ideal de ponto de venda, revelou a seus promotores a fórmula TAC. Isso quer dizer o seguinte:

T — TAMANHO: O ponto de venda ideal deve ter um bom tamanho para cada tipo de estabelecimento. Um tamanho dominante mas que não estorve.

A — APARÊNCIA: Trata-se de uma agradável combinação de côres e formato, capaz de chamar a atenção e vender o produto sem contudo enfeiar a loja.

C— CONTEÚDO: É o tema ou a mensagem de vendas, que deve ser breve e ter unidade com os veículos básicos.

As peças julgadas mais fracas, nessa mesma pesquisa, foram as decalcomanias, as reproduções de anúncio e as peças montadas no próprio produto.

MATERIAL DE PONTO DE VENDA — As peças de ponto de venda mais empregadas são as seguintes:

Cartazes — Anúncio geralmente em côres, feito sôbre papel ou papelão, impresso de um só lado. Podem ser colocados no balcão,

nas prateleiras, nas faces laterais das estantes, nas paredes, etc. São peças de publicidade que vem desde o início da propaganda.

Bandeirolas e Flâmulas — São pequenas bandeiras, de papel ou pano, impressas em um ou nos dois lados. Dão um aspecto festivo às lojas e supermercados, podendo ser distribuídas por todo o estabelecimento ou apenas em determinada seção. Existem várias disposições: na disposição paralela, isto é, lado a lado, deve-se cuidar para que os espaços brancos entre duas bandeirolas sejam ocupados pela bandeirola da linha seguinte.

Decalcomanias — Impressos em matéria plástica, com capa protetora e destacável por ação da água para aplicação na superfície em que se deseja colar a propaganda: balcão, caixa registradora, paredes, balança, etc.

Etiqueta ou Cartão Preço — Cartão contendo breve mensagem integrada com a campanha de publicidade desenvolvida e espaço para a colocação do preço.

Displays — São cartazes modernos que funcionam como "vendedores silenciosos", pois expõem o produto e convidam a venda. Podem ser também simples anúncio montado em cartão com suporte na parte traseira, para ser exposto em balcão, vitrinas, etc.

Mass Display — Muitos consumidores sentem certa inibição para tirar produtos com muita ordem, no ponto de venda. Para superar êsse obstáculo, criou-se o Mass-Display, geralmente uma cesta de arame que pode conter várias unidades do produto depositado sem arrumação, o que se constitui num convite à aproximação do freguês.

Faixas — Peça promocional, em pano, plástico ou papel que se coloca no espaço aéreo dos pontos de venda, com mensagem impressa numa ou nas duas faces. Podem igualmente substituir os cartazes, sendo arrumadas em pilhas, arrumações em estrados, na frente das estantes, etc.

Fitas Adesivas — É uma réplica das faixas, em miniatura. Fáceis de colar, se aplicam em qualquer lugar, sendo utilizadas também para fazer embrulhos.

Móbiles e Giratórios — Material de ponto de venda que se caracteriza por ter elementos móveis, em perfeito equilíbrio. Pendente no teto, o móbile movimenta-se ao sabor do vento, despertando a atenção para a mensagem do produto. Cada um dos componentes do móbile deve ter uma mensagem isolada, de forma que ao girar em seu eixo, de onde quer que sejam vistos dêem uma idéia exata do que está sendo enunciado. A colocação ideal é nos corredores, perto das portas, ou no centro quando a loja fôr pequena.

Tin Top — Pequena peça promocional, geralmente em papelão, contendo a principal mensagem de venda do produto e que se encaixa perfeitamente na sua embalagem.

Volante — Mensagem impressa em fôlha avulsa, numa única face geralmente, e que é deixada no ponto de venda para ser recolhida eventulamente pelos freguêses.

LA INFORMACION, SU COMETIDO Y SUS PROBLEMAS EN LAS COMUNIDADES CONTEMPORANEAS

GABRIEL ELORRIAGA
Ministerio de Turismo, Madrid.

1. EL COMETIDO INFORMATIVO

El gran problema de la información contemporánea, tan poderosa e influyente en su poder multiplicativo, es el logro de la objetivida y su armonización con lo que, también, es misión de quien informa: las facultades de orientar y perfeccionar honestamente la conciencia colectiva, para conseguir una comprensión de lo verdadero documentada y relacionada con las circunstancias generales que originan, condicionan y caracterizan a los hechos. En esta línea podemos citar como acertada aquella frase del director del "Manchester Guardian", Scott, que dice: "El comentario es libre, pero los echos son sagrados".

Esta frase define un principio importante, en el terreno de la moral informativa, que no siempre se respeta. Una noticia puede ser vista a través de un temperamento, de una política, de una filosofía. La noticia puede ser relatada objetivamente, pero enmarcada en una circunstancia informativa que, en cierta medida, la deforma y la tiñe de un carácter subjetivo más o menos acusado. Ello hace que el periodismo no pueda ser considerado nunca como una técnica fotográfica de la actualidad, sino como un arte pictórico que, en cierto grado, la interpreta. Esto es lícito, pero la fuerza moral de dicha licitud reside en su honesta compensación en el terreno expositivo del hecho mismo con la verdad objetiva, con la probidad informativa, siempre capaz de rectificar, jamás premeditadamente ocultadora de realidades; valientemente erguida ante las presiones de intereses que pueden admitir, si son razonables, para argumentar, pero jamás para borrar o desvirtuar la información misma.

La conciencia del informador juega en esto un papel decisivo. La universalidad de las noticias, la rapidez con que deben manipularse para servirlas al público; a veces de forma simultánea a su producción, como sucede con los reportajes directos televisados; el margen que, por otra parte, se deja en manos del informador para que le dé el deseado acento personal, suponen una grave responsabilidad social. El informador, en el periódico, en la radio, con la cámara, realiza, a la vez, una técnica, un arte y una función social; siendo, esto último, lo que debe impregnar todo el conjunto de su actividad y en lo que reside la esencia primordial de su carácter.

El carácter de la función informativa se lo imprime la confianza social de que disfruta. El hombre civilizado recurre a los medios informativos con el hábito de quien dispone de un instrumento de fe pública. La pérdida de la confianza en los medios informativos representa, por si misma, una quiebra en la seguridad del orden social, una alteración en el estilo de convivencia capaz de hacer retroceder las costumbres a una etapa de desigualdad social; entre los mejor y peor informados; los que disponen de comunicaciones propias y las víctimas del rumor; los que actúan víctimas del engaño o la superchería y los jugadores de ventaja de la noticia adelantada; los recelosos y los embaucados. Una sociedad sin firmeza informativa es un caldo propicio a la injusticia consentida, a la especulación y al chantaje, al error colectivo y al aventurerismo individual, a la insolidaridad y desconfianza entre sus gentes.

Por todo ello, el papel del informador en la sociedad debe revestirse de las mayores garantías y estar imbuído de un sentido vocacional por la objetividad, semejante al que pueda imperar en el plano de las relaciones científicas. En definitiva, la información es una documentación en evolución constante y, para responder a sus altos fines, debe revestir los mismos atributos que se exigen a la documentación científica. La consideración, confianza y capacidad social para servirse de la información representa una forma de progreso moral en las relaciones humanas; pero esta consideración, confianza y capacidad sólo puede demandarse en proporción al grado de pureza vocacional y rigor objetivo con que se cumpla el cometido informativo.

2. EL PODER DE INFORMAR

La importancia de la prensa, cuando ésta era, pràcticamente, el único medio de información de mayorías, hizo que su función se considerase el "cuarto poder", tras las clásicas funciones legislativa, ejecutiva y judicial. Realmente, hoy, no podemos referir-nos solamente a la prensa como cristalización de una forma de poder, sino que deberíamos hablar del "poder de informar", englobando las posibilidades conjuntas de todas las técnicas informativas, divulgadoras y hasta educativas, puestas al servicio de la sociedade contemporánea. Este "poder de informar" no está, sin embargo, en la sociedad contemporánea, instituído de forma análoga a los otros poderes. Las funciones legislativa, ejecutiva y judicial responden, normalmente, a un juego de disposiciones y controles de carácter decididamente público, en el que se insertan vías representativas, garantías de independencia y responsabilidades constitucionales, proporcionadas, todas ellas, al carácter augusto y trascendente de todo ejercicio de poder.

El "poder de informar" es, en gran parte, una actividad de transcendencia pública, pero de ejecución privada. Se trata de una zona ecléctica en el plano jurídico, cuya situación es difícilmente

precisable por la existencia de presiones políticas que tienden a inclinar la balanza hacia lo público o lo privado, según la situación de las fuerzas interesadas con respecto al poder soberano propiamente dicho. Las fuerzas en el poder ven, en el carácter público de la función informativa, la posibilidad de su control. Las fuerzas fuera del poder ven, en el carácter privado de la función informativa, una garantía frente al abuso del poder establecido y una posibilidad de acción social al margen o, quizás, en contra del mismo. Ambos puntos de vista confluyen sobre la función informativa, convirtiéndola en una zona de tensión.

Un afán de institucionalización jurídica en esta zona, como en cualquier otra, ha de perseguir la equidad. Y la equidad, en este terreno, es la garantía de que los derechos de los entes públicos y privados se desenvuelvan con criterios similares a los que se consideran dignos de una sociedad de hombres libres para el conjunto de actividades humanas que la componen. Ni es razonable que en el terreno de la información las facultades del poder establecido superen lo legítimo en cualquier otro campo similar, ni lo es, tampoco, que el albedrío individual goce, en cuestión de tanta trascendencia, de unos márgenes de irresponsabilidad superiores a los exigibles ante cualquier tipo de conducta de parecida trascendencia.

Considerar el ejercicio de la función informativa como una zona donde es lícita la patente de corso es, realmente, un concepto disparatado y peligroso para la estabilidad social de la convivencia democrática. Máxime cuando existe el hecho evidente de que para librar dicha patente de corso hace falta una capacidad de poder financiero que desequilibra fatalmente el ejercicio de la información a favor de los defensores del capital, cuyos intereses no siempre coinciden con los de la generalidad de los ciudadanos. La concentración de los medios de información ha acentuado este desequilibrio de forma notoria. De hecho, en muchas ciudades existe un cuasi-monopolio de información y, en el conjunto de los países, los medios de información están organizados en bloques homogéneos de gran calado. Esto sucede tanto en la esfera de la prensa como en la de la radiodifusión y, fundamentalmente, en la de las agencias de noticias.

Pero ello no justifica la reducción de las tareas informativas a actos de autoridad, tal y como puede suceder en regímenes como el soviético, entre otras cosas, porque dentro de ellos ha sido anulado el concepto de empresa privada. Tampoco justifica que, en los países democráticos, el Gobierno se resigne a no establecer más forma de contacto con la sociedad que la que le conceden los grupos oligopolísticos de la información.

La ordenación jurídica de la información debe garantizar la causa del interés público en su doble vertiente: ajuste del ejercicio del poder informativo a los dictados legítimos del orden social y garantías de que dicho ejercicio transcurra por vías lo sufientemente amplias y espontáneas para que la opinión encuentre auténtica ma-

nifestación. Porque, en definitiva, la armonía convivencial sólo puede conseguirse con la existencia de amplias y permanentes comunicaciones entre todos los sectores de la sociedad y ello, en nuestros días, es técnicamente posible y, por tanto, estamos obligados a favorecerlo.

3. LA PRENSA COMO INSTITUCION PUBLICA

Nuestro mundo, a partir de la Revolución Francesa, conoció la consagración de la prensa como elemento protagonista en la vida política. Quizá es, a partir de entonces, cuando los periódicos se convierten en una necesidad social para el hombre de la calle dispuesto a tomar partido ante los problemas de la comunidad a que pertenece. La función de la prensa, en las sociedades contemporáneas, va creciendo desde entonces, en forma paralela a la estadística de sus tiradas, hasta que, con el siglo XX, podemos considerar que ha adquirido todos los caracteres con que se nos presenta hoy. Es, en este siglo, cuando el sociólogo Gabriel Tarde, en su livro sobre "La opinión y la masa", nos dirá, al analizar la mentalidad del "público", distinta a la de la sociedad antigua, que éste posee una cohesión mental que sólo se puede realizar contando con el elemento intermediario que es el periódico.

La prensa, convertida en uno de los más importantes factores de la opinión, adquiere una fuerza formidable que justifica el origen de un tópico: se convierte en el "cuarto poder". Con esta consideración, el nuevo poder entra en necesaria relación, muchas veces agitada, con los poderes tradicionales de la vida política. Entre situaciones de ejercicio anárquico de su poder, en la tierra de nadie, y absorciones por la expansión ilimitada del poder ejecutivo, la prensa trata, dificultosamente, de conseguir un equilibrio de derechos y deberes, como corresponde a una auténtica institución social.

Pero si estos problemas se encontraban planteados a la prensa ideológica y romántica de forma escandalosa, la perfección técnica dela información y la evolución económica habían de agudizarlos, al crecer en importancia su proyección social, aunque, externamente, sea hoy más discreto el aparato polémico. La comercialización, por un lado, y la estatificación, por otro, serán las tendencias contemporáneas cuya presión hace difícil el equilibrio. La base económica publicitaria de sustentación de la empresa informativa y la concentración de las empresas industriales de edición han dado especial potencia a las fuerzas privadas, que se mueven tras los bastidores de la actividad periodística. Pero, a la vez, la frecuente asunción por los poderes públicos de las grandes agencias de noticias y de las comunicaciones a larga distancia, han otorgado al poder público atribuciones efectivas sobre la información capaces de llegar a perjudicar el grado de independencia informativa, en ciertos casos. La compensación de ambas tendencias, a través de un estatuto adecuado y paralelo al de otras funciones sociales, se ha convertido, portanto, en

una necesidad de las sociedades que aspiran a madurar un clima de estabilidad política.

La prensa es una institución pública que refleja, sensiblemente, el acontecer de nuestra época. Sus órganos registran, engrandecen y simbolizan los problemas mismos que ellos se encargan de exponer a la opinión. Junto al esfuerzo de sus profesionales, en busca, como todo hombre, de la dignificación de su papel social por sí mismo, es necesario convocar el estudio de los sociólogos y de los juristas, para obtener el examen preciso de una realidad y la ordenación jurídica de los aspectos institucionales de la misma. Los hombres bien informados son elementos positivos de la vida social, pero los hombres mal o tendenciosamente informados pueden convertirse en elementos asociales o insociales, si la utilización de la propaganda se orienta en sentido demoledor. Toda invención, como toda institución social, posee gérmenes constructivos o destructivos, que actúan sobre los valores que juegan en su ejercicio. Pero la universalidad de los valores sociales sobre los que opera la prensa exige una categoría en su tratamiento a la que, a decir verdad, no han llegado aún seriamente la mayor parte de las formulaciones en uso en el mundo contemporáneo.

4. LA INDEPENDENCIA DE LA FUNCION

El cumplimiento de una función de trascendencia social, como es la informativa tiene su esencial exigencia en la veracidad, del mismo modo que la función judicial la tiene en la equidad o la función del orden público en la seguridad de vidas y haciendas. Las condiciones ideales en que deba desarrollarse la información son aquellas que mejor garanticen a la sociedad el nutrir su conciencia y poder establecer sus opiniones y relaciones sobre la base de la verdad pública. La libertad informativa es, por tanto, el clima que, en principio, supone que la verdad no será amordazada, aunque ésta resulte más o menos grata o más o menos conveniente a unos u otros sectores de interés o presión que, habitualmente, juegan en el seno de toda sociedad.

Pero este clima no puede interpretarse, elementalmente, como fruto de la libertad de expresión formal dentro de unas condiciones de hecho indeterminadas. Este clima sólo puede alcanzarse, en su sentido más serio, como fruto de la independencia de la función. Ante un tribunal, las garantías para los litigantes no proceden tanto del hecho de que la sentencia va a ser expresada con publicidad y sin intromisiones censoras posteriores a su formulación jurídica — cosas, ambas, universalmente admitidas hasta en el convencionalismo de los tribunales partisanos — cuanto del carácter independiente, de la soberanía de función, de los juzgadores. Algo semejante sucede con los elementos informadores y su actuación en el seno de la comunidad. El prestigio de la función viene de sus garantías de independencia, pero en este terreno dichas garantías son

particularmente escasas. El mundo informativo se halla entrelazado con un imprescindible montaje económico que le exige una dimensión empresarial. La empresa puede ser pública o privada, y la subordinación oficial o la subordinación mercantil aparecen, en una u otra fórmula, como vicios característicos. Si el primero predomina en el mundo totalitario, es evidente que el segundo matiza el panorama de la información en el mundo libre.

La comercialización y la concentración de los instrumentos informativos en muy pocas manos es una característica de nuestra época, especialmente acusada en los países de mayor desarrollo económico y de más impresionantes cifras de difusión informativa. Ello se percibe, de forma abrumadora, en la presentación, confección y fondo de los periódicos. En ellos se difumina, a simple vista, su carácter de órganos de información y reflejo de la opinión, para acusarse su perfil de medios eficaces para la consecución de beneficios económicos. Los periódicos de Roy Thomson, por ejemplo, defienden en el Sur de los Estados Unidos el mantenimiento de la segregación racial, mientras en el Norte la atacan enérgicamente. Ello se debe a que su objetivo es más agradar que informar a sus lectores, persiguiendo el mantenimiento de la tirada a toda costa y, con ambas cosas, la buena marcha de la correspondiente sección de publicidad. Ello está en el espíritu de la declaración de Cecil King, grande de la prensa británica, cuando dijo: "La televisión y la prensa se me presentan como los medios más fascinantes para llegar a formar una gran empresa financiera".

El espíritu de empresa no nos parece ilícito en sí mismo, pero, evidentemente, plantea graves problemas para armonizar su coexistencia con una consideración de la prensa como vehículo representativo de la opinión pública o institución básica de la democracia. La independencia de la función informativa queda sospechosamente albergada bajo la capa de um grupo financiero, aunque esto sea una realidad inevitable en una convivencia respetuosa con la iniciativa privada. Pero, por lo mismo, es inevitable un grado de desconfianza por parte de la opinión y por parte del poder público. Ambos coinciden en demandar garantías, si bien desde distintos ángulos, tendentes a salvaguardar el bien colectivo que supone la serenidad y la honradez informativa. Ello supone un control de conducta en la función informativa, distinto al control interno del interés empresarial. Una canalización del interés público proporcionada al rango de institución pública con que debe ser considerada la función informativa y su libertad e independencia, que perderían su más importante justificación tanto si se situase ésta al mero nivel de una actividad industrial, como si se interpretase en el plano de la subordinación administrativa. De ahí la necesidad de que el juego de controles, capaces de salvaguardar la verdad y la independencia de la función, estén en justa proporción con el juego de derechos suficiente para hacer real un clima de libertad informativa.

5. CONTROLES Y PRESIONES

El concepto de los límites de reserva en el terreno informativo varía tanto como las distintas fórmulas y modos de control. Ello nos hace conscientes de la existencia de un grado de relativismo en la configuración de las relaciones entre la información y la política que exigen, ante todo, flexibilidad y respeto entre ambas funciones. Podemos establecer la comparación, en este terreno, entre dos democracias de habla inglesa. En Washington, con motivo de los sucesos cubanos de 1961, fueron plasmadas inmediatamente en la prensa todo género de controversias e, inclusive, las desavenencias internas del gobierno. Sin embargo, en Gran Bretaña, se mantiene todavía en secreto la historia íntima de la crisis de Suez en 1956.

De cómo es posible este grado de reserva, en aras de un interés nacional, en un país en que debemos considerar que existe libertad de prensa, nos habla, en un reciente libro, Anthony Sampson. En Gran Bretaña, todos los días, un "spokesman" del Foreing Office se reúne con los corresponsales políticos de la prensa diaria. Estos reciben una información adecuada a la consideración que el tono del periódico merece a los especialistas de la política internacional. Así, habrá un buen número de noticias para el "Times" y muy pocas para el "Worker". Si un periódico no se ajusta a las sugerencias del Foreing Office y publica una información oscura y embarazosa, la cooperación entre el Foreing Office y el periódico en cuestión descenderá de nivel, paulatinamente, y puede llegar a ser nula.

La licitud de un tipo de presión en este sentido es indiscutible. Porque, frente a ella, la prensa no aparece como un terreno limpio e independiente, sino como un campo propicio a sufrir todo género de presiones distintas a la del interés público. Cualquier interés privado, lo suficientemente fuerte, tiene grandes probabilidades de ejercer una especie de censura particular sobre noticias y opiniones. Tácticas tan fáciles o poco comprometidas como la del silenciamiento pueden influir en la deformación de los hechos de forma tan importante como a través de versiones más o menos amañadas. "En este esbozo de inventario de los métodos y prácticas de la democracia liberal — escribió Salvador de Madariaga en "Anarquía o jerarquía" — no podía faltar una breve mención de cómo la prensa y sus propietarios han venido a apoderarse de una de las funciones más importantes de un Estado moderno". Evidentemente, la prensa cumple una función eminentemente política al servicio de la sociedad. No es su única fundación, pues desde la estimulación de demandas comerciales, la recreación y la extensión cultural a la ambientación de los deportes, una serie de cometidos muy complejos se despliegan en las páginas de los rotativos. Pero parece claro que la propia morfología del periódico nos declara la primacía de su función política, con su predominio en la pieza más noble y representativa, por su carácter anónimo, de la publicación, el artí-

culo editorial, además de por el destaque, indesplazable en la confección, de la información directamente política.

Sería, por tanto, hipócrita que, en el cumplimiento de una función política considerásemos lícito el juego de todo tipo de influencias o presiones, económicas, profesionales o ideológicas y se vedase pudorosamente la influencia de las instituciones políticas propiamente dichas y, más aún, la de aquellas representativas del bien común nacional y de la personalidad colectiva institucionalizada. Un lazo de conexión entre la actividad política y la actividad informativa es, desde todos los puntos de vista, lícita y necesaria. La precisión y publicidad de sus límites contribuirá a enaltecer la función de la prensa y a perfilar más sólidamente el campo lícito de su libertad.

6. EL LENGUAJE INFORMATIVO

Junto a los deberes derivados de la trascendencia social de la información en el plano político, están, también, aquellos otros que se relacionam con su misión cultural. Su función de distribuidora de bienes, aunque estos sean espirituales, le obliga a cuidar de que dichos bienes lleguen a todos con equidad. Porque es un hecho que la influencia de un reparto desigual de los mensajes informativos tiende a formar distintos tipos de mentalidad ciudadana, inclusive matizándolos de acuerdo con el medio técnico informativo de que se nutren preferentemente, aún por encima del estamento social a que pertenecen. Por ejemplo, en la República Federal Alemana, los lectores de prensa popular están inclinados a votar al partido socialista alemán, mientras los habituales de la televisión tienden a votar a los cristiano demócratas, perteneciendo los grupos estudiados a idénticas clases sociales. En Suecia, en 1960, se celebraron las primeras elecciones que pueden considerarse masivamente influidas por la telveisión. Las personas que siguieron con atención los debates televisados fueron las que mostraron mayor interés por intervenir en las elecciones y en votar a favor del gobierno social-demócrata, provocándose notorias defecciones en los sectores de clientela habitual de los partidos conservador y liberal. En Inglaterra se ha observado que la televisión tiende a disminuir el espíritu de partido de los electores, en sentido contrario a la prensa.

En líneas generales, parece que la información destinada, por su potencia técnica, a inmensas mayorías tiende, lógicamente, a ser menos parcialista. Los órganos minoritarios, pequeñas revistas basadas en un círculo reducido pero pertinaz de suscriptores, tienden a exacerbar su parcialismo, para servir a un público muy predeterminado. Pero en esta tendencia llevan implícita su desvalorización y la imposibilidad, cada vez más acusada e invencible, de intentar expansionarse y tomar el ritmo de crescimiento que nuestro tiempo impone a todas las instituciones sociales. No se puede ser informativamente ambicioso y mentalmente estrecho.

Por ello, los responsables de la información y, por consiguiente, matizadores de la opinón, tienden a dejar a un lado las divergencias ideológicas violentas como fórmula de interesamiento político, buscando, por el contrario, las cuestiones prácticas, los planteamientos técnicos y las referencias razonadas al bien general y a los instintos naturales de la familia humana. Las tensiones ideológicas se atenúan, en el mundo desarrollado, a la vez que la radicalización de la lucha de clases va siendo sustituída por la extensión de los derechos sociales, la elevación del nivel de vida general y la institucionalización de los organismos de mediación y arbitraje. Con ello se acentúa la integración en un sistema nacional del pueblo, al que se hace necesario dirigirse, por tanto, con un lenguaje nacional más que con un lenguaje de clase o de partido. Este lenguaje que, en nuestros días, puede ser hablado o escrito, debe ser el don característico del ejercicio de la función informativa, que es una de las tareas más acusadamente humanísticas en la sociedad contemporánea.

7. FUNCION DEL PERIODISMO IMPRESO

La prensa, si bien no tuvo su lugar en la concepción napoleónica de la universidad, que tanta influencia tuvo sobre nuestros planteamientos culturales, es evidente que posee todos los caracteres de una actividad humanística de primer rango. Su acción, como elemento activante de la intercomprensión, en una sociedad de masas limitada, por sus mismas dimensiones, en sus posibilidades de comunicación directa, la conceptúan como una realidad mayor de la vida social. Por ello resulta absurdo concebir al periodista como un simple técnico o como un subgénero del hombre de letras, tendencias opuestas a las que, según la coyuntura, ha sido propicio el deslizamiento profesional. El periodista debe concebirse siempre, y hoy más que nunca, como realizador de una misión humanística.

El perfeccionamiento, y consiguiente complicación, de las nuevas técnicas de difusión no debe deslumbrarnos engañosamente con el brillo metálico de lo que no son más que vehículo de la función, enriquecida con elementos de ciencia aplicada o de organización industrial. El periodista no debe concebirse nunca como técnico auxiliar de la información, sino como protagonista de esta tarea. Vivimos, sí, una era de transformación en las técnicas, cuyo símbolo pudiera ser el satélite "Telstar", lanzado el 10 de julio de 1962, que franqueó, experimentalmente, la etapa de la visión planetaria. Fenómeno característico de esta era es la pérdida, por el periodismo impreso, del monopolio y prelación en el anuncio de las noticias.

Pero esta realidad resulta coexistente con el hecho de la existencia en el mundo de siete mil seiscientos diarios impresos que, según las estadísticas de la UNESCO de 1961, lanzan un total de doscientos ochenta y ocho millones de ejemplares al día. ?Cuál es el papel de este impresionante vehículo de comunicación social, en retirada

de su función inicial de noticiero? ?Cómo se desenvolverá el periodista, lejos del descubrimiento espectacular del manto virginal de la noticia? La prensa escrita y su protagonista mantienen toda la importancia social en una concepción más profunda, más intelectual, menos efímera.

La prensa escrita, frente a las informaciones radiadas y televisadas, tiene el valor de la permanencia, la capacidad para la reflexión, la facilidad para el análisis crítico. Por ello sigue siendo, en primerísimo plano, una fuerza constructiva, cristalizadora de la opinión. La información es, para la prensa escrita, como la materia para el artista. Sobre ella ha de operar su capacidad de selección y valoración, su acción en el difícil arte intelectual de la síntesis, su complementación cultural para elaborar y comentar, su inmenso poder de orientación y de captación de estados de ánimo generales.

Por ello, en el siglo XX, más que nunca, la prensa escrita no puede concebirse como una forma de irresponsabilidad social. Su libertad ha de producirse como camino apropiado para satisfacer el derecho de todos a saber y conocer una visión real y completa de los hechos. Su relación con el poder público ha de coincidir, a través de la acción legisladora de éste y en las tareas de promoción del bien común. Se trata de una empresa que exige un especial rigor moral, en razón de su trascendencia. El periodista, intermediario entre la realidad social y la reflexión individual, es, antes que nada, un hombre de vocación expansiva, como el político, el misionero o el educador. Radicar en otras características de su función laboral la esencia de su tarea sería denigrarlo. El periodista es un hombre que piensa por los demás, antes que un poseedor de esta o aquella destreza especializada. De lo contrario sería un técnico de segunda fila. La consideración profesional y corporativa que merece, preeminentemente, está proporcionada a la responsabilidad social de su función como hombre de pensamiento. De un pensamiento que, muchas veces, deberá realizarse en el anónimo, deberá sacrificar perfiles personales al carácter colectivo de su tarea, deberá acoplarse a los métodos del trabajo en equipo y deberá conectarse con experiencias empíricas y con el dominio de aspectos técnicos del oficio que permitan la coordinación, sin soluciones de continuidad, con los elementos auxiliares a su servicio. Pero todo ello no puede desdibujar, en ningún caso, la servidumbre y grandeza de su vocación esencial.

8. LAS AGENCIAS Y LA COMUNICACION INTERNACIONAL

En el cumplimiento de ese servicio esencial a la humanidad que es el de informarla, no podemos dejar de referirnos al instrumento clave de intercambio internacional de información que son las agencias de noticias. Cuando el progreso técnico en los medios de impresión y comunicación hizo posible una auténtica internacionalización de los recursos informativos, surgieron éstas, con la na-

turalidad con que las necesidades crean a los órganos. El cambio social y económico contemporáneo hizo, por sí mismo, que aquella inicial clientela de Charles Havas, formada por diplomáticos y financieros, se transformase en la demanda general de información de la opinión pública universal. Pronto, los dirigentes de los pueblos, comprendieron la importancia política de aquelles instrumentos capaces de actuar sobre la información y un apoyo oficial se perfiló, tras la actividad de los iniciadores de este tipo de empresas, para la conquista de los mercados. Frente a Havas y Reuter, pronto la agencia alemana Wolff pudo contar con el apoyo de Bismarck. Instrumentos de prestigio, en tiempos de paz, y de combate, en tiempos de guerra, las agencias de prensa habrían de poder ser comparadas con los acorazados, durante la larga época en que estos buques rubricaban el prestigio de las grandes potencias. Pero el mismo cambio que, en el plano estratégico, transformó la concepción de las escuadras de combate afectó, en el plano informativo, a la concepción de las agencias de noticias.

La I Guerra Mundial puede considerarse el momento álgido de la politización de las agencias informativas al servicio de fines nacionales. El bloqueo telegráfico a que fue sometida Alemania impulsó a este país a la utilización de la radio como medio de transmisión sin hilos. La estación de Nauen vino a demostrar la importancia y el alcance de la información concebida como artillería. A partir de la guerra, todos los pueblos comprendieron que la información era un medio de acción política y como era insuficiente, sobre todo en los pequeños países, la iniciativa privada, los çobiernos incluyeron en sus presupuestos, con procedimientos más o menos directos, la carga de ciertos gastos informativos. Cuando los medios de una potencia de segundo orden no eran suficientes para respaldar una acción informativa capaz de competir a escala mundial — la escala estratégica de la división de acorazados — se procuraba, al menos, cubrir los objetivos de la política interior y de una cierta cobertura defensiva — la escala estratégica de las flotillas de guardacostas. Se vivía, aún, la época en que la información dirigida podía entrar en el cálculo de una planificación política.

Pero la enorme transformación política, técnica, económica y social, que estamos viviendo, a partir del fin de la II Guerra Mundial ha invalidado, desde el punto de vista informativo diríamos que felizmente. Durante la misma se vivió el apogeo de los diarios hablados, que tuvo al mundo pendiente de los, aun voluminosos, receptores de radio, provocándose el perfeccionamiento y vulgarización de los apartos portátiles. La radio superó todas las mallas de las censuras y rompió, para siempre, toda la posible eficacia de la acción dirigista desde las agencias propias de noticias. Por ello, la posguerra, trajo consigo una remisión de la concepción gubernamental de las agencias y un avance hacia su concepción cooperativa, buscando en la asociación de periódicos una base económica y difusora. En cierto modo, el negocio de la información vuelve a su clientela natural: la

demanda de la opinión pública. Solo los grandes espacios totalitarios protegidos por "telones de acero" intentan conservar, en retirada, regímenes de monopolio de los materiales informativos. Las agencias de gran potencia tienden a coincidir con la potencia de las clientelas receptoras para las que trabajan los instrumentos informativos a quien ellas sirven.

Pero no conviene confundir la tendencia a la objetivación e internacionalización del tráfico informativo con su privatización, que no es exactamente lo mismo. Una consideración de la función informativa que se aproxima a la moral del servicio público como formadora de la opinión pública. Porque, si bien las deformaciones de una tendenciosidad directamente política constituyen uno de los peligros que pueden afectarla, otro tanto sucede con las deformaciones producidas por los intereses mercantiles de los grupos oligopolistas en este terreno que, también, pueden estar afectados, directamente, de diversos grados de tendenciosidad y parcialismo. Por ello, la tendencia a una información exacta e independiente ha de buscar una independencia económica y una ética profesional. Ello es una empresa difícil que, en el campo de las agencias, abre la necesidad de un esfuerzo cooperativo en la organización de la libertad, montada con fe en los valores positivos de la pluralidad y de la concurrencia y con la intención compensatoria suficiente para situar en régimen de igualdad, con respecto al derecho e informar y ser informados, a aquellos que disponen de medios más modestos.

En definitiva, las agencias ni pueden concebirse ya como puras empresas mercantiles, ni tampoco como piezas al servicio de intereses políticos locales. Pero es evidente que son instrumentos que no sirven mercancías, sino alimentos políticos y culturales que afectan al bien común de los pueblos y al posible entendimiento de la humanidad. El derecho de los pueblos a defenderse de la desigualdad o de la tendenciosidad no puede desconocerse, del mismo modo que no puede desconocerse el derecho de los ciudadanos a conocer la realidad de las cosas. Si la hipótesis del acorazado está periclitada — tanto en la estrategia militar de la soberanía y la libertad como en la estrategia informativa — también lo está la hipótesis de la bondad intrínseca de todo tráfico de concepción puramente mercantil.

Los problemas del tráfico informativo se plantean a nivel internacional y sólo en dicho plano pueden resolverse. Hoy, también, los problemas de la defensa de la libertad sólo pueden ser abordados con la cooperación internacional, habiendo ello transformado notablemente las formas de entender la soberanía nacional. En la época de la cooperación económica internacional, de la cooperación militar internacional, problemas como los de la paz y el desarrollo exigen una escala superior a la utilizada en épocas anteriores. Los problemas de una información equitativa y completa se encuentran en el mismo nivel, y no puede olvidarse su influencia como factor de paz y desarrollo de los pueblos. Dicho esto, no hemos de creernos

en posesión de la panacea universal en el terreno informativo. Los fracasos y dificultades para el entendimiento internacional ante los problemas de la paz o de la cooperación económica no puede esperarse que falten en el campo de los problemas informativos. Máxime cuando las tensiones de la convivencia contemporánea son tan evidentes y amenazantes.

Pero si una situación universalmente perfecta en la comunicación informativa no parece empresa fácil ni de pronta solución — aunque los medios técnicos circulen ya en la órbita de la ingravidez — sí parece necesaria una toma de dirección. En el ámbito de las relaciones internacionales con bases comunes ya importantes, de dimensión geográfica, cultural, económica o política que favorecen la cooperación, debiera intensificarse una actuación hacia la cooperación informativa. Igualmente, en el plano de los organismos internacionales se siente la necesidad de que se aborde con más insistencia y autoridad el tema. Las deficiencias para la comunicación objetiva entre los pueblos, no atribuibles a estas alturas a dificultades técnicas, comienzan a ser un anacronismo absurdo, en momentos en que los intereses comunes y las alianzas de otra índole van cohesionando nuevas dimensiones comunitarias supranacionales. Un nivel de responsabilidad y probidad informativa, cuando menos, paralelo al nivel de la relación en otros campos de la cooperación humana, parece imprescindible.

9. LA REPRODUCCION DE LA PALABRA

Otro aspecto característico del actual desarrollo informativo, que ha llegado a situarse en un plano de trascendencia similar al del periodismo clásico o escrito, es el de la difusión de la palabra hablada. El periódico escrito, elegido entre otros, suministra al lector una información acompañada de comentarios y crónicas, graduada muy precisamente por la confección de sus páginas, que permite ser reconsiderada y confrontada. Muy distinta es la forma de producirse la información radiodifundida, que se introduce con efectos de choque sicológico. Irrumpe en la intimidad y se proyecta sobre un oyente sin defensa, sin puntos de referencia suficientes para contrastarla que, quizá, despierta de una semisomnolencia tras el impacto rápido de algo que sorprende su sensibilidad. Esta fuerza de ruptura permite, a veces, a la información romper resistencias y encontrar un camino más fácil del habitual para llegar a la conciencia general. De ahí su característica eficacia social, que hace posible la generalización de sus mensajes, difundidos a través de un instrumento que, instintivamente, alcanza una mayor consideración de neutralidad que los impresos, aunque no existan, muchas veces, razones sólidas para ello.

Quizás influya, también, en ello, la mágica fuerza persuasiva de la palavra hablada. Es un hecho que, apesar de la gran autoridad que se supone a los textos escritos, a la "letra de molde", algunas

cosas hay que "decirlas". Dice el maestro, aunque su texto esté al alcance de todos sus alumnos; dice el conferenciante, cuyo trabajo va a distribuirse impreso acto seguido y, sin embargo, existe un interés en escucharlo y "dice" la radio, aunque el locutor esté leyendo algo escrito por otra persona. Existe algo en la voz humana; cuando está bien elegida y adecuadamente utilizada, cuando repite un tono familiar o manifiesta una naturaleza cordial, imperativa, sentimental; que es capaz de vencer muchos factores racionales, de añadir algo más que reflexiones intelectuales a lo que se está diciendo.

Escribe Roger Clausse que "la radio lo ha dicho" ha venido a ser el "Magister dixit" de nuestro tiempo". Y esto es el resultado de lo dicho y del prestigio de la relación superactualizada que suponen las informaciones radiofónicas. Pero, sin embargo, este hecho coincide con una forma de atención auditiva que es, según los sicólogos, la más propicia a errores, imprecisiones y malentendidos. Añadamos a ello, que la información radiofónica es muy difícilmente medible en su redacción. No puede conocerse exactamente la diferencia de sensibilidad entre los oyentes de zonas muy extensas, de distintas regiones y, aun, de distintas naciones. No existe un nivel social homogéneo, como el que poseen los lectores de ciertas publicaciones; ni la matización ideológica que, en muchos casos, la propia elección de un diario supone. Ello implica que, al eco social de la información radiada, por sus características técnicas, es necesario responder con un sentido peculiarmente colectivo del lenguaje. Un buen matizador de los efectos informativos no utilizará, por tanto, los mismos recursos literarios, en ningún caso y aun habiendo de expresar los mismos hechos o ideas, cuando va a difundirlos por medios impresos e medios radiofónicos: el material informativo no es intercambiable, pese a que muchas veces se proceda como si lo fuese.

El lenguaje de la radio debe ser un lenguaje social, la información impresa es la que puede hacer vivir el pluralismo de las ideas. La servidumbre multitudinaria y efímera de la radio es su grandeza; la grandeza de los escritos impresos, elaborados con documentada y más lenta inteligencia, es su servidumbre. Son ociosas, por lo demás, las comparaciones de vigencia y preeminencia entre los diversos medios informativos, ya que ellas las mide la aceptación de las gentes y, ellas, han demostrado la conveniencia de la variedad de los mismos, actuando sobre los hechos desde sus distintos ángulos de proyección. Pero lo que sí es una realidad es la responsabilidad manifiesta de la información radiada, proporcionada a su extensísimo impacto social que desborda, inclusive, la voluntariedad de la atención y las fronteras domiciliares.

10. EL ACCESO A LA VISION Y LA PRESENCIA POLITICA

El hecho es que la lectura, que ha sido el método más importante de información, desde la época en que la imprenta sustituyó

a la viva voz de juglares y rapsodas, ha encontrado de nuevo la competencia de la viva voz en nuestros días de generalización de los mensajes radiados y televisados. Hoy, en grado quizá aun no exactamente medido, estamos en una etapa de renacimiento de la presencia política y, consecuentemente, de la viva voz. Circunstancia que no puede identificarse sencillamente con el descubrimiento de formas de reproducción sonora. Los noticiarios leídos ante los micrófonos o las pantallas no pueden considerarse viva voz en un sentido estricto, sino una forma de divulgación de la lectura. La viva voz es la acción de presencia del creador o responsable o, secundariamente, la narración de hechos por alguien que marca su propio acento personal en la interpretación de los mismos.

Las acciones de presencia tienen como característica el aportar elementos instintivos, frente al carácter eminentemente reflexivo de la lectura. Lo emotivo recobra fuerza, con la reaparición de la oratoria, que había sido desplazada por el avance de la alfabetización de las masas, que parecía ofrecernos la máxima dimensión pública con el enorme círculo de los lectores de periódicos. La relación sentimental con el líder vuelve, en nuestros días, saltándose la mediación de los impresos, reproduciéndose con el eco infinito y portatil de los transistores con la luminosidad gris de la televisión. Esta relación directa es mucho más asequible para las grandes mayorías, aún las culturalmente poco desarrolladas, poniendo, con ello, en la balanza su peso, frente al de los grupos ideológicos organizados.

La seguridad con que, los gobernantes contemporáneos más discutidos por la opinión organizada, recurren al referendum plenario tiene mucho que ver con este hecho. El periódico, intermediario en manos de grupos de presión, había rebajado, en su etapa de primacía sin competencia, el relieve de la presencia humana de los políticos. Pero este relieve se recupera y exalta con la aparición de los instrumentos de difusión directa de la personalidad, como la televisión, que en muchos casos está bajo la influencia o control político y, en otros, son susceptibles de arrendamientos temporales que permiten asomarse a una infinita ventana con mayor facilidad que llegar a crear o dominar los resortes más cristalizados del mundo veterano de la prensa.

Junto a la viva voz, la gran posibilidad de relieve universal de las presencias políticas la da, en nuestro tiempo, la capacidad de actuar, a través del espacio, con simultaneidad en el tiempo. Elle permite el gesto, la exteriorización de la capacidad de decidir y reaccionar, con características sin precedente histórico. El Papa San Gregorio no pudo conocer, por ejemplo, la conversión de los visigodos hasta tres años después de acontecida y la república de Venecia presumía de poder saber todo cuanto pasase en el Mediterráneo antes de tres meses. Reuter, en 1850, batió un record informativo con la utilización de palomas mensajeras. Sin embargo, en nuestro tiempo las relaciones entre los habitantes de la tierra resultan trans-

formadas por lo que Karl Jaspers llamó "la supresión técnica del tiempo y del espacio".

Esta realidad nos familiariza con el hombre político y produce la absoluta naturalidad en la acción comunicativa que puede producir, simultáneamente, efectos universales. Por otra parte, elimina las defensas mentales que las elaboraciones intermedias podían suministrar al gran público, tratando de dar la información digerida. El impacto se produce con toda su fuerza humana y, por tanto, todos los dones de la presencia política recuperan una valoración altísima. Quienes vienen señalando, en muy diversos lugares, la reaparición del personalismo deben relacionarlo con estas circunstancias y distinguir su sentido pernicioso de su sentido inevitable, como consecuencia de unas nuevas posibilidades de comunicación que, forzosamente, dan y exigen relieve a la presencia política.

Junto al sentido colosal de estos grandes espacios, ganados a la comunicación social por las modernas técnicas informativas, que parecen exigir, aparentemente, un lenguaje a la medida de las masas, es necesario considerar, por otra parte, la revalorización de los espacios íntimos, con su exigencia de un lenguaje auténticamente humanizado. Precisamente, el lenguaje de masas era una necesidad cuando, para hablar a la vez a muchas personas, era necesario concentrarlas. Hoy, la gran concentración de masas no es más que un acontecimiento local, frente a la difusión de los mensajes televisados. Pero esta difusión gigantesca no se produce sobre un mar de cuerpos hacinados y de espíritus exaltados en común, sino que llega a la penumbra de los hogares, onde espera el hombre, perfectamente individualizado y en la mejor actitud para los juicios independientes y ponderados.

La "confrontación política a domicilio", como la describía Raymond Barillon en sus artículos en "Le Monde", convierte al cuarto de estar familiar en un ambiente que cobra una importancia, superior a la que siempre tuvo, como escenario de elaboración de opiniones, destinadas a condicionar actitudes sociales. Es esta una circunstancia que contribuye a aumentar con razones tácticas la estimación política que, por sus propios valores, merece la familia como unidad de convivencia y centro de intereses sociales característicos e insoslayables en el tratamiento del bien común.

El Presidente Kennedy expuso un aspecto de las consecuencias de esta comunicación entre el cuarto familiar y la política en un interesante artículo titulado "La T.V. y la política". Los dirigentes de los partidos políticos se muestran menos dispuestos a elegir sus candidatos contra la voluntad de los votantes, en la etapa entre bastidores de todo juego, electoral, al contar con el posible fracaso posterior en las nuevas formas de comunicación social. De algún modo, la realidad social ha llegado a estar más presente, a pesar más, en los preámbulos de las designaciones personales en política. Lo beneficioso de ello proviene de que contribuya a aumentar la autenticidad de los caracteres humanos del político.

"El orador untuoso — escribe John Kennedy — lo mismo que el orador fogoso que golpea sobre la mesa y hace crujir las vigas de la sala, no es un personaje tan bien recibido en el cuarto de estar familiar como lo era en la plaza del pueblo o en el salón municipal". La imagen del político ha quedado modificada por la exteriorización de cualidades como la honradez inteligencia o bondad, acusables al golpe de vista que, por lo general, según Kennedy, responden de modo misterioso a la impresión. "Digan lo que digan los defensores o detractores, el público de televisión tiene una idea bastante exacta de cómo es realmente Dwight D. Eisenhower... o Jimmy Hoffa... o John Mc Clellan... o el exvicepresidente Nixon... "Al parecer, estas estimaciones del público de televisión están influyendo en una configuración de nuevas personalidades y en un desgaste más acelerado de otras. Determinadas características, como la juventud, que pudieran ser una desventaja a los ojos de los políticos veteranos, resultan ventajosas en la "confrontación política a domicilio". Evidentemente, todo ello se presta al fraude, en la medida en que toda actividad humana puede plantearse deshonestamente. El "tipo de persona" deseable para determinada campaña puede ser, en parte, producto de la habilidad de los expertos en "relaciones públicas". Pero parece indudable, con todo, que era más fácil para una personalidad inauténtica estampar sin convicción su firma al pie de un manifiesto escrito que parecer auténtica exponiendo sin convicción una actitud ante los ojos escrutadores de cada hogar.

El problema está más allá del posible engaño de los políticos-actores. Está en el acceso a los medios técnicos de difusión, cuya eficacia es paralela al aumento de su coste económico. En los países en que la televisión es propiedad de empresas privadas, es fácil suponer la trama de obligaciones entre los grupos capaces de controlar financieramente este medio y quienes lo necesitan como vehículo de comunicación social. En los que está montada como monopolio oficial, nos encontramos con una nueva manifestación del poder del Estado que si, teóricamente, se debe siempre a razones de bien común, puede no ser así en la práctica y prestarse, como cualquier otra forma de poder, al abuso, siendo necesaria, en consecuencia, la búsqueda de sistemas de control social para su utilización ecuánime. En todo caso, es necesario estar conscientes de la trascendencia del fenómeno y obrar en consecuencia. Pero, desde los primeros momentos, no podemos menos que apuntar favorablemente el tanto social que nos ofrece el contacto con los espacios íntimos, y la elaboración de estados de opinión desde el "cuarto de estar", superando la amenaza de una "técnica de muchedumbres" propicia a la alienación de voluntades y al histrionismo político.

11. INFORMACION Y CONFIGURACION SOCIAL

Porque, en definitiva, es a un modo de entender la sociedad, como comunidad de seres libres y enteros, a lo que la información

debe servir, como fabuloso e insustituible elemento de la comunicación social contemporánea. Como afirmó Fraga Iribarne, "una de las características positivas y definitorias de lo que llamamos estilo de vida ocidental ha sido, siempre, el alto nivel alcanzado, en las sociedades inspiradas en nuestra civilización, por la comunicación social". Las sociedades abiertas, los pueblos dialogantes, las opiniones exteriorizadas, caracterizan una concepción de la vida comunitaria acorde con la cultura que Occidente aportó al mundo. Pero sería ingenuo creer que este estilo de vida se perfecciona y prospera por el simple impulso de la marcha de la historia. Este estilo es un logro de la humanidad, en sus facetas nobles y superiores, que se ve amenazado, en muchas ocasiones, y que exige un ánimo militante para mantenerlo vigente.

En el mundo contemporáneo, y en grado más acusado por los elementos de control de que el poder técnicamente organizado dispone, existen tendencias de retroceso hacia una sociedad cerrada, que no es algo que pertenezca al pasado de modo definitivo. Las concepciones totalitarias, emparentadas con viejas estructuras de poder omnímodo, reviven en torno a mitologías renovadas; que unas veces fueron nacionalistas, otras racistas, otras clasistas; capaces de inspirar concepciones estatizadoras de la sociedad, en las que, como escribió Bernard Voyenne, "la prensa no posee perspectivas que le sean propias; ni la información, ni la expresión de opiniones, y aún menos la distracción. Es sólo una correa de transmisión, como los comunistas, después de Lenin, repiten sin cesar".

Lo que significa la comunicación social y sus instrumentos, que son los medios informativos, en nuestra concepción occidental, forma parte del conjunto de valores del espíritu que siempre han vivido, a lo largo de la historia, amenazados por la subversión de la materia. Y como sucede en el conjunto de tensiones contemporáneas, no sólo desde una plataforma subversiva localizada, sino también desde el interior de cada hombre, donde aniden apetitos desordenados de dominio, y desde el interior de las propias comunidades democráticas, afectadas, hoy, por los defectos íntimos de la crisis social del liberalismo, pendientes de una necesaria revisión, y propicios a dejar convertirse en espejismos, por el juego de monopolios y grupos de presión, los ámbitos lícitos de la libertad.

Nos encontramos, por tanto, en una coyuntura que nos exige salvaguardar los valores de un estilo de comunicación social y hacerlo a través de una institucionalización robusta, que evite tanto el peligro de la destrucción de dicha libertad por la absorción totalitaria como su falsificación por un juego de intereses incontrolados. Esta conciencia pesa en el plano universal, y ha encontrado manifestación sintomática en los esfuerzos de las Naciones Unidas por alcanzar una Declaración de Derechos y una Convención internacional sobre estas materias, a través de reuniones tan densas como problemáticas y que no consiguieron, hasta hoy, el acuerdo en posiciones definitivas.

De los intentos de las Naciones Unidas, es fácil deducir como consecuencias: la dificultad inherente a la empresa; el reconocimiento de las nuevas características de la información y sus problemas en un mundo de dimensiones, diferentes a las conocidas históricamente; la conveniencia de llegar a unas definiciones internacionales; y la adopción de un criterio realista que reconozca, junto a la existencia de los derechos, la necesaria vigencia de unos límites definidos legalmente. Dentro de este conjunto de reflexiones, válidas en el plano universal, ha de desarrollarse la acción en el seno de los pueblos, para resolver los problemas de la información de acuerdo con su realidad social y sus propias características sicológicas.

Pero no olvidemos nunca que la lucha por la extensión de los medios informativos y porque estos mantengan y acrecienten su capacidad de elementos operantes, con personalidad propia, en el seno de las comunidades, es una batalla. Los que participen en esta batalla, como en cualquier otra, han de poseer una moral, una organización y unos objetivos, si aspiran al triunfo. Es, por ello, por lo que el cometido de la información en el mundo contemporáneo, es un cometido de vanguardia y conviene que, todos, tengamos conciencia de ello. Porque somos nosotros mismos, nuestra personalidad y nuestro futuro, nuestro campo de desarrollo vital como individuos y como miembros de la comunidad, los que han de verse afectados por lo que la información sea y las configuraciones que perfile en la sicología social. Nos hallamos ante uno de los instrumentos de forja del mundo de hoy y de mañana. La reflexión sobre este hecho indiscutible ha de encontrar la adecuada resonancia en todos aquellos que sientan la llamada a una misión de humana trascendencia.

——oOo——

DADOS COMPARATIVOS ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL ESPANHOLA E A BRASILEIRA

Carlos Alberto G. Chiarelli *

Conferência proferida no Instituto de Cultura Hispânica, P.U.C. 29-5-1964.

Conta-nos um notável filósofo alemão, NICOLAI, autor de uma obra de interessante contextura, que alguém perguntando a Aristóteles quando terminaria a escravidão do homem pelo semelhante, na luta competitiva pela existência, teria obtido do genial estagirita uma resposta por demais simples. Disse o pai da Filosofia que tal sucederia quando a lançadeira marchasse por si mesma no tear. Tal resposta deveria ter deixado perplexo e confuso o interlecutor, que não poderia compreender a profunda verdade ínsita naquelas palavras, que, sòmente, mais de dois mil anos depois vieram a ser històricamente comprovadas.

Com efeito no início do século XVIII, segundo Gottschalk, mais precisamente em 1721, Newcomen veio a descobrir a máquina a vapor, e, já em meados daquele século, James Watt veio a dar-lhe maiores aplicações, transformando-a, paulatinamente, no centro Motriz de uma nova unidade de produção, a usina, a fábrica, que històricamente viria a transformar o sistema econômico baseado na manufatura, vigente até então, e que repousava nas fôrças da natureza como a água e o vento.

BERTOLI, professor da Faculdade de Direito de Grenoble, em recente obra intitulada "Science Economique du Travail", divide a história do desenvolvimento econômico da humanidade em três fases distintas: a eotécnica, em que as fôrças de impulsão dos meios técnicos de produção eram o vento e as águas; a paleotécnica, em que a técnica se baseia no ferro e no aço, e, finalmente, a neotécnica, em que o centro propulsor da riqueza social se baseia na eletricidade, e nos "alliages légers", isto é, nas ligas leves, que é a fase atual porque passa a humanidade.

---

* Carlos Alberto G. Chiarelli é professor de Direito Social, da Escola de Serviço Social, e de Cultura Brasileira, do Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia, na Universidade Católica de Pelotas. Além disso, participou no Curso Internacional da Organização Ibero- Americana de Seguridad Social, em Madrid.

Ora, a se tomar como norma diretriz esta divisão do eminente mestre da universidade gaulesa, temos que a máquina "spinning-genny", e "tear mecânico", a "spela volante", que começaram a aparecer, dobrada a metade do século XVIII, vieram a enunciar para o mundo uma nova época econômica da história, que se caracterizou pelo sistema paleotécnico da produção, e, no qual, se viu, também, realizada a profecia do imortal sábio helênico, porque, de fato, desde então a lançadeira começou a marchar sòzinha no tear.

Vista, assim, "a vol d'oiseaux" embora, esta primeira quadra da fase de industrialização, sentimos que traz ela, em si, germens de idéis novas, de mentalidades novas, de problemas novos. O homem, visto mais dentro de um ambiente comunitário, trabalhando em grupos compactos pelas atividades funcionais, passa a requerer maior atenção de seu semelhante, atenção que não se caracteriza tão sòmente dentro de um espírito caritativo e gratuito, mas, pelo contrário, por razões óbvias de ordem econômica e de tranqüilidade social.

O proletário — assim chamado pelas grandes proles que caracterizavam as famílias obreiras — passa a ganhar novos contornos e novas dimensões dentro da estrutura societária. As primeiras tentativas gremiais remontam ao século passado e o problema da estrutura obreira deixa de ser assunto doutrinário para invadir o campo prático e suscitar as suas primeira pendências. Sentindo o poder que detinha e a importância que poderia assumir, graças ao desempenho primordial de que se achava imbuído, no âmago do desenvolvimento econômico das nacionalidades, o trabalhador resolve reunir-se e clamar por melhorias. Sua voz, em princípio, é tíbia e se afoga no mar das incertezas, das opressões e das desavenças verificadas dentro de seu próprio âmbito social. Não existe, ainda, o ânimo classista, a coesão em tôrno de postulados grupais. É, apenas, um correr desenfreado, um clamar sem harmonia, um lutar sem estratégia definida.

No entanto, o tempo — êsse mestre incansável, cujas aulas vão sendo repetidas para que a História as registre com o carinho das discípulas diletas — colocou o obreiro na senda que deveria palmilhar. E dentro dessa senda, foi êle obtendo triunfos. Ao princípio, pequenos, inexpressivos, diluídos dentro duma guerra sem quartel. Mais tarde, robusteceu-se e partiu para as vitórias maiúsculas que lhe foram dando condições de vida mais dignas, mais sociáveis.

A Previdência Social — tema que nos encanta e sôbre que nos propusemos debater com os senhores — é um fruto indireto dêsses primeiros anos rebeldes e da teimosia justa dos que clamavam por melhores dias.

Os administradores, os governos, os dirigentes, pressionados pela opinião pública, pelas reivindicações obreiras, decidiram entregar algo mais do que o salário para aquêle cidadão que se dedicava a uma tarefa ingente que iniciou com quatorze horas diárias e que, hoje, se reduzem a oito. Abandonou-se o critério da dádiva pura e

simples. O operário precisava sentir-se útil. Precisava ter consciência de seu valor dentro da visão comunal. Precisava convencer-se de suas próprias possibilidades.

O importante era que os governos canalizassem os esforços do homem-trabalhador, com sabedoria e planejamento. A esmola perdera-se na noite dos tempos e na área dos inválidos. O homem que contribuía para aumentar a riqueza de uma nação não deveria, nem poderia ficar a mendigar, por favor, a metade daquilo que êle próprio conseguira outorgar dentro de sua jornada diuturna em benefício da sociedade. A sociedade que contraíra uma dívida para com o indivíduo, estava vendo aproximar-se a hora de passar a amortizar os favores que vinha colhendo, desde o tempo em que a lançadeira não marchava por si mesma no tear.

O govêrno — como síntese das correntes e das fôrças de produção predominantes em um determinado país — sentia-se no dever indeclinável de retribuir as benesses que recebera. A Previdência Social ou a Seguridade Social — se admitirmos o têrmos português tão pouco empregado — foi fruto, assim, dos primeiros laivos de intromissão estatal na área privada. Não que ela venha a significar em si um princípio imanente a regimes estatalizantes, mas porque a marcha da História impelia os governantes a valorizar o governado, a compreendê-lo como homem e a dar-lhe o valor de cidadão que se vira aureolado desde os idos da Revolução Francesa. Podemos, assim, dizer que a Previdência Social é fruto de idéias solidaristas, em contraponto a alguns que, erradamente, atribuem o espírito de comunidade e de atenção ao ser humano, por parte do Estado, como um corolário direto das teses socialistas ou socializantes.

Nesse retrospecto histórico jurídico que nos impomos, a fim de que se tenha uma visão cinemascópica do embrião e das finalidades do Direito e da Previdência Social, vemos que, na Inglaterra, em primeiro lugar, em França, na Alemanha, e em todos os países europeus continentais sucessivamente, a chamada Revolução Industrial ia contìnuamente se desenvolvendo, à medida em que o progresso técnico, a passagem da fase eotécnica para a paleotécnica se acentuava, conquistando, cada vez mais, o espaço social e as preocupações do Estado. A classe operária já começava a encher as cidades, e as fábricas dia a dia mais se desenvolviam, ajudadas, também, nisso, pela formação de um capitalismo financeiro, compondo-se, assim, o quadro que serviria de avant-première do grande painel que se comporia no mundo das relações empregatícias e econômicas no século XX.

O divórcio entre os fatos e a lei, tão fielmente analisado pela pena de Gaston Morin, também se acentuava, par e passo, com a progressão da Revolução que se ia operando nos meios técnicos de produção, com o avançar dêsse fantasma de civilização que é a máquina. Enquanto os ideólogos da Revolução viam a soberania do indivíduo no círculo social como o princípio e o fim da Razão do Estado, o indivíduo, paradoxalmente, passava fome nas fábricas e

nas cidades. A sua apregoada liberdade de contratar com o patrão detentor dos meios econômicos de produção não lhe deixava, como justamente já observou JOSSERAND, senão a liberdade de morrer de fome. Na fábrica, na usina, o operário (adulto, mulher ou criança) não tinha outra liberdade, senão aquela de aderir ao rigorismo do Regulamento da fábrica.

Outra alternativa não lhe restava senão a de sofrer a lei interna da usina, o ukase, como se expressou JORGE SCELLE, onde ficava suprimida, inteiramente, aquela decantada liberdade de contratar, razão maior pela qual se realizara o movimento dos enciclopedistas e a própria Revolução Francesa.

Boa razão tinha LACORDAIRE, ao afirmar por essa época — "entre le maître et le serviteur c'est la loi qui affranchit et la liberté qu'opprime".

De fato, a situação da vida operária nas fábricas por volta da publicação da lei de 1850 foi magnìficamente retraçada pelo Dr. Villemé, no seu famoso relatório para a Acadêmia de Ciência Política e Moral de Paris. Foi diante dêsse quadro contristador, exposto minuciosamente no trabalho de Villemé, que o historiador Edouard Dorléans, exclamou, com horror: "Ce n'est pas un travail à la tache, c'est une torture".

Pois foi diante dêste estado de penúria social que o próprio Estado liberal e a filosofia individualista, abrindo mão dos postulados mais extremados ante a realidade que saltava aos olhos, resolveram iniciar um processo de intervenção lenta mas progressiva, procurando regulamentar e proteger o trabalho da mulher e do menor.

As esparsas leis inglêsas e francesas, segundo a opinião unânime dos especialistas do Direito do Trabalho, marcam o comêço da atividade do Estado Liberal no sentido de ensejar a construção de uma legislação nìtidamente social, que, com o evolver dos tempos e dos fatos, converteu-se no robusto e imponente Direito do Trabalho dos nossos dias. Foi a libérrima Suíça, já na sua Constituição de 1874, incluía um artigo asseverando que "A Confederação pode promulgar normas uniformes sôbre o trabalho dos menores nas fábricas..."

Êsse, talvez, seja o ponto basilar, não só da maturidade de um nôvo ramo do Direito, mas, especialmente, o pólen fecundante que iria possibilitar o desabrochar, anos mais tarde, dessa legislação protecionista e humana que exerce função tão altruísta na sociedade: a **Previdência Social.**

Seria um trabalho por demais maçante a passagem em revista de todo o histórico — que, apesar de breve, no tempo, apresenta-se pleno de alterações — da Providência Social. O nosso desiderato é colocar sob o crivo do exame as legislações brasileira e espanhola em um trabalho comparativo. E sentimos, perfeitamente, que êsses dois corpos legislativos previdenciários podem servir, de sobejo, para que se tenha uma idéia genérica do espírito que anima a Seguridade no mundo europeu e ao continente americano.

A Espanha, por exemplo, depois de um período em que os princípios securitários achavam-se esparsos e difusos, na multiplicidade de textos legais, conseguiu reuni-los num só corpo legislativo, recentemente aprovado pelas Côrtes Espanholas e que, desde 28 de dezembro do ano passado, entrou em vigor.

Atualizou-se, assim, o país ibérico quanto ao formalismo legal. E mais do que isso reformulou vários postulados, tratando, dessa maneira, de colocar-se lado a lado, ou quem sabe, em posição vantajosa, com relação às diretrizes previdenciárias das nações mais avançadas do mundo nesse setor.

O Brasil, por sua vez, detém (ao lado da Bolívia e do Chile) o esquema jurídico mais perfeito no âmbito da previdência continental. A Lei Orgânica de 59-60 apresenta inovações que nos colocam, a vontade, para afirmar a privilegiada posição doutrinária e legislativa dos organismos de previdência em nosso país.

Cumpre salientar que, neste ínterim, estamos a focar, tão sòmente, aspectos meramente restritos ao âmbito da lêtra legal. Não passamos às considerações relativas à aplicação prática daquilo que as normas jurídicas autorizam e determinam.

Procuraremos, dentro de nossas possibilidades, dar idéia das principais diferenças ou características que distinguem o sistema espanhol do brasileiro.

1. — O seguro agrário espanhol, mesmo com seus defeitos e com seus problemas, deve servir como um estímulo e um lembrete para todos aquêles que, como nós, voltam suas vistas para o mundo enorme que existe em derredor da Seguridade Social. A Lei Brasileira limitou-se a afirmar que, na oportunidade adequada, seria estabelecido, em nosso país, um sistema de previdência para o homem do campo. Não há prazos, não há diretrizes. Há, apenas, uma promessa. Parece-nos que, em um país de estrutura econômica agrária, como o nosso, antes de mais nada, torna-se imprescindível possibilitar assistência social ao campesino. A Previdência Social para o rurícola deve ser o prefácio, o antecedente que permtirá, depois, a extensão ao ambiente campestre das leis trabalhistas e abrirá caminho para uma reforma agrária realmente produtiva e benéfica. A Espanha compreendeu êsse problema e tratou de alcançar uma garantia da sociedade para o esquecido vivente do hinterland. Dentro das dificuldades evidentes que caracterizam a Previdência Social Agrária — formada por contribuintes que primam pela cultura ínfima e pela eventualidade quanto ao local de prestação de serviços — conseguiu a Seguridade Social ibérica atingir em parte as finalidades a que se propôs. A formação de princípios elementares de civilização na área interiorana é requisito indispensável para que se possa, realmente, oferecer ao homem de vida rural os primeiros postulados legais, capazes de colocá-lo numa escala social condigna com sua própria natureza de ser humano.

Poderíamos, perfeitamente, tomar como ponto de referência o Seguro Social Agrário espanhol — financiado pelo espírito de

solidariedade — do trabalhador urbano — para aprofundarmos o estudo que visaria a conseguir para o nosso país, mais cedo, (se possível), mais tarde (o que é provável), uma estrutura previdenciária que assegure tranqüilidade para o homem do campo.

Parece-nos que, pela inquestionável quantidade de beneficiários, a maior amplidão da Seguridade Social agrícola espanhola é um atestado de espírito que animou os seus projetadores que, sentindo o maior desamparo do habitante das regiões interioranas, tratou de garantir-lhe condições mínimas de segurança, com o que se está a fazer uma autêntica Justiça Social.

2. Um segundo ponto que me parece favorável ao sistema espanhol, no estudo generalizado do problema, é o que diz respeito à atividade das companhias de seguro privado, no campo do acidente do trabalho. Apesar de não possuir quaisquer vinculações de ordem esquerdista, quer no terreno prático, quer na sua informação ideológica, o Govêrno de Madrid decidiu incluir na Lei de Bases — carta magna da Seguridade Social espanhola — dispositivo que determina, taxativamente, o cassar da atividade das companhias privadas de seguros que operam no ramo do acidente de trabalho. Sabemos, de sobejo, as quantias fabulosas invertidas pelas emprêsas na tarefa de assegurar seus funcionários contra as possibilidades de um acidente na jurisdição funcional. Ora, desde que as companhias asseguradoras estejam em mãos de particulares — como acontece no Brasil e como acontecia na Espanha — os lucros extraordinários e pràticamente obrigatórios são obtidos pelos proprietários de tais organizações comerciais. Pois bem, seguindo o exemplo inglês, a Espanha nacionalizou e estatalizou tôdas as entidades asseguradoras de acidente de trabalho canalizando, assim, para organismos de direito público as benesses, as vantagens trazidas pelo operar nesse ramo de atividades. No Brasil, já tivemos uma tentativa nesse sentido, no entanto, não foi bem sucedida, uma vez que os órgãos legislativos sucumbiram aos interêsses criados e preferiram manter o "status quo" vigente, evidentemente prejudicial aos desígnios e aos anelos de contribuintes e beneficiários do esquema previdenciário.

Talvez, nesta oportunidade, seja oportuno voltar a tratar da matéria, a fim de que um problema de tal monta, com tamanha repercussão na vida da sociedade brasileira, seja reconsiderado por aquêles que têm sôbre os ombros o encargo espinhoso de dar nova fisionomia a êste país, que requer tantas transformações para que o seu povo venha a ser mais feliz.

3. Um ponto, porém, existe um tanto quanto rarefeito na estrutura previdencial espanhola e êste reside na distribuição das competências administrativas. Até a votação, aprovação e sanção da Lei de Bases, uma quantidade infindável de organismos tinha a possibilidade de ingressar no campo da previdência social. Em razão disso, dizia-nos um dos autores da lei de Bases e de quem

por sinal, tivemos a honra de receber magistrais aulas, no Curso ministrado na Organização Ibero-Americana de Seguridad Social: "Como iban las cosas, cada dos españoles tendrian su proprio instituto de Previsión". O nôvo corpo jurídico, traçado por especialistas, tratou evidentemente de aparar tais arestas. Conseguiu levar a bom têrmo uma parte considerável das tarefas que se propôs, no entanto ainda não teve possibilidades suficientes para evitar a dualidade de gestão — já que tanto o Instituto Nacional de Previsão, filiado ao Ministério do Trabalho, age no terreno da Seguridad Social, como também as Mutualidades Laborais, órgãos que congregam os próprios trabalhadores. Considerando o estado anterior, pode afirmar-se que foi lograda uma purificação, uma racionalização no terreno da administração securitária. Não é, porém, êsse o passo decisivo, o qual surgirá, no momento, em que se conseguir coordenar tôda a atividade previdenciária sob a orientação de uma entidade de cúpula que tenha condições de evitar os entraves e as vacilações burocráticas suscetíveis de surgir, sempre que tivermos vários órgãos efetuando tarefas similares.

No Brasil, os Institutos de Previdência, dentro do esquema legal, estão devidamente delimitados e balisados em sua esfera de competência pela classe funcional a que prestam serviços. Assim temos o Inst. de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, dos Industriários, dos Marítimos, dos Bancários etc., cujas atribuições, rìgidamente determinadas pela lei básica, permitem um corte transversal no âmbito da segurança social brasileira. Os erros, as falhas, as omissões em que as entidades incorrem decorrem mais de problemas relativos à problemática político-econômica-social do país, do que, especìficamente, falha dos alicerces burocráticos ou legais dos órgãos de previdência. O problema do deficiente funcionamento da Previdência Social brasileira é uma decorrência de intromissões políticas na área das instituições de seguridade social, as quais, conforme ensinam os mestres mais credenciados na matéria, devem permanecer isentos das paixões partidárias e, especialmente, das influências danosas dos favoritismos e da corrupção política. Os entes da Previdência Social — e essa lição encontramos em Veveridge ou em Barassi — são organismos técnicos, científicos, que vivem em função de indivíduos e para o bem estar das comunidades, seguindo os ditames dos números e a voz sábia da Estatística.

Por isso, afirmávamos, que a estruturação burocrática e administrativa no plano legislativo da Previdência Social brasileira está a um passo da perfeição, dependendo, tão sòmente, da criação dum organismo supervisor — nos moldes de uma Superintendência — que englobasse, que funcionasse como matriz de todos os organismos já existentes. Os defeitos, as imperfeições, os vícios verificáveis em nossa Previdência Social — que não são poucos — devem ser atribuídos, se ouvirmos a palavra da justiça, a pessoas e entidades

estranhas que têm obliterado, procrastinado a marcha da Seguridade Social em pós de seus verdadeiros objetivos.

4. Um outro ponto que gostaríamos de focar — sòmente em pinceladas passageiras — é o referente à administração da justiça nas contendas estabelecidas entre os contribuintes ou beneficiários com os entes da seguridade Social. No Brasil, marchamos ainda com passo errado e com uma margem considerável de retrocessos no sentido de nos equipararmos aos países mais adiantados na solução de tão intrincado problema. Sabemos que aquêle homem que bate às portas de um Instituto de Previdência na ânsia de obter um auxílio que garanta seu sustento, honradamente, durante um período de enfermidade, necessita que a sua solicitação tenha pronto atendimento. Sabemos que em caso de litígio, isto é, quando o pedido receber resposta negativa do Instituto o interessado poderá apelar para a Justiça, a fim de ver satisfeita sua pretensão. Pois bem, no Brasil, a Justiça Comum — com tôda a morosidade que lhe é peculiar, devido a sérios problemas estruturais que enfrenta — é que detém a competência para resolver tais lides. A Justiça Comum, tão criticada por seus próprios integrantes é que irá dar a palavra final sôbre um pedido de auxílio, que possui caráter de direito necessário, que se liga ao estado de necessidade na maioria dos casos, revestida de características alimentares. Com isso, evidentemente não concordamos e nem poderíamos concordar. Numa hora, como esta, em que se estabeleceram profundas alterações e reformulações na estrutura jurídica brasileira seria um ponto interessante a considerar — êste que diz respeito, especialmente, à mutação do setor do Poder Judiciário que se veria encarregado de agir na solução das pendências oriundas da Previdência Social.

A Espanha, nesse particular, segue um traçado bastante progressista. Criou-se, em Madrid, o que se intitulou Tribunal da Previdência Social, órgão enquadrado na mecânica da Justiça Trabalhista e que — com a celeridade típica das Justiças Especiais — soluciona as disputas provenientes das desavenças entre os órgãos gestores e seus contribuintes.

5. Não se poderia, por outro lado, deixar de abordar o adianto de nosso país, no que tange à participação dos interessados na administração dos organismos previdenciários. O govêrno colegiado — do qual fazem parte empregados, empregadores e representantes governamentais — é uma conquista dos tempos e da verdadeira Justiça Social. O contribuinte — como o próprio têrmo está a indicar — não deve favores aos entes da Seguridade Social. Êstes surgiram para êle, por êle. Assim, deve ter êsse homem — patrão ou subordinado — uma parcela considerável na direção das instituições que disciplinam, organizam e coordenam a esquemática da Previdência Social. O contribuinte é a figura de proa da Seguridade Social e, portanto, não se pode justificar a sua exclusão da esfera diretiva das entidades que o seu esfôrço, a sua poupança, o seu desejo de auxiliar-se e de auxiliar, fizeram florescer.

A Espanha, agora, com a Lei de Bases da Seguridade Social, incorpora-se, definitivamente, dentro dêsse espírito, outorgando às classes patronais e obreiras uma quantia considerável de atribuições na gestão previdenciária. Ao govêrno, naturalmente, deve competir uma dose de responsabilidade, já que está a representar a globalidade da sociedade, interessada maior na boa marcha e no desenvolvimento da Previdência. O trinômio govêrno-empregado-empregador possui os requisitos indiscutíveis para possibilitar a atividade da Previdência Social com vistas a consecução de seus verdadeiros objetivos. infelizmente, em certos casos, os governos esquecem-se de suas obrigações para com a Seguridade, deixando-a numa posição de "Gata Borralheira" das verbas públicas. Esquecem-se (ou melhor, agem como se esquecidos fôssem) os governantes, entravando, assim a expansão securitária sôbre a qual repousa boa parte da garantia de paz social de um país.

6. Um ponto que nos deve perturbar bastante, espanhóis e brasileiros, é a assistência médica correspondente à Previdência Social. O Chile, na América, e a Inglaterra, na Europa, coram-nos de vergonha, quando vemos o perfeito funcionamento dos Serviços Nacionais de Saúde dêsses dois países, onde se outorga, por meio de recursos extraídos da própria contribuição previdenciária, uma assistência completa (médica, farmacêutica, odontológica e hospitalar) a tôda a sociedade. Não se limitam, andinos e inglêses, a repartir cuidados médicos para os contribuintes, ou seja, para a população ativa e seus beneficiários. Não. Encarnando, fielmente, os postulados da Seguridad Social vão mais adiante e oferecem índices sanitários superiores à própria população indigente, dentro de um organismo que, por ser modelar, devia ser paradigma para brasileiros e espanhóis.

Os problemas do país ibérico e os nossos assemelham-se nesse ponto. Entrando em choque as reivindicações classistas dos médicos com as necessidades da população assegurada e com os ditames dos dos entes previdenciários têm-se criada a situação, se não de descalabro, pelo menos de mediocridade ou insuficiência, em que nos encontramos brasileiros, principalmente, e espanhóis, em menores proporções.

Cremos, porém, que com o passar dos tempos, veremos sanado êsse mal que se apresenta gravíssimo a quem acompanha a esquemática da previdência social, e insuportável a quem necessita dos serviços assistenciais de tais instituições.

7. Antes de concluir, gostaríamos de ressaltar o capítulo incluído na Lei de Bases da Seguridade Social espanhola, referente à reabilitação. Até agora, não se havia — a não ser em três ou quatro países — dado um destaque maior ao problema do homem que se via impossibilitado de retornar a suas tarefas normais, depois de sofrer um acidente do trabalho ou ter sido vítima de insidiosa moléstia profissional. A readaptação, agora, ganhou novas dimensões no organograma da Seguridade Social espanhola. Os hospitais es-

pecializados apresentam métodos terapêuticos modernos, equipes funcionais competentes e instalações que impressionam logo à primeira vista. Mais do que isso, porém, são os sistemas modernos, de caráter psicoterapêuticos que vão sendo utilizados, no fito de evitar que o homem excepcional sinta-se um pêso morto na sociedade. Trata-se de reabilitá-lo para o grupo social, para sua família e, especialmente, para si mesmo. A Previdência Social age, assim, como um elemento ponderável na tarefa de reeducar o indivíduo, evitando que o desespêro, o desprêzo por si mesmo, a revolta contra o meio social venham a dominá-lo, transformando o aleijado em um incapaz, o que seria consideràvelmente maléfico.

Em nosso país, a reabilitação profissional permanece nos altiplanos da lêtra fria da lei. Impossibilidades de fato vem colocando obstáculos para que ela seja um capítulo a mais no campo das realizações de nossos organismos previdenciários. Limitemo-nos a determinar a obrigatoriedade das organizações empresariais de fornecer postos — dentro de uma determinada percentagem — aos reabilitados profissionais. No entanto, não conseguimos estabelecer um esquema efetivo de reeducação, o que faz com que medida anterior perca-se, pràticamente, no nimbo longínquo das normas inaplicáveis ou incolores. A fim de vitalizá-la, cabe inicialmente, impedir que o acidentado venha a transformar-se num incapaz, física e moralmente, para depois assegurar-lhe uma colocação que o transforme num cidadão igual a qualquar outro, apto, inclusive, para dentro de novas funções, triunfar na luta árdua pela vida.

E êsse é o quadro que o tempo e as nossas limitações permitiram traçar. Muito mais haveria a dizer. Faltou-nos o poder superior da síntese, mas sobrou-nos a ânsia científica de bem informar. A Previdência Social, no entanto, espanhola ou brasileira, francesa ou guatemalteca, hindu ou italiana, está, temos certeza, animada e vivificada por princípios imortais ínsitos na natureza do homem. Cremos, firmemente, que ALONSO OLEA, festejado jurista espanhol, exprime bem êsse sôpro, quase etéreo, que informa a Previdência Social ao afirmar:

"La Previdencia Social es un espíritu, es una idea, y más que una idea es un ideal; es un ideal de convivencia porque lo que lleva tras de sí es uno de los sentimientos clave para que una comunidad pueda existir como tal, es el sentimiento de solidariedad entre sus componentes. Y de solidariedad allá donde es más necesaria, que es donde acaecen los siniestros. Solidariedad del viejo con el joven, del enfermo com el sano, del parado com el que tiene trabajo, del que vive, con la familia de los que han muerto. Esta idea es la que, con sus matizaciones técnicas, como base del convivir humano en comunidad, trata la Previdencia Social de llevar a la práctica. Pocos instrumentos existen en el Estado que sean capaces de dar una ordenación justa y ordenada al convivir de sus ciudadanos como las leyes de seguridad Social. A la postre, como dijo el filósofo, si la flaqueza humana no nos deja ser los guardianes de nuestros hermanos, seamos cuando menos sus **aseguradores**".

O ELEMENTO MORTE NA POESIA DE ANTERO DE QUENTAL

Flávio Loureiro Chaves

Curso de Lêtras — II ano
Faculdade de Filosofia da URGS
Do Gabinete Português de Leitura.

O elemento que avulta nos "Sonetos" de Antero de Quental (1), logo de saída, é a profunda dicotomia existente entre o homem e o mundo. O mundo se fixa como algo doloroso e constantemente hostil, e o poeta busca explicá-lo através da razão. Entretanto a razão explica mas não soluciona, pois que ela só pode conduzir à consciência da agressividade do mundo da matéria. Quanto mais o homem conhece o mundo, tanto mais agiganta-se o mal e o sofrimento que êle impõe ao espírito que quer ser livre e criador:

> Só males são reais, só dor existe:
> Prazeres só os gera a fantasia;
> Em nada um imaginar, o bem consiste,
> Anda o mal em cada hora e instante e dia. (2)

A visão poética de Antero, em virtude desta forma particular de experiência das coisas, é pessimista. Inalienável a separação do homem com o mundo, do espírito com a matéria, o próprio mundo surge desprovido de significação. A vontade espiritual encontra nas estruturas sociais inclusive uma barreira, objeto resistente (como queria Schopenhauer), portanto frustração e queda no vazio.

> Abrem-se as portas de ouro com fragor...
> Mas dentro encontro só, cheio de dor,
> Silêncio e escuridão — e nada mais... (3)

É a partir desta cosmovisão pessimista que surge em Antero de Quental o elemento morte. Morte como sinônimo de liberdade, ou libertação. Irredutível a dicotomia do homem com o mundo, irreconciliável a luta entre razão (única explicação do mundo) e fé (pois Deus é aspiração última do espírito), a morte surge na sua poesia como superação do sofrimento impôsto pela vida, como caminho para a plenitude de ser.

Nesta cosmovisão existe muito do homem e muito da época. O homem é fundamentalmente um revolucionário: estudioso exal-

tado da "Questão Coimbrã" de 1867, intelectual combativo das "Conferências do Cassino", líder da "Liga Patriótica do Norte" de 1890. Um socialista, que tem em Proudhon a fonte política, em Hegel a origem filosófica. Ao revolucionário político corresponde o revolucionário poeta: e diríamos que o segundo surge em função do primeiro. Não podendo vencer a luta contra as arcaicas convenções e os tabus sociais de seu tempo, vai procurar na poesia o caminho para fixar històricamente, e humanamente, o seu ideal de autenticidade. Êle é fundamentalmente um homem em luta contra a sociedade enclausurada em velhos preconceitos, no caso um Portugal indiferente ao avançar da marcha histórica, conservador de uma estrutura política arcaizada pelas fórmulas monarquistas e de uma literatura esclerosada por um romantismo já acadêmico e degenerado (do qual A. Feliciano de Castilho seria o derradeiro líder). Antero, o socialista, jamais poderia aceitar tal sociedade, enquanto que tal sociedade, o Portugal reacionário, jamais poderia abrir-se para a realização de Antero.

Para que entendamos, entretanto, a situação do apóstolo em luta com o meio, é necessário não esquecer que nos seus dias o lento deterioramento da mentalidade européia vai atingir um grau de quase putrefação, no que diz respeito à queda dos antigos princípios. É o exato momento de uma profunda transformação social que mudaria o rumo da história: morre o imperialismo econômico e despertam a sdoutrinas marxistas e socialistas em França e Alemanha. Sabe-se que o último estertor de um ciclo histórico determina sempre uma geração fracassada: aquela a quem cabe exatamente a dolorosa missão de encerrar o ciclo. Assim, a geração e a época de Antero. A nova filosofia marxista coloca a geração universitária de 1865, em luta com padrões de vida estruturados na tradição do imperialismo monárquico, e Antero torna-se o seu máximo representante através dos dois episódios em que se envolveu: a Questão Coimbrã, no plano cultural, e o apostolado socialista no âmbito político. No plano intelectual, pelo estudo de Proudhon e Michelet, êle atinge plena consciência desta dissociação entre o homeme e o evoluir da história. Em "Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX", a sua análise da época penetra em profundidade tal que nos sugere a perda da própria autenticidade do que haveria de humano no homem de então. "Todavia, esta vitória psicológica de Antero não encontrou uma vitória correspondente na ordem social. Parece lógico que assim tenha acontecido. A sua grandeza pessoal decorre de seu fracasso em face da sociedade. Tôda a sua existência pode ser definida como uma vasta sucessão de fracassos" (4).

Fracassos daquêle que, na luta com o seu meio, mereceu melhor que ninguém o título de "vencido da vida", com que ficaram conhecidos alguns expoentes de sua geração. A questão que se coloca no centro tanto de sua caminhada política como poética ficaria sem resposta, seria negada socialmente: a indagação do "para

que" de nossa presença no mundo, mais que o "porquê" da existência. Diz Hernani Cidade: "Eis pois o objetivo, bem humano, do pensamento filosófico de Antero. Pensar para agir e agir segundo uma moral que, sendo impulso para a perfeição moral, individual como coletiva, integrava o homem no fatal evoluir da história e do tempo, e do próprio universo no sentido ascensional, para a liberdade e para a santidade por esta condicionada. Era uma visão da realidade universal através da constituição psicológica de... Santo Antero" (5). Eis a sua meta última, eis o seu fracasso. Antero não aceita a moral da coletividade, a coletividade rejeita a nova moral que Antero lhe oferece.

Após esta colocação de Antero em sua época, vendo-o como integrante da geração dos vencidos da vida, captando a posição do homem cuja geração situa-se entre o velho e o nôvo, no limiar de uma profunda mudança de valôres históricos, é que se torna possível entender mais fàcilmente a cosmovisão pessimista e amarga de sua poesia. Ela revela a dicotomia que todo revolucionário estabelece fatalmente entre sua época e seu sentir. E é através dela que podemos justificar, e compreender, a função do elemento morte na poética anteriana (a que aludimos no início): A morte como libertação e encontro do eu derrotado no mundo:

> Nesta viagem pelo ermo espaço
> Só busco o teu encontro e o teu abraço,
> Morte, irmã do Amor e da Verdade. (6)

No mundo material, isto é na vida, a razão revelou apenas dor e sofrimento, e a realidade se constitui do que êle chama de "formas incompletas", sòmente a morte possibilita então uma identificação com o Amor e a Verdade. Ainda aqui Antero reflete, sob determinado aspecto, a mentalidade de sua época. Não é demais transcrever o filósofo adorado de sua geração, com quem êle identificou-se em vários pontos: Schopenhauer, que diz —

> "Para que o homem fôsse feliz não bastaria colocá-lo num mundo melhor; seria preciso transformá-lo completamente para deixar de ser o que é, e tornar-se o que não é. A morte realiza a principal condição: deixar de ser o que é; tendo isto em conta, concebe-se-lhe a necessidade moral. Ser colocado no outro mundo, e mudar inteiramente de ser, é no fundo uma só e mesma coisa". (7)

Realmente é impossível desconhecer a identidade do pensamento de Antero com êste tipo de afirmação schopenhaueriana. O mundo (velho "Palácio da Ilusão") perdeu a significação, e o homem é, existencialmente, tão estranho ao mundo, que procura um nôvo modo de ser na morte. Esta a mentalidade que condicionou os vencidos de 1865, provocando uma verdadeira obsessão pela idéia da

morte. Entretanto, a esta altura dos acontecimentos, devemos caminhar com cuidado, pois a problemática da poesia de Antero, no que se relaciona à morte, não se encerra aqui. Muito embora muitos de seus companheiros literários tenham ficado neste ponto. Tivemos o cuidado de afirmar que a identificação de Antero com Schopenhauer se dá apenas "sob determinado aspecto", isto é, num certo sentido acreditamos que êle tenha ultrapassado o pensamento do filósofo alemão, e a linha geral do pessimismo de seus companheiros. Enquanto em Schopenhauer a morte se dá como fim em si, e como ponto terminal do sofrimento, superação de dor de existir dando entrada para o vazio, em Antero ela é meio para atingir alguma coisa mais que a simples superação do "não ser" no mundo.

Diante do mundo agressivo onde só depara "com a imperfeição de quanto existe", a liberdade é buscada no elemento factor, e ao mesmo tempo superior, dêste mundo físico: Deus. O fracasso da existência pautada pela racionalidade, pela tentativa de explicação racional das coisas, o conduz ao outro extremo: a procura mística de uma realização existencial para além dos limites da matéria. E êste nôvo território se lhe apresenta como a visão de Deus, na última fase dos "Sonetos". Visão que não é possível discernir através da racionalidade, mas da fé. Como o mundo, por sua vez, é domínio de razão, torna-se necessário superá-lo. A solução é a morte. Seria aplicável à problemática anteriana o pensamento de Pascal: "Voilá ce que c'est la foi: Dieu sensible au coeur, non à la raison". Dissemos antes que no caso de Antero o poeta surge (e se explica) em função de experiência histórica do homem. Em verdade, é o fracasso prático da sua racionalidade frente à vida que o conduz a uma opção mística em procura de Deus, que êle identifica como liberdade e plenitude de ser. A morte situa-se como elemento de passagem da razão para a revelação mística. Ela é como que a via de acesso ao mistério de Deus, e ao mesmo tempo libertação do condicionamento espiritual que o mundo exerce sôbre o poeta.

Daí a nossa discordância com o crítico Antonio Sérgio quando afirma, em suas notas críticas à edição dos "Sonetos": "A morte cuja majestade nos aparecerá nestas páginas não representa a simples negação filosófica do que limita a individualidade do ser humano, senão o anseio e o amparo único do enfêrmo que desesperou diante da Dor". (8). Certamente que não se trata de simples negativa do existir material impedindo a libertação do espírito, mas também não se trata apenas de um amparo frente ao desespêro. Justamente a grandeza de Antero reside no fato de ultrapassar êle a concepção schopenhaueriana, e a linha geral da mentalidade de sua geração, que viam na morte o amparo, e portanto um fim em si. No seu processo poético a morte situa-se após uma longa e desiludida caminhada na dor do mundo, que provoca a queda da racionalidade, e dá entrada para um recolhimento místico em busca de

Deus. A idéia da morte é o divisor de águas de duas atitudes: a racional e a mística. Não é amparo conseqüente ao desespêro na dor (idéia schopenhaueriana) mas conduto para a liberdade da plenitude espiritual. Por isto mesmo que êle a identifica com o Amor e com a Verdade, que a racionalidade não pôde revelar. E por isso mesmo que ao pensar anteriano na morte sucede-se uma derradeira fase poética a que o próprio Antonio Sérgio, com muita propriedade, denomina de "Ciclo do Pensamento de Deus" e "Ciclo da Metafísica". Numa visão geral do itinerário poético de Antero, ela assim se situa; numa visão geral da vida de Antero ela, assim visualizada, justifica o seu fim trágico.

Após o fracaso do homem em luta com a época o espírito encontra direção em um critério de fé:

> Erma, cheia de tédio e quebranto,
> Rompendo os diques do reprêso pranto,
> Virou-se para Deus minha alma triste.

A morte, irmã do amor e da verdade, é meio. O fim êle próprio o indica:

> Só Deus pode acudir em tanto dano
> Esperemos luz duma outra vida,
> Seja a terra degrêdo, o Céu destino. (9)

A idéia da morte na poesia anteriana tem um duplo aspecto: surgindo em conseqüência de sua atuação de homem no mundo, muito nos entrega do sentimento de sua época; conduzindo à procura de Deus e da liberdade espiritual nos mostra em que profundidade o poeta ultrapassou o sentimento negativista da época para pentrar no cerene da universidade do espírito humano.

(1) — SONETOS — Antero de Quental (ed. organizada e comentada por Antonio Sérgio), Livraria Sá da Costa ed., Lisboa, 1962.
(2) — ídem, pág. 114.
(3) — ídem, pág. 80 ("Palácio da Ventura").
(4) — O RELÓGIO E O QUADRANTE — Alvaro Lins, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964, pág. 197.
(5) — ANTERO DE QUENTAL — Hernani Cidade, Arcádia ed., Lisboa, s.d., pág. 122.
(6) — Antero de Quental, op. cit., pág. 149 ("Elogio da Morte").
(7) — O AMOR E A MORTE — A. Schopenhauer, ed. Cultura Moderna, SP., s.d., pág. 76.
(8) — Antero de Quental, op. cit., pág. 143.
(9) — ídem, pág. 174 ("A João de Deus").

BIBLIOGRAFIA

"MUNDOS EM COLISÃO" — LIVRO QUE APRESENTA REVOLUCIONÁRIA TEORIA DAS GUERRAS CÓSMICAS

Uma obra revolucionária e estarrecedora acaba de ser publicada: "MUNDOS EM COLISÃO". Nesse livro o escritor Immanuel Velikovsky apresenta suas novas idéias baseadas num tremendo trabalho de pesquisa. É a teoria dos cataclismos cósmicos que pode ser considerada uma heresia se considerarmos Newton e Darwin como tabus, quando expressam, na mecânica celeste e na teoria da evolução, que harmonia ou estabilidade nas esferas cósmica e terrestre constitui a base do conceito atual do Universo.

Justificando sua teoria, diz Velikovsky: "A moderna física atômica descreve dramáticas revoluções no microcosmo — o átomo — protótipo do sistema solar. Assim, uma teoria que pressuponha revoluções similares no macrocosmo — sistema solar — não fará mais que aplicar os modernos conceitos dessa ciência ao Universo".

Dêste modo, apoiado em esmagadora documentação, o famoso autor relata que o Universo foi teatro de guerras cósmicas ocorridas em tempos históricos, nas quais o planêta Terra tomou parte também.

"Se esta teoria provar que é válida" — observa o Prof. Horace M. Kallen, da "New School for Social Research", dos Estados Unidos — "não apenas a Astronomia, mas a História e muitas das ciências antropológicas e sociais precisarão ser reconsideradas, tanto em seu conteúdo como em sua explanação".

Immanuel Velikovsky expõe sua teoria de modo que seja entendida por qualquer leitor. Êle é convincente, pela lógica clareza e documentação. "Tão convincente" — afirma a tradutora Dirce de Moraes Bonilha" — "que, depois de lê-lo, passei a olhar o céu de mood diferente, com muito mais interêsse e infinitamente mais temor".

De fato. É impressionante o relato das catástrofes cósmicas de "MUNDOS EM COLISÃO", recém-editado pelas Edições Melhoramentos. Depois do prólogo, em que fala da origem do sistema planetário e das Idades da Terra, o autor dedica duas partes do seu livro a Vênus e Marte, que são as personagens de um fantástico romance, em que astros e mundos se atraem, repelem, unem-se atacam-se e se destroem dentro de um destino cósmico tão dramático e iniludível quanto qualquer destino humano.

Assim, diante do leitor atônito, Velikovsky vai narrando os cataclismas que provocaram na Terra terremotos, furações e dilúvios chuvas de pedra e de nafta, cessação de rotação diária, mudança da órbita com alteração da posição geográfica do eixo terrestre, etc.

O livro "MUNDO EM COLISÃO" tem 320 páginas. Faz parte da série "Cultura e Ciência" das Edições Melhoramentos, a qual inclui, entre outros, os livros: "História da Cultura", de Kaj Birket-Smith; "Folclore Nacional" — Vol. I (Festas, Bailados Mitos e Lendas), e Alceu Maynard Araújo; e "Introdução à Filosofia", de Luís Washington Vita.

LA CRISIS DE LA CULTURA OCCIDENTAL, por *Salvador M. Dana Montaño.* (Ed. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Pôrto Alegre (Brasil), 1963.

La laboriosidad del ilustre maestro argentino se pone de manifiesto en ésta su última obra publicada (aún penden otros suyas de las editoriales) que desenvuelve un tema muy genérico e interesante, o sea, el de la crisis que todos denuncian en la cultura occidental, que es nuestra cultura de raíz griega y latina, de evolución cristiana y de progreso material, que caracterizan a los pueblos de la Europa y de las naciones a que los descubrimientos geográficos y la colonización dieron origen en la América.

Pocos temas han ocupado a las mentalidades contemporáneas como el que ahora desarrolla en su nuevo estudio el doctor Dana Montaño y, en verdad, pocos temas más apasionantes que los del análisis de sus causas y los augurios de sus consecuencias fatales.

Pero el doctor Dana Montaño en este libro no se limita a ser una voz más entre los agoreros de la catástrofe esperada, sino que, por sobre todo, resulta un expositor de las diversas opiniones al respecto, y en ésto podemos señalar el primer punto que consideramos positivo en su estudio, porque aunque opina por sí y lo hace con precisión y elementos bastantes, él acude a los juicios y opiniones anteriores de otros exponiendo sus tesis, analizando sus conclusiones y dando a razón "las numerosas y frecuentes citas que hago, a lo largo de los lectores una síntesis de las obras que comenta. Por eso, dice, con mis charlas, ...no son un alarde de vana erudición; prefiero, a veces, decir, por la belleza de la forma, lo que pienso y lo que siento con palabras de otros", utilizando así en vez de la exposión de ideas y conceptos propios, el pensamiento de los que antes que él consideraron el asunto, respecto de los cuales estima que sus "afirmaciones pesan más que sus propias razones". Pero, cuando uno lee sus páginas se convence que tal procedimiento se ha seguido también en otros ángulos muy interesantes de lo expuesto, puesto que al hacerlo, resumiendo y exponiendo las tesis ajenas, lo hace de manera que el lector puede seguir el pensamiento de los autores que menciona en la totalidad de su exposición, sin tener que recurrirse a la lectura original de los escritores y pensadores cuya autoridad se invoca.

Su estudio comprende, además, primeramente, un tema muy interesante: el de la tarea de los trabajadores intelectuales, a quienes señala la obligación en que están de permanecer en la brega y no

enclaustrarse en su mirador o "torre de marfil", donde, por lo general, se permiten ver y contemplar impasibles lo que ocurre a su alrededor sin ser otra cosa que espectadores o, cuando más, críticos mordaces, si no profetas de la desgracia temida. Abandonado el campo de la lucha por esos intelectuales (ésta es su tesis), otros menos intelectuales y más realistas son los que ocupan los sitios abandonados por aquéllos y la cultura, en vez de ser una fuerza utilizable para el progreso humano, se ve empleada por sectarios que disfrazando a aquélla, y partiendo de idearios falaces, que ellos proponen e imponen, conducen a lo que el autor califica acertadamente de "popularización y politización de la cultura", esto es, al empleo de los medios de la enseñanza en una revisión histórica de los valores nacionales y de la cultura general, tendientes a conseguir la preparación de los hombres para nuevas concepciones ajenas a la libertad de aprendizaje y de elección profesional, conduciendo esa enseñanza en una dirección unívoca y, por tanto, sectaria en su finalidad y negativa en su objetividad, de los valores anteriores.

Esta es la crisis fundamental de la cultura occidental que a los críticos del mal, no le han salido contradictadores, ni afirmadores de los valores morales en que la cultura y el modo de vida vigente descansaban, sino hombres, que partiendo de la verdad de ciertas conclusiones, las generalizaban y, en vez de construir sobre ellas, mejorando la arquitectura social, se han dado a derribar lo existente, sin plan alguno para sustituir después la obra anterior, con otra más sólida y eficiente, en una palabra: que detienen la obra del Progreso, reemplazándola por una labor de retroceso.

La supresión de la educación de tipo moral (él se refiere a la de la "Etica Profesional" entre otras, "por imposible de enseñar", según se dice), la de las enseñanzas religiosas y la del Derecho Natural son, a juicio del autor, elementos influyentes en esa crisis, que se caracteriza por la destrucción de las "élites", sin que con ésto él trate de eliminar previamente ninguna idea o tendencia social o política determinada, sino que, implícitamente, lo que hace es admitir la posibilidad legítima de disentir y, discutir lo existente, señalando, a guisa de ejemplo, el caso de la Universidad inglesa, donde pudo apreciar diarios y revistas de tendencias, que exponían sus credos e idearios, contrarios a la tradición inglesa, con "la misma libertad que su gobierno", y en ese hecho destaca, como importante, que por esa vía sus ciudadanos comprenden "la necesidad de formar una *élite* que proceda del pueblo", para reemplazar a la existente, es decir, que en buena lógica, lo que preconiza no es una exclusión de determinados grupos o partidos, sino la conveniencia de que los llamados a sustituir los grupos sociales en decadencia, no resulten improvisadores de medidas imposibles, sino conocedores de la realidad y, por tanto, capaces de sustituir a los "fracasados", con éxitos y no con nuevos fracasos, más inconcebibles, por esa misma razón.

Un libro de tanta enjundia como el que analizamos, no es posible que sea seguido en su análisis, página por página, porque las sugeren-

cias que hace inferir, harían el comentario más extenso que su texto en sí; por consiguiente, trataremos de resumir, en adelante, el material de los capítulos restantes, como ya lo hicimos en apretada síntesis, con los señalados antes, en relación con la tarea de los intelectuales y la formación de las "élites".

Es materia de otro de sus capítulos introductivos, el de los elementos con que trabajan los difundidores de la cultura. Uno de esos elementos, calificador de la crisis es, como la denuncia con acierto, el trastrueque de los términos relativos con que se designaban las verdades tenidas antes por conceptos absolutos y valederos, o séase, que a las concreciones políticas y jurídicas vigentes se les siguen en sus moldes exteriores, aunque se les niegue en su contenido, y considerando esta cuestión, el autor marca la sustitución de la cultura libre, por las ideologías impuestas y las utopías interesadas que siguiendo el modelo de las "ideas-fuerzas" se imponen por la repetición, mediante lemas o "slogans" que se proclaman y mantiene en vivencia, primero en la clandestinidad, ante la imposibilidad de los intelectuales y, después desde el Poder, rehusando emplear lo que Lin Yutang demanda con razón: el uso de los nombres justos.

Otro elemento de los que coloca entre los causantes, y productos al mismo tiempo, del fenómeno que él considera es la "crisis del derecho positivo y la regresión de la justicia", capítulo éste (el V) que por sí sólo requeriría un amplio análisis de los motivos que el autor destaca y que han originado, tras el culto anterior a la formación jurídica y a los procedimientos judiciales, el abandono de los principios de garantía a la individualidad humana y el establecimiento de métodos desconocedores de la seguridad de lo ciudadanos ante los tribunales, integrados por nuevos sistemas de composición y con reglas expeditivas de tramitación, al margen de toda seria garantía de imparcialidad y de justicia.

Es indudable que tales medidas constituyen una crisis de la cultura en su sentido más lato. En efecto, las garantías procesales y de la administración de la justicia caracterizaron el sistema constitucional finisecular; pero, después de la profunda crisis a que dio lugar la guerra de 1914 y las consecuencias de todo orden que generó, poco a poco fueron introduciéndose elementos nuevos en las relaciones humanas que en el terreno estudiado produjeron esa "regresión de la justicia" que el autor califica tan acertadamente y que se advierte con caracteres de generalización. Y esa crisis de la justicia es la fundamental manifestación de la crisis de la cultura, considerada ésta no sólo en su sentido más estricto, sino aun cuando se la estime en su forma más amplia, o sea, en la compleja manifestación de las formas comunes de la vida y en el desenvolvimiento de la convivencia social entre los seres humanos.

Tratando de "los grandes ideales de Occidente" dedica el cap. IV al concepto de la libertad y su declinación en el mundo contemporáneo. El estudio de su noción lo emprende desde el fundamento y

desarrolo del ideal de la libertad, enfocándolo a través de las opiniones de algunos filósofos de nuestros días.

Y como de la cultura se trata, cuando considera "las causas principales de la crisis de Occidente" fija entre ellas, la disgregación de la cultura, la disolución de la anterior comunión de valores y la crisis del Poder, dedicando especial atención a la relación existente entre el Poder y la libertad para concluir señalando la exarcebación del Poder que lleva a las soluciones de tipo totalitario en que (son sus palabras) "el hombre que no es libre, no es hombre; se despersonaliza; renuncia a su dignidad personal, que lo individualiza entre los demás y lo distingue entre sus pares", esto es — concluye — el hombre "se diluye y desaparece, absorbido por la masa".

A partir del cap. VIII trata el autor de "las pseudo-soluciones de la crisis", lo que le lleva a confrontar primeramente el individualismo como fuente de la construcción occidental de la personalidad humana como sujeto y objeto del Derecho constitucional, citando a la Constitución federal argentina de 1853 como modelo de "constitución individualista y liberal auténtica", pasando de inmediato a tratar del capitalismo y sus consecuencias materiales y morales. En esta parte él analiza la infraestructura del capitalismo y sus principios económicos, exponiendo también "la doctrina pontificia del capitalismo" (la que sigue de cerca en las exposiciones de León XIII y Pío XI, principalmente), la del "capitalismo en los Estados Unidos de Norteamérica" y, claro está, que obligado a la complejidad y extensión del tema (debe recordarse que se trataba de charlas o conferencias) analiza el pro y el contra de las doctrinas expuestas, para terminar con los que llama "sucedáneos del capitalismo", esto es, la serie de medidas, que ya en los Estados Unidos o en otros países se han propuesto para contrarrestar los defectos o deficiencias que se le señalan al sistema, estableciendo, con M. Gignoux, categorías de clasificación entre los que denomina "capitalismo político", "capitalismo jurídico" y "capitalismo económico", de lo que infiere con Damallas, que la existencia de la llamada "crisis de la civilización" puede encontrar sus causas principales en el "divorcio entre las necesidades económicas y nuestras instituciones", lo que le lleva a afirmar, volviendo a los puntos de partida de su tesis, que esa "crisis" en el mundo occidental "es una crisis *moral y espiritual;* en el fondo, es una crisis *metafísica*". Su remedio — afirma después — "debe llegar hasta el espíritu; no se superará — agrega — con reformas institucionales, mientras la reforma no alcance a la interioridad humana, a las creencias y normas de convivencia", "pues — continúa — más allá del liberalismo y del capitalismo, del dirigismo o del colectivismo, está el hombre con su naturaleza compuesta, material-espiritual, que es, al fin, lo que cuenta en la gran tragedia histórica que es la tragedia humana".

Cuando uno se encuentra con un libro de esta categoría, se ve obligado a pensar más que a deleitarse con su lectura, porque el profesor Dana Montaño, con su amplia cultura y espíritu de análisis considera el asunto que trata en todas sus facetas acudiendo a las fuentes

directas de información y sentando conclusiones acertadas y provechosas.

Del autor nada diremos, pues el doctor Dana Montaño no necesita presentación y mucho menos por un extraño al medio argentino, pero, no obstante esta creencia cierta, no hemos querido dejar de exponer el buen juicio que su último citado estudio nos produjo, porque independientemente de los méritos señalados, hay un punto en su tesis en que todos debemos coincidir, o sea, el de que si nadie discute y todos reconocen la existencia de una crisis en la civilización occidental (la nuestra), hay que insistir mucho en el tema para que la misma se trate con remedios adecuados y no mediante la regresión a formas y sistemas negadores del individuo como sujeto primordial del Derecho que es, a fin de cuentas la más noble creación humana para regir la convivencia entre todos los hombres con iguales oportunidades para el desarrollo de sus actividades e idénticas perspectivas para la vida de todos los componentes de una sociedad civilizada.

Antonio Lancís
Ex Profesor de la Universidad de La Habana

Buenos Aires, 11-6-1964

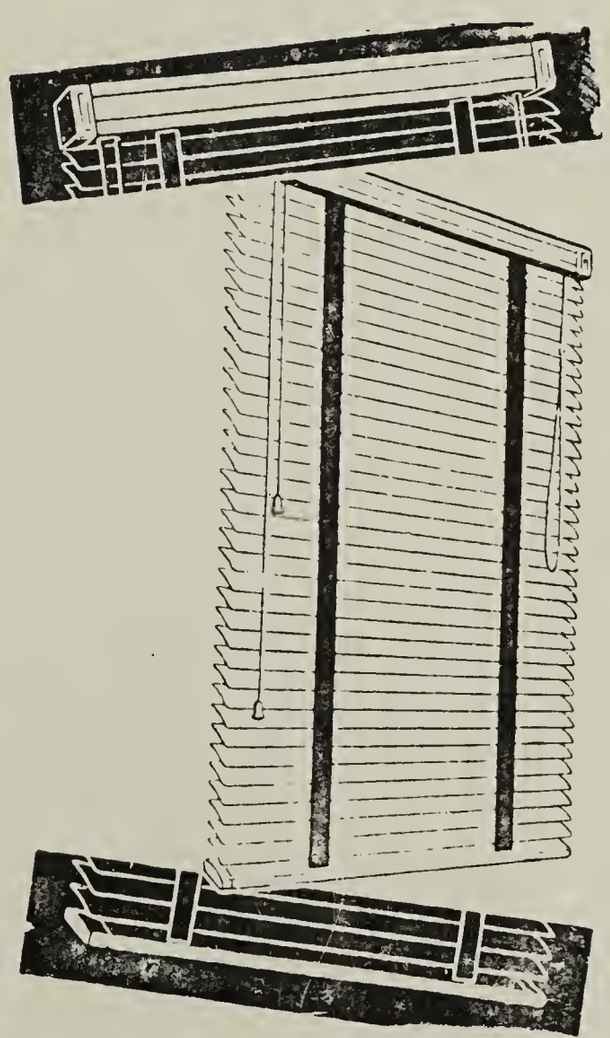
——oOo——

PERSIANA

É Sopal

SOCIEDADE DE MATERIAIS DECORATIVOS LTDA.

A PERSIANA SOPAL é o resultado de observações, experiência e pioneirismo de quase 20 anos no ramo.



ESTAS SÃO AS RAZÕES:

CABEÇOTE mais resistente, com peças galvanizadas, especialmente fabricadas para a
PERSIANA SOPAL. Manêjo mais fácil e silencioso.
CORDAS E CADARÇO de algodão Seridó trançado, que não distendem nem encolhem à ação climática e são de grande durabilidade.
LÂMINAS padronizadas, flexíveis, estáveis e de maior resistência.

15 lindas côres à sua escôlha.

Venha apreciá-las em demonstração na nossa moderna Loja.

A Persiana SOPAL não é a de menor preço, mas a de muito melhor qualidade.

ENTREGAS RÁPIDAS

SOPAL
SOCIEDADE DE MATERIAIS DECORATIVOS LTDA.
Rua Coronel Vicente n. 146 — Fones: 5013-5021
PÔRTO ALEGRE

Aparelhos Eletro-Domésticos

TEVELAR

Estude conosco as condições que melhor lhe convier

Elembre-se: Tevelar dá um Simca por mês e a sua Casa Própria

TEVELAR AV. BORGES, 967 - FONE 71-14

TEVELAR CEL. VICENTE, 570 - FONE 83-04